



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA

UMA ABORDAGEM SÓCIO HISTÓRICA DO MOVIMENTO DE PESCADORES E
PESCADORAS ARTESANAIS BRASIL (MPP)

CARMEM IMACULADA DE BRITO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

Setembro - 2016

Carmem Imaculada de Brito

Uma abordagem sócio histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil
(MPP)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto.

Campos dos Goytacazes - RJ
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
2016

Uma abordagem sócio histórica do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil
(MPP)

Carmem Imaculada de Brito

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Sociologia Política.

Aprovada em: ___ / ___ / ____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Monica Armond Serrão
(Doutora em Psicosociologia de Comunidades e Ecologia social – UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Tatiana Walter
(Doutora em Ciências Sociais – FURG)

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro.

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro

Ao meu companheiro, Henrique Fernandes Pontes e aos meus filhos José Otávio Brito Leal e Inêz Amélia de Brito Pontes, fiéis escudeiros ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do período de cerca de cinco anos durante o qual me dediquei ao doutorado muitas foram as pessoas que contribuíram para que mais esta etapa de minha formação culminasse com a conclusão que ora se materializa simbolicamente nesta tese. Muitas delas são anônimas e fazem parte de uma multidão de seres humanos com os quais convivi em ocasiões singulares, como aquele conjunto formado por cerca de trezentos e vinte trabalhadores/as da pesca participantes do Congresso do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP), na Ilha do Fogo ou ainda, aqueles/as dos dez municípios do norte fluminense que compõem a Bacia de Campos, com os quais tive o prazer de me encontrar em situações esporádicas propiciadas pelo trabalho desenvolvido junto aos projetos de educação ambiental Pescarte e Territórios do Petróleo. Com muitos deles não consegui conversar pessoalmente e de poucos guardei os nomes, mas sou-lhes muito grata pela oportunidade de compartilhar instantes singulares da vida. Outros estiveram bem próximos e não poderia deixar de agradecer-lhes particularmente, pois sem sua disponibilidade e generosidade este trabalho não teria sido concluído: Benedito Matias Porto (seu Bi como prefere ser chamado, sexagenário pescador de Conceição da Barra/ES), Manuel Bueno (Nego da pesca, líder da federação de associações de pescadores de Jacaraípe/ES), Josemar Alves Durães (coordenador do MPP na comunidade de Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz/MG) e Maria José Honorato Pacheco (secretária do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), Brasília/DF). Estas pessoas são ícones de uma cruzada em defesa dos direitos e interesses de muitos/as brasileiros/as, que vivem em comunidades tradicionais pesqueiras. Os três primeiros, juntamente com outros/as, coordenam o MPP, aos quais sou imensamente grata por confiarem a mim parte de suas biografias e pelo tempo que dedicaram às conversas necessárias a dirimir as muitas dúvidas que lhes apresentei durante esta pesquisa.

Outras pessoas estão bem próximas e se configuram na família consanguínea e por afinidade: meu companheiro Henrique, meu filho José Otávio, minha filha Inêz, meus pais José e Gessy e meus irmãos Mônica, Ana e Darío, meus amigos e auxiliar no cuidado da casa e dos filhos: dona Maria, seu Toninho e Ivone aos quais nunca poderei agradecer suficientemente o carinho e o apoio recebidos. Por mais que o desafio imposto pela distância física fosse enorme, sempre foram generosos na aceitação de minhas ausências, apoiando minhas escolhas e incentivando meu trabalho.

Aos professores da Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em especial Vitor Peixoto meu orientador, pela disponibilidade no compartilhamento de saberes, a Luciane Soares pela acolhida e amizade que desde o início me dispensou, a Wânia Mesquita pela diligência na resolução de todos os entraves administrativos e pela dedicação na coordenação do doutorado e a Geraldo Márcio Timóteo, colega desde a graduação e hoje professor e coordenador no trabalho, por sempre despertar em mim o interesse pela continuidade dos estudos e por estimular o meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço também à professora Tatiana Walter, a Monica Armond Serrão, e aos professores Mauro Macedo e Sérgio Azevedo insígnies componentes da banca avaliadora, que gentilmente se dispuseram a avaliar este trabalho e assim contribuíram imensamente para sua melhoria. À CAPES pelo amparo à pesquisa sem o qual eu não teria condições de levar a termo esta empreitada.

A todos os funcionários da UENF que sempre me acolheram com simpatia. Aos colegas pela troca de experiências e de conhecimentos proporcionados ao longo do tempo de convívio em sala de aula, em especial a Cristina Quinhones, Gustavo Sarmet, Suelen Ribeiro de Souza pela disponibilidade em revisar a versão final e a formatação desta tese. Aos amigos/as dos Projetos de Educação Ambiental Pescarte e Territórios do Petróleo com os quais compartilhei minhas dúvidas e inquietações acerca do trabalho e da militância, muito obrigado pela convivência tão próxima e pela alegria e alto astral essenciais no desempenho das atividades. Agradeço-lhes, também, pela compreensão a mim demonstrada durante o período em que me dediquei à escrita da tese.

Aos amigos antigos e novos, militantes de causas sociais sublimes, sinais da presença de Deus na minha vida, com os quais (re)afirmo e (re)aprendo cotidianamente que a racionalidade moderna não foi capaz de nos roubar a fé em um Ser superior que caminha sempre conosco e que nos possibilita vencer as adversidades, muito obrigado por serem a fonte de força que me abastece para lutar por dias melhores. Sou, enfim, grata à vida por me proporcionar o convívio com tantas pessoas maravilhosas que contribuem para meu aprimoramento enquanto ser humano e sem as quais eu não seria quem sou.

“Não escrevo de uma torre que me separa da vida, mas de um redemoinho que me joga em minha vida e na vida.”

(Edgar Morin, 1997)

RESUMO

Esta pesquisa, inscrita no campo da sociologia política, versa sobre a trajetória das organizações sociais da pesca artesanal no Brasil que culminaram com a fundação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP) e com a campanha nacional pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras. Partimos da hipótese de que o MPP é resultado do acúmulo de experiências desenvolvidas ao longo de quase meio século de ações efetivadas pelo Conselho Pastoral da Pesca (CPP) visando a organização dos/as pescadores/as artesanais. Tem como objetivo geral compreender o processo de constituição e o lugar ocupado pelo referido movimento no cenário nacional. Teve por base teórico-metodológica os pressupostos teóricos dos novos movimentos sociais, mais especificamente a vertente nacional liderada, dentre outras, por Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren, inspiradas na Escola de Frankfurt. Utilizamos como fontes: depoimentos, entrevistas semiestruturadas e em profundidade, histórias de vida, observação participante, relatórios, notícias de jornais, cartilhas, sites diversos e, em especial, o blog do movimento. Ao longo da análise da trajetória histórica do MPP verificamos que o mesmo deve sua existência à mediação e sustentação propiciada, principalmente, pelo CPP que provê junto com os/as coordenadores/as nacionais do movimento, todos os recursos necessários ao planejamento, à estruturação e ao desenvolvimento de suas ações. Verificamos também que os antecedentes Movimento Constituinte da Pesca, grupo de lideranças do segmento da pesca artesanal organizado na década de oitenta com a finalidade de levar aos constituintes as demandas da categoria, e posteriormente o Movimento Nacional de Pescadores (Monape), no período pósconstituente e a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) criada em 2006, foram essenciais no sentido de propiciar o acúmulo de experiência e promover a formação de novas lideranças orgânicas que exemplificam por seu engajamento o compromisso com os interesses da pesca artesanal e tem se contribuído para tornar o MPP cada dia mais referência na luta em defesa dos territórios pesqueiros. Fundado em 2009, em paralelo à IIIª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, o MPP desenvolve desde então uma série de ações em defesa dos/as pescadores/as artesanais no Brasil. Organizado em dezessete estados, o movimento destaca-se no cenário nacional por liderar campanha em defesa dos territórios pesqueiros que, por sua vez, (re)afirma-se cotidianamente como meio para o desenvolvimento de uma série de ações/formações dentre as quais se destacam oficinas, seminários, congressos, audiências públicas, visitas aos congressistas e membros do executivo e judiciário desde o nível local, passando pela região, estado e federação desenvolvendo pressão em favor dos interesses da comunidade de pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Pastoral da Pesca e Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil (MPP)

ABSTRACT

This research, registered in the area of new social movements, is about the trajectory of the social organizations of artisanal fishery in Brazil, which led to the foundation of the MPP and the national crusade for the regularization of the territories of the traditional fishing communities. The hypothesis which is our point of departure that the MPP is the result of accumulative experiences developed along almost half a century of actions effected by the CPP aimed at the organization of artisanal fishermen and fisherwomen. The general objective is to understand the process of constitution and the place of the movement mentioned on the national scene. The theoretical presuppositions of the new social movements was the theoretical-methodological base of the work, more specifically the national branch led by among others, Maria da Glória Gohn and Ilse Scherer-Warren, impelled by the School of Frankfurt. As sources: depositions, semi-structured, in depth interviews, life stories, participative observation, reports, journal news, booklets, diverse sites and, in particular, the movement blog were used. Throughout the MPP historical trajectory analysis, we verified that it owes its being to the propitiated mediation and support, especially by the CPP, which furnishes along with the national coordinators of the movement, all of the needed resources for planning, structure and the development of its actions. We also verified that the antecedent Fishery Constituency, a fishermen and fisherwomen movement instituted in the decade of the eighties and active during the pre-constituent period, and afterward Monape, during the post constituent and the National Articulation of the Fisherwomen (ANP) created in 2006, were absolutely necessary in the sense of propitiating the accumulation of experience and furthering the education of new organic leaders which exemplified its engagement to the commitment to the interests of artisanal fishery and has contributed to turn the MPP each day a greater reference in the struggle in defense of the fishing territories dos. Founded in 2009, in a parallel conference at the IIIª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, the MPP developed since then, several actions in defense of the artisanal fishermen and fisherwomen in Brazil. Organized in seventeen states, the movement stands out on the national scene through leadership in the campaign in the defense of the fishing territories which in turn, daily (re)affirms a means of development of a number of actions/instruction among which there are workshops, seminars, congresses, public hearings, visits to congress members and members of the Executive and Judiciary from the local level, to the regional, state and federal level developing lobbies in favor of the artisanal fishery community.

Keywords: Artisanal Fishery, Pastoral Ministry of Fishery and National Movement of Artisanal Fishermen and Fisherwomen of Brazil (MPP)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –Estrutura OraganizacionalCPP	69
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comissões da Assembleia Nacional Constituinte e seus desdobramentos. ..	Erro!
Indicador não definido.	
Quadro 2 - Atuação do MPP nos Estados do Brasil	70
Quadro 3 - Rede de apoiadores do MPP	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR	Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais
ABEEF	Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
AJUP	Instituto Apoio Jurídico Popular
AMB	Associação de Magistrados do Brasil
ANAÏ	Associação Nacional de Ação Indigenista
ANAP	Associação Nacional de Advogados Populares
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CALDEIRÃO	Centro de Assessoria Popular
CCP	Código de Caça e Pesca
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMIO	Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNP	Confederação Nacional dos Pescadores
Comperj	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
Conape	Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Conferência de Religiosos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCP	Divisão de Caça e Pesca
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FundaJ	Fundação Joaquim Nabuco
GEOGRAFAR UFBA	Pós-Graduação do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia
Ibase	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF	Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
Incid	Indicadores de cidadania
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Serviço Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP	Movimento Camponês Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MONAPE	Movimento Nacional De Pescadores
MOPECE	Movimento de Pescadores do Ceará
MOPEBA	Movimento de Pescadores da Bahia
MOPEMA	Movimento de Pescadores do Maranhão
MOPEPA	Movimento de Pescadores do Pará
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MP	Medida Provisória
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEGA UFRPE	Núcleo de Educação e Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco
NMS	Novos Movimentos Sociais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RENAP	Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares
RESEX	Reservas Extrativistas
RGP	Registro Geral da atividade Pesqueira
SEAP-PR	Secretaria Especial da Pesca Presidência da República
Sema	Secretaria Especial de Meio Ambiente
Sudepe	Superintendência de Desenvolvido da Pesca
Sudhevea	Superintendência do Desenvolvimento da Borracha
SPU	Secretaria de Patrimônio da União

TAUS

Termo de Autorização de Uso Sustentável

ZEE

Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL.	28
1.1 Breve discussão histórica e conceitual sobre a democracia.....	28
1.2 As várias faces da democracia	30
1.3 As dimensões da Cidadania	31
1.4 Características da cidadania ativa	32
1.5 Os vários sentidos da participação	33
1.7 A iniciativa popular na Constituinte	40
1.8 Alguns aspectos da participação no contexto político do Brasil a partir dos anos 1980.	43
1.9 O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS).....	44
CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS/AS PESCADORES/AS	49
2.1 Da República Velha ao Estado Novo: Origens e trajetória das colônias de pescadores no Brasil	49
2.2 O contexto político e econômico do período desenvolvimentista e criação da Sudepe	52
2.3 Resultados da Sudepe, reformas e a opção neoliberal	55
2.4 O contexto democrático pós constituinte e a gestão compartilhada da pesca	56
CAPÍTULO III: A PASTORAL DA PESCA: ORIGEM E ESTRUTURA.....	60
3.1 A doutrina social da Igreja.....	61
3.2 O papel das CEBs e da Teologia da Libertação na igreja popular	63
3.3 Trajetória histórica da pastoral da pesca.....	64
3.4 A atuação da pastoral da pesca no contexto da constituinte.....	68
3.5 Estrutura e atuação da Pastoral da Pesca	68
CAPÍTULO IV: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA CONSTITUINTE	75
4.1 A Assembleia Nacional Constituinte.....	78
4.2 Surge o Movimento Constituinte da Pesca	82

4.3	Dificuldades e desafios enfrentados pelo Movimento Constituinte da Pesca..	85
4.4	Resultados e avanços percebidos pelos participantes do Movimento Constituinte da Pesca.....	86
CAPÍTULO V: AVANÇANDO NA ORGANIZAÇÃO DOS/AS PESCADORES/AS: MONAPE, ANP E MPP		88
5.1	Ascensão e queda do MONAPE	89
5.2	A política pesqueira no Brasil no século XXI	90
5.3	O Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil	95
5.4	Parcerias e rede de apoiadores do MPP	98
5.5	A campanha nacional em defesa dos territórios pesqueiros	102
5.6	Resultados e desdobramentos atuais da campanha.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS		110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		119
Apêndices		126

INTRODUÇÃO

Os recursos pesqueiros, assim como outros, encontram-se desigualmente distribuídos em diversos ambientes aquáticos presentes no globo terrestre. Segundo relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos – CMIO (1999) as águas, que foram tradicionalmente considerados como fonte segura de riqueza, oportunidade e abundância, tem se tornado, com o passar do tempo, cada vez mais vulneráveis devido ao desregramento no seu uso. Este mesmo relatório informa que os oceanos cobrem 71% da superfície terrestre e, desta área, apenas 10% é produtiva, se concentrando nas áreas costeiras, situadas próximas às plataformas continentais, em especial do hemisfério norte cuja concentração de condições propícias tais como luz, temperatura e níveis de nutrientes favorecem o aumento das espécies.

DIAS NETO (2010) analisando comparativamente relatórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de 1995 a 2000, aponta que, o período entre 1950 a 1990, foi marcado pelo crescimento contínuo da produção mundial de pescado¹ via atividades extrativas e aquicultura. No Brasil essas condições também se fazem presentes. Possuindo extensa costa marítima com cerca de oito mil e quinhentos (8.500) km de extensão e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de aproximadamente três milhões e quinhentos mil (3.500.000) km², que corresponde a quase metade de seu território, o país possui também cerca de 12% do total de reserva de água doce disponível do planeta e mais de dois milhões (2.000.000) de hectares de terras alagadas, reservatórios e estuários².

A plataforma continental brasileira é bastante complexa mas apresenta ao longo de sua extensão relativamente pouca profundidade e produtividade, quando comparada a outras plataformas continentais, à exceção do setor norte devido à descarga do Rio Amazonas, das áreas de ressurgências e dos estuários que contribuem para o enriquecimento das espécies (DIAS NETO:2010:101-102).

Outra característica relevante dos recursos pesqueiros do país refere-se à distribuição geográfica das espécies: nas áreas consideradas mais ricas, situadas nas regiões Sudeste e Sul produz-se o peixe “popular” - sardinha, pescadinha, corvina, entre outras; já nas áreas mais pobres, localizadas nas regiões Norte e Nordeste, produz-se pescados “nobres” - lagostas, camarões, pargo, cherne, etc. Este pescado “nobre” é mais dificilmente absorvido no mercado

¹ Neste estudo quando nos referimos a “produção de pescado” fazemos referência à produção de peixes, crustáceos (camarão, caranguejos, lagostas, ostras etc.) conjuntamente.

² Primeira Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, (2003).

regional e assim, o nordeste exporta acentuada parte do que produz para zonas mais ricas do Brasil e para o exterior, e importa parcela de sua demanda de peixes mais baratos do Sul e Sudeste (SILVA, 1972, p. 25).

Os recursos pesqueiros das águas marinha e doce no Brasil, embora ainda não levantados em toda sua extensão e sofrendo ano após ano decréscimo apontado e lamentado pelas populações pesqueiras, constituem importante fonte de renda e alimentação para significativa parcela da população. Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA: 2013), em seu último levantamento da produção pesqueira nacional, referente ao ano de 2011, informa que foram produzidas quinhentas e cinquenta e quatro mil (554.000) toneladas de pesca extrativa marinha, sendo que 60% desta produção advém da pesca artesanal.

Como atividade produtiva, a pesca artesanal remonta a grupos humanos antigos instalados ao longo das margens de rios, lagos e da região costeira e caracteriza-se por ser uma atividade tradicional sendo exercida por produtores autônomos, em regime de economia de subsistência ou com seus resultados destinados a fins comerciais, ou ainda, com ambas as finalidades (de subsistência e comercial), podendo, inclusive, ser alternativa e sazonal ao praticante que se dedica durante parte do ano à agricultura configurando-se como pescador/agricultor (DIAS NETO, 2010, p. 108).

No caso da dupla finalidade, o material de pesca, apetrechos³ e até a própria embarcação utilizada são, na maior parte dos casos, construídos pelos pescadores proprietários de seus meios de produção⁴. A embarcação, predominantemente de pequeno porte, não é apenas meio de produção, senão também meio de deslocamento, em função do que o pescador, quando não proprietário, se vê na obrigação de pagar pelo uso desta, com parte de sua produção, uma renda ao dono no que se assemelha à antiga prática da renda da terra paga pelo agricultor meeiro. O proprietário da embarcação é, geralmente, um pescador que participa com os demais dos resultados da pesca conforme “quinhão” estabelecido previamente.

Baseada na utilização de instrumentos pouco sofisticados, do ponto de vista tecnológico, a pesca artesanal é desenvolvida com grau de impacto ambiental relativamente

³ Termo utilizado para designar utensílios, aparelhos ou armadilhas utilizados para captura de um determinado recurso de pesca.

⁴ Na concepção marxista o objeto mais os meios de trabalho constituem os meios de produção (BOTTOMORE, 1998). No caso da pesca artesanal, os meios de produção são todos aqueles apetrechos e materiais utilizados para a faina da pesca aí se incluindo a alimentação da tripulação e a embarcação utilizada como transporte desses.

baixo se comparada à pesca industrial. A atividade é desenvolvida em jangadas, canoas e embarcações de pequeno porte com as quais os pescadores exploram as proximidades da costa marítima e fluvial e o interior do território, os estuários, lagos e rios. Os pescadores são formados e adquirem conhecimento relativo à profissão, à dinâmica das águas e de sua fauna e flora no contato direto com estes no meio ambiente, através das atividades cotidianas intermediadas por mestres experientes que transmitem seus saberes de forma oral. A divisão social do trabalho é simples sendo mais comum os homens se ocuparem da atividade de captura e as mulheres das atividades de confecção/manutenção dos apetrechos, do beneficiamento do pescado e da mariscagem. Elas são pouco reconhecidas e, em alguns casos, não se auto identificam como pescadoras. A organização da atividade se dá em parcerias onde prevalecem laços sociais primários de parentesco, amizade, compadrio e vizinhança (CALLOU, 1986; DIEGUES, 1983, 2008; RAMALHO, 1999; SILVA, 1988, 1993).

O processo de comercialização da produção é dominado, quase sempre, por uma rede de intermediação, que inclui pessoas da comunidade que se especializaram na compra e venda do pescado se configurando como atravessadores individuais, frigoríficos ou representantes de empresas. Todos estes compram e financiam a produção estabelecendo, em muitos casos, uma relação de dependência e exploração para com os/as pescadores/as artesanais. O excedente dessa comercialização é reduzido e irregular o que torna difícil a acumulação de capital interno à atividade. Assim, mais do que compradores os atravessadores tornam-se os financiadores da atividade adiantando recursos necessários à aquisição do rancho (que inclui víveres e outros materiais para alimentação e uso da tripulação que pode permanecer por dias ou até semanas no local da pesca), do gelo (utilizado na conservação do pescado), de óleo combustível (para abastecimento do barco), de iscas e de crédito nas casas de materiais de pesca para aquisição de apetrechos inerentes ao desenvolvimento da atividade.

Segundo o Registro Geral da atividade Pesqueira (RGP) existem no Brasil hoje um milhão, oitenta e oito mil e trinta e três (1.088.033) pescadores artesanais⁵ distribuídos ao longo do território nacional. Dada a dimensão continental do Brasil, as características sociais, políticas e econômicas regionais diversas, os ritmos desiguais de desenvolvimento e, considerando ainda, as diferenças quanto ao tipo de pesca e quanto às áreas nas quais desenvolvem suas atividades – interior, continental ou marítima - há, entre as populações pesqueiras alto grau de variabilidade de condições de vida sendo frequente, no entanto, encontrarem-se populações inteiras vivendo em situação de precariedade e vulnerabilidade

⁵ Dados obtidos no site do MPA em 28/01/2016.

social, em especial, os pescadores de águas interiores (ribeirinhos, barranqueiros, vazanteiros, etc.). A depender da região em que se encontram essas populações (norte e nordeste relativamente mais pobres e sudeste e sul mais ricas) tanto variam suas condições de vida quanto seu grau de associativismo. A análise da trajetória histórica das organizações, associações, sindicatos e movimentos sociais vinculados aos interesses destes segmentos populacionais, mesmo que feita de modo panorâmico, revela que historicamente encontram-se mais fortemente estabelecidas, com maior número de militantes, com capilaridade e ações mais bem estruturadas aquelas situadas nas regiões Norte e Nordeste do país.

Nas últimas décadas tem-se verificado uma série de alterações nas condições de vida de trabalho dessas populações que dependem da pesca artesanal. Essas alterações têm sido impostas pela disputa do espaço da orla marítima e fluvial com uma série de atividades que interferem diretamente nas práticas profissionais e sociais dos pescadores. Verifica-se assim:

1. O adensamento populacional na zona costeira litorânea cuja densidade demográfica é, em média, cinco vezes superior à média nacional;
2. O deslocamento e pulverização da população pesqueira em áreas periféricas distantes dos locais de pesca e desembarque historicamente por eles/as ocupados;
3. O enfraquecimento da organização e dos vínculos sociais dos/as pescadores/as artesanais devido a sua inserção no meio urbano e ao desenvolvimento de outras atividades que não aquelas diretamente vinculadas à pesca artesanal;
4. A disputa territorial com os grandes empreendimentos de infraestrutura e industriais (polos petroquímicos, portos para escoamento da produção em geral, minerodutos, estaleiros, etc.);
5. A prática de outras atividades profissionais sazonais, especialmente nas localidades onde o turismo de massa é predominante, tem contribuído para acirrar o conflito e a disputa por territórios marítimos e continentais, aquáticos e terrestres, utilizados pela população pesqueira em suas atividades e na sua vivência cotidiana;
6. A disputa entre pescadores/as artesanais e destes com os praticantes da pesca industrial passível de práticas predatórias sem a devida fiscalização;
7. Os fenômenos físicos, químicos e biológicos que são desencadeados pela poluição ambiental que acompanha as atividades humanas e impactam os recursos pesqueiros presentes ao longo da costa e nas águas interiores.

O confronto vivido nestas e em outras situações resulta na dificuldade crescente de manutenção da prática profissional e do saber consuetudinário que marca a pesca artesanal. Outros problemas como: a falta de atracadouro adequado para o desembarque do pescado; a baixa escolaridade das populações pesqueiras; a ausência de investimento educacional e de qualificação profissional para este contingente populacional; o descrédito com as instituições governamentais que não atendem satisfatoriamente às necessidades do setor; as divergências quanto às normas reguladoras dos métodos de pesca e a ausência de regulamentos e ordenamentos dos recursos pesqueiros tem sido constantemente enfrentados pelas populações que têm na pesca artesanal seu meio de vida e trabalho (KNOX:2015, p. 20).

Essa realidade vem sendo discutida pelas organizações representativas da pesca artesanal dentre as quais se encontram as colônias de pescadores, os sindicatos, as associações, as cooperativas e também, os movimentos sociais⁶. Estes últimos, principalmente a partir do final do século XX, tem atuado junto à população pesqueira no sentido de denunciar a desigual distribuição dos benefícios e malefícios oriundos da exploração dos recursos naturais apontando a injustiça ambiental e reivindicando uma distribuição mais equânime dos ônus e bônus do desenvolvimento econômico e social.

Estabelecida, inicialmente, nos Estados Unidos da América, no contexto do movimento negro em sua denúncia e combate ao acúmulo dos impactos negativos do desenvolvimento que recaíam sobre a parcela mais pobre e periférica da população, a luta por justiça ambiental foi transplantada nos anos oitenta para o Brasil. Aqui ela tem sido desde então aplicada no contexto das comunidades extrativistas dentre as quais se encontram as populações pesqueiras ameaçadas em sua identidade e formas pré-existentes de trabalho e vida.

É neste contexto que as ações e debates promovidos pelo CPP cuja atuação advém dos anos iniciais da década de setenta, com desdobramentos no Movimento Constituinte da Pesca, no MONAPE e em suas ramificações estaduais (Movimento de Pescadores da Bahia – MOPEBA - Movimento de Pescadores do Pará - MOPEPA – Movimento de Pescadores do Ceará – MOPECE e Movimento de Pescadores do Maranhão – MOPEMA) e mais recentemente, na ANP e no MPP, criados na última década após acentuado processo de discordância com relação aos rumos das políticas públicas concebidas no âmbito da Secretaria

⁶ Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais e assim, segundo GOHN:2006, enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais e como resultado suas consequências na exclusão e na opressão, haverá lutas e existiram movimentos sociais.

Especial da Pesca (SEAP-PR) que tenderiam, segundo eles a privilegiar a aquicultura em detrimento da pesca artesanal. As ações destes movimentos têm sido marcadas pela defesa dos territórios pesqueiros, da biodiversidade, da cultura e da soberania alimentar do povo brasileiro.

O objetivo do presente estudo é compreender a inserção social e política destes movimentos sociais mais recentes com destaque para a atuação do MPP em sua tarefa de mobilizar a sociedade brasileira em geral e os/as pescadores/as artesanais em particular na defesa e reconhecimento formal dos territórios pesqueiros por meio de um projeto de lei de iniciativa popular cuja coleta de assinaturas encontra-se em andamento desde 2012. Interessamos conhecer as origens do MPP e as relações deste com o poder público, com suas bases e com os demais movimentos sociais com os quais atuam em rede. Trata-se de um olhar direcionado para as inter-relações que entre eles se estabelecem na perspectiva de compreender a miríade de simbioses e fricções que aí se instauram.

Ao iniciarmos a revisão bibliográfica para subsidiar este estudo constatamos a carência de pesquisas sobre pesca e sobre os/as pescadores/as artesanais sendo ainda mais escassa a produção sobre os movimentos sociais referidos a esta temática. Sistematizar a trajetória e a estruturação destas organizações e de suas ações estabelece-se como o primeiro passo para se entender o acúmulo de experiência que estes grupos tem alcançado ao longo do tempo e que se traduzem mais fortemente na campanha em defesa dos territórios pesqueiros. Consideramos fundamental esse esforço uma vez que integrantes dos movimentos por nós entrevistados têm declarado, quando solicitamos acesso a seus acervos documentais, a dificuldade na sistematização da trajetória e de suas ações. Consideramos que este estudo pode trazer luz e dar visibilidade a informações importantes para compreender a pesca artesanal no geral e a organização social dos pescadores/as artesanais no Brasil em particular.

Do ponto de vista metodológico esta não é uma pesquisa que considere a neutralidade meta prioritária a ser observada a qualquer custo diante das pessoas e situações nas quais há total separação entre observador e observados. Também não consideramos os sujeitos pesquisados como meros informantes e nem optamos pela quantificação das informações colhidas na observação como prova de objetividade. Este estudo foi efetivado de forma dinâmica se aproximando do que propõe Thiollent (2011, p. 13) como pesquisa alternativa seja participando e acompanhando *in loco*, sempre que possível, as atividades, seja por meio do estabelecimento de relações de proximidade com os atores chaves no intuito de compreender suas ações e sua intenção de transformação social. Desde que travamos contato

com o movimento, nossos objetivos foram gradativamente se delimitando: conhecer sua estrutura, acompanhar, sistematizar e analisar suas ações, compreender as (inter)relações que aí se estabelecem. Neste sentido algo próximo da observação participante foi desenvolvido visando compreender a faixa intermediária entre o nível microssocial e macrossocial da pesquisa empírica na expectativa de assim progredir na teorização a partir do acompanhamento, da observação e da descrição de situações concretas vivenciadas ou relatadas pelos participantes sobre as ações desenvolvidas pelo grupo.

O caminho da pesquisa empírica se impôs a nós após incansáveis e infrutíferas buscas nos principais bancos de dados (portal de periódicos e banco de teses da CAPES, portal *Scielo*, Domínio Público, Fundação Biblioteca Nacional e *google* acadêmico) utilizando as palavras chaves⁷ e criando alertas sobre publicações frente a estes temas, sem sucesso.

Cientes da falta de material bibliográfico de apoio iniciamos então a leitura de autores clássicos considerados como referência nos estudos da pesca artesanal no Brasil: Antônio Carlos Diegues, Brás Callou e Luís Geraldo Santos Silva. A partir daí nos apropriamos de uma série de informações e demos prosseguimento às demais leituras de embasamento sobre o tema ao mesmo tempo em que tentávamos estabelecer contatos com o CPP e com o MPP. Inicialmente tentamos o caminho institucional: e-mails e contatos telefônicos foram efetivados sem que conseguíssemos obter respostas ou encontrar pessoas disponíveis para entabular conversação ou responder ao roteiro de questões elaboradas para as entrevistas semiestruturadas⁸.

Foi somente após efetivarmos contato pessoal com um dos coordenadores do MPP, que nos foi apresentado em circunstâncias profissionais por ocasião do I Seminário

⁷ As seguintes palavras chaves nos seguintes formatos foram utilizados: Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Brasil; Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Brasil MPP; “Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Brasil”; Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Brasil MPP; Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e “Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras”.

⁸ O seguinte roteiro foi utilizado nas primeiras entrevistas:

- 1 – Como foi seu primeiro contato com o projeto de lei de iniciativa popular sobre o território pesqueiro?
- 2 – Você participou da elaboração do texto da referida iniciativa popular, da cartilha ou do material didático de apoio às oficinas?
- 3 – Você atuou na mediação das oficinas ou contribuiu na coleta de assinaturas? Se sim, como?
- 4 – Você considera que estas estratégias foram adequadas? Exitosas? Por que?
- 5 – Você conhece o Monape? Se sim descreva as circunstâncias em que o conheceu e há quanto tempo.
- 6 – Você considera que o Monape contribuiu nesta campanha? Se sim, como?
- 7 – Em sua opinião, quais são os maiores desafios que a campanha enfrenta em defesa dos territórios pesqueiros?
- 8 – Como está a campanha de coleta de assinaturas? Quais são as estratégias futuras?
- 9 – Quais são expectativas quanto à tramitação do projeto de lei de iniciativa popular em defesa dos territórios pesqueiros no Congresso Nacional?
- 10 – Gostaria de acrescentar algo que considera importante sobre a campanha e/ou o projeto de lei?

Acadêmico de Economia Solidária do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte⁹, que obtivemos os primeiros retornos na coleta de dados empíricos: a indicação de uma liderança sexagenária, com histórico de militância na pesca artesanal que vem desde a década de setenta, conhecedor da pastoral da pesca desde suas origens e engajado nos movimentos sociais a começar pela Constituinte da Pesca, passando pelo Monape e atualmente no MPP. Ademais conseguimos ainda contatar a secretária executiva da pastoral da pesca e com ela, após várias tentativas, foi possível aplicar, pela primeira vez o roteiro de questões citado anteriormente. Vale ressaltar que esta foi uma das muitas entrevistas que ela nos concedeu utilizando todos os meios disponíveis (mensagem de voz no *whatsapp*, mensagens de texto via celular, conversas por telefone e troca de e-mails). Suas respostas suscitaram uma série de novas questões e sempre que necessário a interpelávamos com novas curiosidades.

De posse das informações tratamos de transcrevê-las e compilá-las muito embora algumas tenham ficado apenas gravadas pois, o ritmo das entrevistas e conversas era sempre mais acelerado que o tempo do qual dispúnhamos para as transcrições. Assim voltamos a ouvi-las várias vezes e a partir das indicações de nomes, telefones e e-mails de atores chaves, constituídos, em sua maioria, por coordenadores/as do MPP, continuamos a pesquisa empírica. Nem todos/as os/as indicados/as responderam a nossos contatos, mas aqueles/as que o fizeram foram bastante generosos/as e nos dedicaram várias horas respondendo em diferentes ocasiões e por diversos meios às questões que lhes apresentamos.

Além da técnica de entrevista semiestruturada que nos permitiu o aprofundamento em inúmeras questões, também nos valem dos instrumentos da história oral e da história de vida levados a cabo em conversas telefônicas, entrevistas presenciais e trocas de mensagens de texto e por *whatsapp* que se estenderam por horas a fio. A todos/as somos gratos pela disponibilidade e confiança em compartilhar conosco parte de suas biografias. No que se refere à observação participante, ela foi efetivada em eventos promovidos pelo movimento: oficinas e congresso nos quais encontramos inicialmente uma série de dificuldades relativas à permissão para a presença e acompanhamento das mesmas. O primeiro destes eventos ocorreu na semana de 22 a 26 de fevereiro de 2016, por ocasião da assembleia nacional anual realizada na sede do CPP, em Olinda/PE. Convocados pela coordenação nacional reuniram-se

⁹ Desde junho de 2014 o PEA Pescarte vinculado ao Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF, desenvolvido no âmbito do licenciamento ambiental como condicionante das atividades da indústria de exploração de petróleo e gás realizadas pela Petrobras na Bacia de Campos, sob supervisão e fiscalização do IBAMA, tem atuado nos municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana) visando promover a organização social dos/as pescadores/as e de suas famílias por meio de projetos de geração de trabalho e renda.

representantes oriundos de dezoito estados com a finalidade de avaliar os resultados alcançados ao longo do ano de 2015 e planejaram a agenda de ações para 2016, como desdobramento de assembleia anterior ocorrida em dezembro do último ano e da qual já havíamos tentado sem sucesso inserir nossa presença/participação como observadora. Dentre outras ações previstas destaca-se a retomada e a continuidade da campanha de coleta de assinaturas para apresentação do projeto de lei de iniciativa popular em defesa dos territórios pesqueiros que, até o momento, conforme entrevista concedida pela secretária nacional do CPP, conta com cerca de duzentas mil (200.000), número bastante inferior àquele estabelecido nos objetivos da campanha que culminaria, em dezembro de 2015, com coleta de cerca de um milhão de adesões relativas a 1% de eleitorado nacional. Tal exigência é prevista nos artigos 13 e 14 da lei 9.709/98, que regulamenta a iniciativa popular em nível federal, apontando que esta consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles¹⁰.

Quando da realização da referida assembleia nacional do MPP voltamos a solicitar formalmente a nossa presença/participação como observadora. Tal pedido não obteve resposta mesmo após inúmeras tentativas por diferentes meios junto aos escritórios do CPP em Minas Gerais e no Nordeste. A estratégia seguinte foi a de agendar entrevistas em profundidade com alguns dos coordenadores nacionais do MPP que já figuravam, conforme indicação da secretária nacional da pastoral da pesca, como atores chaves para este estudo. A partir das entrevistas realizadas presencial ou virtualmente graças às novas tecnologias da informação e da comunicação disponíveis estreitamos os laços e obtivemos êxito em participar do Congresso de Pescadores Artesanais da Bacia do Rio São Francisco ocorrido na Ilha do Fogo, em Petrolina/PE, no período de 31 de março a 03 de abril de 2016. Na oportunidade foi possível observar a dinâmica interna de preparação e efetivação das atividades desenvolvidas com os cerca de trezentos e vinte pescadores/as participantes do evento oriundos dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, bem como travar contatos e conversação com coordenadores/as nacionais do MPP que ainda não conhecíamos, com as mulheres integrantes da ANP, com os/as agentes de pastoral do CPP e ainda com simpatizantes/estudiosos/as dos problemas inerentes à pesca artesanal. Na oportunidade

¹⁰ Por meio de iniciativa popular permite-se que um projeto de lei seja proposto ao Congresso Nacional desde que apresente as assinaturas, devidamente identificadas com nome completo, endereço e número do título de eleitor, em formulário padronizado e, organizado por município e por estado, território e distrito federal de, no mínimo 1% dos eleitores do Brasil. Lei 9.709/98 disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9709-18-novembro-1998-352644-norma-pl-html> acessada em 16 de janeiro de 2016.

acompanhamos as reuniões da coordenação e percebemos as relações entre estes e deles/as com o CPP e os demais participantes e ainda acompanhamos as ações desenvolvidas pelo movimento tais como a passeata de abertura do evento, o ato público e o processo de elaboração da carta aberta em defesa do rio São Francisco.

Consideramos que a participação neste evento foi fundamental para este estudo não só por propiciar a aproximação com parte dos integrantes do movimento, mas, principalmente, por nos oportunizar a observação da dinâmica interna de articulação da equipe, desta com sua base, com o CPP e com os demais apoiadores na organização e coordenação das atividades previstas no evento. Verificamos *in loco* a sustentação dada pelo CPP em termos de apoio na garantia da infraestrutura material que possibilitou a realização do evento e também observamos as interações estabelecidas entre agentes da pastoral, pescadores/as e instâncias diretivas (coordenações estaduais e nacional) dos movimentos ANP e MPP na planejamento e implementação de suas ações.

Descrever e analisar o processo de constituição, a estrutura, as ações e o acúmulo em termos de aprendizagem propiciado ao longo dos últimos anos de atuação das diversas organizações dos/as pescadores/as artesanais no Brasil, a saber: o CPP, o Movimento Constituinte da Pesca e o Monape e, mais recentemente, a ANP e o MPP é, em linhas gerais, o objetivo desta pesquisa. Analisar a fundação e o campo de atuação do MPP, descrever seu formato organizativo, elencar as demandas e as ações desenvolvidas no campo social e político, bem como, o levantar as estratégias utilizadas para torná-las efetivas são os objetivos específicos desta pesquisa que se encontram sistematizados nesta tese estruturada em cinco capítulos.

No primeiro deles discute-se os pressupostos teóricos vinculados à democracia participativa, reúne-se e apresenta-se as várias teorias sobre participação, discute-se questões relativas às tensões inerentes à participação com centralidade aos determinantes da ação coletiva. A seguir discute-se a participação ao longo da década de 1980 no Brasil, em especial ao papel da iniciativa popular durante os trabalhos de elaboração da nova carta constitucional e encerra-se com a apresentação e discussão dos pressupostos teóricos referentes à análise dos novos movimentos sociais aplicada ao nosso objeto de estudo, o MPP.

No capítulo dois apresentamos um panorama histórico da organização dos/as pescadores/as artesanais no Brasil e da tutela exercida pelo Estado sobre as colônias desde a República Velha, passando pela Era Vargas e pelos governos democráticos que o sucederam até o fim do regime militar. Após esse panorama fundacional discute-se aspectos sociais,

políticos e econômicos relativos às práticas rotineiras verificadas nas (inter)relações que se estabeleceram entre o governo e as colônias e destas com os/as pescadores/as, desde 1919 até os anos setenta quando foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). A sua fundação, estrutura, principais ações desenvolvidas e os resultados obtidos no período, são apresentados e discutidos, bem como a extinção deste órgão no final da década de oitenta e a política de gestão pesqueira desenvolvida a partir de então com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No capítulo três concentramos nossa atenção na trajetória histórica da pastoral da pesca. A doutrina social da igreja é apresentada e discutida em seus aspectos mais gerais como uma das bases de fundamentação das pastorais sociais com destaque para a pastoral da pesca. Em largos traços sistematizamos trajetória histórica desde a origem até a estruturação do Conselho pastoral da Pesca (CPP), sua composição e áreas de atuação.

O quarto capítulo é dedicado à análise dos trabalhos de elaboração da Constituição verificados na rotina da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). São apresentadas, de maneira geral, as dinâmicas que se forjaram no processo de elaboração da constituição federal atualmente em vigor e, mais especificamente, as ações desenvolvidas neste contexto pelo movimento Constituinte da Pesca. São nominadas as dificuldades e desafios enfrentados pelos participantes do movimento neste período e também os resultados obtidos, para a sociedade em geral, e para os/as pescadores/as, em particular acumulados ao longo deste processo. Apoiada e incentivada pelo CPP, dentre outras instituições, a organização dos pescadores por meio do movimento Constituinte da Pesca foi responsável por angariar o reconhecimento da liberdade de associação e a equiparação das associações e sindicatos às colônias como órgãos representativos de classe dos pescadores.

O quinto e último capítulo concentra a discussão sobre a atuação dos movimentos sociais da pesca artesanal a partir da Nova República com ênfase para a apresentação e análise do Monape, que apoiado pelo CPP foi incumbido de divulgar os resultados obtidos e dar continuidade à mobilização dos/as pescadores/as artesanais no período pós constituinte. O contexto sócio político e a atuação da burocracia estatal no âmbito da pesca artesanal são pontuados e discutidos, bem como o alinhamento das instâncias diretivas do Monape para com este segmento. Neste contexto são apresentadas as conferências nacionais de aquicultura e pesca e seus desdobramentos com destaque para a organização das mulheres na pesca artesanal por meio da ANP e com a cisão dentro do Monape que culminou com a fundação do

MPP. Por fim é sistematizada a trajetória do MPP desde sua fundação, é apresentada sua estrutura, seu eixo temático e as principais ações desenvolvidas.

Nas considerações finais são apresentados e discutidos os resultados e desdobramentos da campanha em defesa dos territórios pesqueiros e os desafios enfrentados pelo movimento na atual conjuntura.

CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL.

1.1 Breve discussão histórica e conceitual sobre a democracia

Democracia, cidadania e participação são vistos hoje em dia como requisitos fundamentais para a vida em sociedade e para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e, não raramente, os vemos sendo utilizados como sinônimos. São temas tratados recorrentemente pela mídia e nos grupos que representam os mais variados seguimentos sociais. Há, no entanto, especialmente no que diz respeito à participação, uma variedade de significados que podem ser atribuídos a cada um destes conceitos. Assim sendo, faz-se necessária a decantação do sentido que queremos dar a esses termos.

Começemos por discutir as relações entre democracia e cidadania: estas são tão antigas que acompanham o ser humano na vida em sociedade desde o surgimento do poder político democrático. No pensamento político clássico a política (relação entre governantes e governados) sempre foi considerada uma relação entre desiguais. É Norberto Bobbio (1992) quem salienta que “[...] no “modelo aristotélico” o homem, animal político, nasce num grupo social, a família e aperfeiçoa sua própria natureza em outro grupo social maior e autossuficiente por si mesmo: a polis [...]” (BOBBIO, 1992, p23, aspas do autor). Nesta perspectiva, assim como a sociedade precede o indivíduo e é condição para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, o poder político (ou o poder sobre os homens) procede de cima para baixo sendo estabelecido para regular a vida em sociedade. Essa concepção organicista segundo a qual o todo (a sociedade) antecede as partes (ser humano) preponderou desde a antiguidade até o final da Idade Média. Foi Aristóteles (1996) quem definiu a tipologia das formas de governo correntes por volta dos séculos VI – IV a.C. curto período de tempo no qual vigorou a democracia em algumas cidades-estados gregas. Para o filósofo em questão havia três tipos “puros” definidos, dentre outras características, pelo número de pessoas com acesso ao poder: a monarquia – governo de um só, a aristocracia – governo de poucos e a república – governo de muitos ou popular. Estas formas puras de governo poderiam se degenerar na tirania, oligarquia e democracia sendo todas elas carregadas de vícios.

A democracia considerada, de maneira geral, como forma de governo do povo em detrimento da monarquia e da aristocracia, teve sua origem na Grécia antiga, mais especificamente, em Atenas onde a discussão e a deliberação política eram pautadas nos

princípios de igualdade, liberdade e cidadania plena e caracterizada pela participação direta dos cidadãos nos assuntos do Estado. Mas não idealizemos a democracia direta estabelecida neste momento que, se foi inequivocamente um avanço para os padrões da época, não era ainda o ideal, pois, poucos eram considerados cidadãos. David Held (1987) apontou as contradições desta primeira experiência democrática e Bobbio (1987) as dificuldades de implementação desse modelo nas sociedades complexas.

Considerados seus dilemas e os conflitos inerentes a esta forma de governo, a experiência democrática de “partilha do poder” demonstrou-se inovadora e deixou marcas indeléveis a ponto de, na atualidade, ser considerada por muitos como a melhor das formas de governo. Mas entre seu nascimento e os dias de hoje, a humanidade viveu séculos de diferentes formas de dominação e concentração de poder sendo que a democracia foi gradativamente retomada a partir da modernidade, por volta do século XVIII, não sem que antes tivesse ocorrido uma inversão radical da concepção organicista segundo a qual o poder político procede de cima para baixo e não vice-versa. Em um contexto de disputa entre o rei e o parlamento onde este último tentava impor limites ao primeiro, John Locke (2006) estabeleceu as bases da concepção individualista da sociedade e da história. Afirmou que a finalidade da associação política é a conservação dos direitos naturais inerentes ao ser humano desde o nascimento, se estabelecendo antes mesmo de pertencerem a qualquer tipo de associação ou grupo. Esta hipótese configurou-se como uma inversão da teoria e do percurso histórico: não só o indivíduo passou a ser mais importante que a sociedade como ele a precedeu.

Da concepção individualista, nasceu a democracia liberal definida formalmente como o poder e o direito dos indivíduos de participarem livremente no processo de tomada de decisões coletivas. Assim, na modernidade, os parâmetros da experiência de participação direta dos cidadãos na política verificados na Grécia Antiga, deram lugar à conquista gradativa de direitos:

[...] Num primeiro momento afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; num segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não-impedimento, mas positivamente como autonomia – tiveram como consequência a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade no Estado); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos dizer de novos valores –

como os do bem-estar e da igualdade não apenas formal, e que poderíamos chamar de liberdade através ou por meio do Estado (BOBBIO, 1992, 32-33).

A democracia moderna é, pois, liberal e representativa e pode ser definida como centrada em uma concepção de participação e de política que transfere o processo decisório para representantes eleitos por meio do sufrágio eleitoral chegando mesmo, em uma perspectiva elitista, a ser vista como uma relação mercadológica que se resume a um mecanismo de escolha de líderes políticos pautado na competição entre partidos por meio do voto.

1.2 As várias faces da democracia

Existem várias formas de democracia e a representativa, embora predominante no ocidente na atualidade, tem sido duramente criticada em vários aspectos com destaque para seu viés instrumental, individualista e competitivo. Foi em uma tentativa de reagir a estas críticas que, desde a década de 1960 começou a se desenvolver uma concepção participativa da democracia. Esta busca ampliar a participação dos cidadãos nos assuntos de interesse da coletividade. Apoiados nas ideias de Jean Jacques Rousseau (1991) e Stuart Mill (1981) os adeptos da democracia participativa foram gradativamente retomando a ênfase no caráter de autodeterminação da cidadania (que tem no povo o sujeito da soberania) e no caráter pedagógico e transformador da participação política. Segundo Luchmann (2006) concomitantemente a este processo de estruturação da democracia participativa verifica-se o surgimento de outra corrente que viria a se configurar no neoliberalismo cuja ênfase recai sobre os aspectos formais da democracia. Se na crítica à versão liberal promovida pelos arautos da democracia participativa estabeleceu-se a possibilidade de contestação e ampliação do espaço de participação institucional, na concepção neoliberal a ênfase recai sobre os aspectos institucionais, os mecanismos de formalização dos direitos e não na discussão da participação como estratégia para o exercício de fato desses direitos. A participação aparece traduzida em termos do engajamento individual e voluntário em prol da solidariedade.

O caminho aberto pelas reivindicações de ampliação dos direitos sociais e políticos resultantes da busca pelo estabelecimento de uma democracia participativa possibilitou importantes conquistas civilizatórias: a noção de direitos e, mais especificamente, a luta pela conquista da cidadania ganhou novos contornos. Tal como proposto pelo Instituto Brasileiro

de Análise Social e Econômica (Ibase)¹¹ tendemos a acreditar que a cidadania é condição para haver democracia e não o contrário. Nesta perspectiva o que definiria a cidadania, para além dos aspectos formais da garantia de direitos, aos quais não negamos importância, é a centralidade das forças sociais capazes de realizar transformações rumo a uma radicalização cada vez maior da participação e conseqüentemente da democracia no sentido de garantir na prática e não apenas nas leis a igualdade de direitos e o acesso a eles.

Partimos do pressuposto de que a institucionalidade democrática é produzida por sujeitos que interagindo coletivamente se organizam e atuam no sentido de assegurar direitos que, em muitos casos já existiam fora do âmbito do Estado como parte da sociedade e das diversas relações estabelecidas entre os indivíduos, mas que carecem de ser reconhecidos, estendidos e assegurados formalmente. Assim novas lutas sociais definem novos direitos e requerem mobilização e engajamento no sentido de promover o seu reconhecimento e sua formalização.

1.3 As dimensões da Cidadania

Tal como discutida por Benevides (1998), a ideia de cidadania está ligada a decisões eminentemente políticas e não necessariamente a valores universais. Os direitos de cidadania são, segundo ela, específicos de uma determinada ordem jurídica e política e, embora, em muitos casos, coincidam com os direitos humanos, estes últimos são mais abrangentes.

Adotada como portadora de ideais a serem alcançados pelas sociedades democráticas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, mas, sua história remonta as Declarações de Direitos dos Estados Norte Americanos e da Revolução Francesa. Com o passar do tempo os direitos aí propostos “[...] sob as bases de uma nova concepção de Estado – que não é mais absoluto e sim limitado, que não é mais um fim em si mesmo e sim um meio para alcançar fins que são postos antes e fora de sua própria existência [...]” (BOBBIO, 1992,

¹¹ Criado em 1981, o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase) teve sua história ligada à luta pelo retorno à democracia. Declarando-se como organização de cidadania ativa, não partidária e não confessional, o Ibase, a partir de 2011, em parceria com a Petrobras estabeleceu dentre seus projetos o Indicadores de cidadania (Incid) - Proposta Ibase de Indicadores de Cidadania. Realizado em 14 municípios da Área de Influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), o Incid agrupou em 4 painéis, que correspondem às dimensões da cidadania ativa: 1) cidadania vivida – o estudo das condições de vida à luz de direitos; 2) cidadania garantida – a qualidade das políticas em prover direitos a todos (as); 3) cidadania percebida – as visões dos direitos, responsabilidades, violações; 4) cidadania em ação – o engajamento concreto na luta por direitos. Em cada um desses painéis foram construídos indicadores específicos de três conjuntos integrados de direitos: direitos coletivos, sociais e culturais; e direitos civis e políticos.

p. 29) vêm se ampliando e permitindo importantes conquistas civilizatórias. Essas conquistas com o passar do tempo vem sendo cada vez mais internalizadas. O mesmo se dá com a noção de que temos direitos a ter direitos iguais. Essa ênfase na igualdade não pressupõe a recusa às diferenças (etnia, gênero, cultura, etc.) contribuindo antes para uma noção ampliada e global de cidadania.

Os direitos e a igualdade de acesso aos direitos são hoje fundamentais para compreender a cidadania. Nossa perspectiva é a de que a cidadania consiste, principalmente, na consciência de pertencimento à sociedade, na crença, na valorização e na busca pela dignidade humana, entendida como fundamento e finalidade última da democracia. Enquanto tal a dignidade humana passa não só pelo papel que cada ser humano é chamado a desenvolver contribuindo para o aperfeiçoamento da sociedade tal como previa a filosofia (COMPRATO:2006) mas também pela garantia que deve ser dada pelo Estado no sentido de assegurar a possibilidade desse desenvolvimento. A integração participativa nos processos e esferas de poder, com igual percepção de que essa situação subjetiva envolve também deveres e responsabilidades com o outro e a coletividade é, pois, a base para o exercício da democracia pela e na sociedade e não apenas cobrada do Estado. Essa perspectiva vem sendo construída a partir da dinâmica verificada na prática dos movimentos sociais dos mais diversos matizes, atuantes na história recente do Brasil, desde a luta pelo fim do governo militar e que culminou com a transição para o atual regime democrático. Esta prática aponta para uma concepção de cidadania mais coletiva e ampliada que ultrapassa os limites jurídicos e formais e envolve distintas categorias sociais engajadas na luta pela ampliação da democracia e pelo direito a ter direitos. A essa cidadania dá-se o nome cidadania ativa.

1.4 Características da cidadania ativa

Partindo da definição de Benevides (1998) que resumia a cidadania ativa à participação, individual ou em grupo, nas mais variadas áreas de atuação sendo, portanto, considerados cidadãos ativos aqueles que assumem responsabilidades de participação em processos decisórios e na reivindicação de direitos, a pesquisa do IBASE (1981) para construção de indicadores de cidadania desdobra o conceito em quatro dimensões. São elas:

1. A cidadania vivida que parte da situação real de acesso, uso fruto ou violação aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma dada população;

2. A cidadania garantida que parte da disponibilidade e do acesso aos direitos de cidadania via políticas públicas;
3. A cidadania percebida que parte da consciência e da cultura de direitos, das responsabilidades da cidadania, como as pessoas pensam os seus direitos e os dos outros e
4. A cidadania em ação que parte da organização social e da participação política para a conquista da cidadania plena; da capacidade de intervenção social via engajamento e participação. (IBASE, 1981).

Interessa-nos de maneira especial a centralidade da participação para cidadania e para a democracia contida neste último desdobramento, presente no conceito de cidadania ativa.

1.5 Os vários sentidos da participação

Carregada de polissemia a participação é uma “palavra-chave” que vem ocupando espaço crescente no cotidiano das pessoas e seu uso tem se tornado cada vez mais frequente. No entanto, como categoria ela tem perdido capacidade explicativa restando, pois, a necessidade de qualificar o sentido dado a esta ideia que já conta com algumas décadas de produção e debate acadêmico o qual passamos agora a apresentar e discutir.

Iniciaremos pelo sentido dado por Arnstein (2002); em artigo clássico a autora analisa o envolvimento da sociedade civil em três programas do Governo Federal dos Estados Unidos implantados na década de 60 e discute as características da participação exercida em diferentes localidades. Neste contexto a participação cidadã é tomada como sinônimo de poder real do cidadão para influenciar os resultados do processo. A autora estabeleceu, de forma provocativa, uma tipologia definida em termos de uma escada onde cada um dos oito degraus corresponde à amplitude do poder da população em decidir sobre as ações e/ou o programa:

1. No primeiro degrau teríamos a manipulação e no segundo, a terapia que a autora trata como níveis de não-participação, pois nestes níveis elementares as ações existem simplesmente para permitir que os tomadores de decisão possam “educar” os participantes;
2. No terceiro degrau teríamos a informação, no quarto a consulta e no quinto a pacificação. Segundo Arnstein estes degraus podem ser analisados conjuntamente, pois, há aqui uma concessão mínima de poder: nestes estágios, se permite aos “participantes” ouvirem e serem ouvidos sem conseguir assegurar, no entanto, que suas opiniões serão aceitas. Permite-se que possam, no máximo, aconselhar aqueles que tomam a decisão;
3. No sexto degrau teríamos a parceria, no sétimo a delegação de poder e, por fim, no oitavo o controle cidadão. Estes sim, poderiam ser considerados níveis de poder cidadão, pois, os participantes poderiam de fato influenciar

os resultados tendo poder de decisão seja por meio da delegação onde podem negociar especialmente quando têm a maioria nos fóruns de tomada de decisão ou mais ainda quando têm completo poder gerencial. (ARNSTEIN, 2002).

A própria autora reconheceu as limitações da tipologia: para efeitos da teoria a sociedade foi dividida em dois blocos homogêneos quando na realidade, nas ações do dia-a-dia, o que se verifica é que não existe homogeneidade e sim, uma grande gama de pontos de vistas diferentes, divergências significativas, interesses encobertos que competem entre si e divisões em subgrupos.

Para Bordenave (1983), a democracia é um estado de participação sendo a favor dela tanto setores progressistas que desejam uma democracia mais autêntica quanto àqueles setores mais tradicionais resistentes aos avanços das forças populares, isso porque segundo ele a participação oferece vantagens a vários setores:

Aos progressistas ela facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder;

Aos planejadores ela garante um maior controle uma vez que os participantes tendem a acompanhar, criticar e exigir a contenção daquelas tendências à corrupção e à malversação de recursos que as lideranças centralizadas tendem a incorrer quando não são devidamente acompanhadas e/ou fiscalizadas;

A participação ainda satisfaz necessidades políticas, na medida em que permite a expressão de interesses reais, mais próximos e visíveis ajudando a conter o despotismo supostamente inerente à democracia (contemplar os interesses maiores e submeter às minorias);

E, por fim, satisfaz necessidades econômicas na medida em que consegue o engajamento e a mobilização das pessoas que, por sua vez podem auxiliar no planejamento e na captação de recursos locais especialmente em regiões carentes (Bordenave:1983:31).

Para este autor a participação social é um processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. Para ele a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia força que dá sentido a todas as (micro)participações que, por sua vez, constituem-se em aprendizado contribuindo para o desenvolvimento de mentalidades participativas pela prática constante e refletida. Para o autor em questão, há diferentes graus e níveis de participação na medida em que dirigentes e membros tem maior ou menor controle no processo de tomada de decisão:

1. Quando o controle dos dirigentes é máximo eles apenas informam aos membros sobre decisões já tomadas e, portanto, a participação dos membros é mínima ou inexistente.
2. Na consulta facultativa a administração pode, se quiser, consultar os membros, mas mesmo que o faça nada a obriga a considerar as observações destes quando da tomada de decisão e da implementação das ações.
3. Se, por outro lado a consulta é obrigatória os membros devem obrigatoriamente ser consultados em certas ocasiões, mas a decisão final pertence à administração.
4. Quando há elaboração ou recomendação os membros elaboram propostas e recomendam medidas que a administração pode aceitar ou rejeitar, mas caso opte por desconsiderar o proposto deve, obrigatoriamente, justificar sua posição.
4. Há um grau elevado de participação quando existe a cogestão na qual a administração da organização é compartilhada entre a administração e os membros mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade.
5. O grau mais elevado de participação é a autogestão na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa. (Bordenave,1983, p.34)

Há que se considerar também o grau de importância das decisões a cuja formulação os membros tem acesso: é relativamente comum a participação dos membros na execução das ações e na avaliação dos resultados o que tem somenos importância quando comparado à formulação da política da organização, à determinação dos objetivos ou a escolha de estratégias, planos e programas, bem como a alocação de recursos e administração das operações que, na maioria das vezes, fica a cargo da administração sem que haja participação dos membros.

Ainda segundo o autor a democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, reduzindo a divisão de funções entre os que planejam e decidem e os que executam e sofrem as consequências das decisões.

Segundo LOEWENSON (2001) há pelo menos cinco formas diferentes de participação:

1. O “estar presente”, “tomar parte”, “fazer parte”, expresso no envolvimento mínimo daqueles que participam e sua pouca interferência no processo decisório;
2. Como um movimento da instituição em direção à sociedade, possibilitando desde o compartilhamento de informações até a abertura de consultas e recomendações, o que demanda um pouco mais de envolvimento e responsabilização dos participantes;
3. Movimento da sociedade civil em direção à instituição, por meio de mecanismos de pressão diversos;

4. Práticas de parceria e gestão partilhada, que visam à formulação de soluções, ao estabelecimento conjunto de prioridades e, em alguns casos, à decisão e ao controle coletivo;
5. Ampla autonomia da comunidade frente à instituição (Lowenson:2001:45)

Segundo Gohn (2007, p. 84), na concepção liberal, dados os pressupostos básicos do liberalismo, que buscam sempre a constituição de uma ordem social que assegure a liberdade individual, a participação deve levar ao fortalecimento da sociedade civil, não para que esta participe da vida do Estado, mas para evitar a ingerência deste na vida dos indivíduos. Desta concepção deriva:

- A participação corporativa, entendida como um movimento espontâneo do indivíduo que encontra razões para participar no sentimento de identidade e concordância com uma ordem social que cria algo superior: o “bem comum” (ou seja: os motivos para participar estão para além de seus interesses pessoais) e
- A participação comunitária que busca integrar os órgãos representativos da sociedade aos órgãos deliberativos e administrativos do Estado e assim, os grupos organizados ao participarem no interior dos aparelhos e do poder estatal propiciam que as esferas do público e do privado possam se fundir. (GOHN, 2007, p. 84).

Mas além destas formas liberais de participação há outras:

1. A autoritária orientada para a integração e controle social da sociedade e da política em regimes autoritários de direita e de esquerda;
2. A democrática que se desenvolve tanto nos movimentos e organizações autônomas que compõem a sociedade civil quanto nas instituições formais políticas tendo como princípio básico a delegação de poder por meio da representação (via processo eleitoral);
3. A revolucionária que busca, nos marcos do ordenamento jurídico vigente ou caminhando por vias paralelas, a estruturação de coletivos organizados para lutar contra as relações de dominação, pela divisão do poder político e pela substituição da democracia representativa por outro sistema e
4. A concepção democrático-radical na qual seus partícipes são sujeitos sociais que tem por objetivo fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social com menos injustiças, exclusões, desigualdades e discriminações. (GOHN, 2007, p. 85).

1.6 Tensões afetas à participação: questões gerais

Um aspecto central na discussão sobre democracia e participação é o que envolve os dilemas da ação coletiva, abordados pela literatura segundo diferentes pontos de vista. No que toca a nossa pesquisa, consideramos importante trazer para o debate teórico autores que, grosso modo, poderíamos enquadrar em duas grandes vertentes: aqueles que enfatizam aspectos mais instrumentais da participação (em geral, adotando a perspectiva do indivíduo em uma dimensão estratégica) e outros mais focados em traços que extrapolam a dimensão do interesse individual, atribuindo peso a variáveis como valores, tradições, cultura e afins.

Um dos autores que expôs com clareza os dilemas de que se trata é Olson (1965), cujo mérito inclui o fato de ter posto em questão um pressuposto até então naturalizado: o de que indivíduos que têm interesses comuns tenderiam a atuar coletivamente em favor da satisfação de tais interesses. Até a publicação de “A lógica da ação coletiva”, em 1965, a não participação de operários em movimentos de interesse de sua classe – a título de exemplo – era atribuída basicamente a uma suposta falta de conscientização.

Analisando a ação coletiva em torno do que ele chama de bens públicos (benefícios que, uma vez conquistados, ficam acessíveis a toda uma coletividade, não importando se cada indivíduo a ela pertencente participou ou não dos esforços por sua conquista), Olson traz para a análise o problema do “carona” (*free-rider*). Em termos bem simples, o dilema pode ser descrito da seguinte forma: se todos vão usufruir do benefício, independentemente do esforço despendido, que estímulos cada indivíduo teria para participar da luta pela sua conquista?

Este raciocínio é aplicado especialmente aos casos de grupos numerosos, nos quais (a) a contribuição ou omissão de um indivíduo é praticamente irrelevante em relação ao resultado final da luta e (b) os atores omissos ficam facilmente no anonimato, ou seja, praticamente não são expostos a qualquer tipo de constrangimento moral frente a seus companheiros de grupo. Segundo essa visão, a participação em movimentos coletivos só seria garantida mediante algum tipo de coerção ou, em sua ausência, por meio da concessão dos chamados incentivos seletivos: recompensas reservadas aos efetivamente participantes.

Embora com lógica distinta, Michels (1982) também problematiza a ação coletiva lançando luz sobre aspectos instrumentais. É dele a conhecida expressão “Lei de Ferro da Oligarquia”, que consiste na tendência de toda organização a ser dominada por um pequeno grupo interno. Inquieto com a experiência de partidos populares europeus que se distanciavam de suas bases, Michels buscou explicações para o crescente descompasso entre um discurso eventualmente revolucionário e uma prática interna fortemente conservadora. Sua conclusão é que a tendência oligárquica seria intrínseca a toda organização.

Michels tinha em mente os partidos políticos populares, mas sua “lei” frequentemente encontra aplicação possível em outras organizações fundadas com o objetivo de perseguir alguma espécie de transformação social – sindicatos, associações, movimentos, ONGs e outras tantas. No caso dos partidos, o caminho para que se tornem eleitoralmente competitivos (condição para que tenham efetividade no seu objetivo de promover transformações em ambiente democrático) não apenas envolve o esforço para ampliar o arco de apoios e diminuir os nichos de rejeição, trazendo uma tendência à perda de radicalidade, mas também os constringe a se profissionalizarem, criando em seu interior burocracias que impõem autoridade e disciplina. Nesta dinâmica, mesmo partidos revolucionários tenderiam a se transformar em miniaturas da estrutura autoritária que pretendem derrubar.

Que a política interna das organizações de partido seja hoje absolutamente conservadora, ou na iminência de sê-lo, este é um fato que sobressai nitidamente da análise à qual acabamos de nos submeter. Mas se poderia argumentar que a política externa desses organismos conservadores foi uma política ousada e revolucionária; poderia se argumentar que a centralização antidemocrática do poder nas mãos de alguns chefes não passou de um meio tático adotado com o objetivo de derrubar com muito mais facilidade o adversário no momento desejado; poderia se argumentar que as oligarquias só foram encarregadas da missão provisória de educar as massas com vistas à revolução, e que a organização não passou, por conseguinte, de um meio colocado a serviço de uma concepção exagerada de blanquismo .

Mas tais suposições estão em contradição com a própria natureza do partido, que procura, ao contrário, organizar-se na mais vasta escala que se possa imaginar.

Ora, à medida que a organização cresce, a luta pelos grandes princípios se torna impossível. (MICHELS, 1982, p. 220)¹²

Por outro lado, mesmo um autor como Max Weber (1997), que também adota a perspectiva do indivíduo ao considerar o sentido atribuído à ação social pelo próprio agente, permite examinar o problema da ação coletiva sem um viés puramente instrumental. Ao propor diferentes tipos ideais de ação racional, Weber inclui quatro modalidades: ação social com relação a fins, ação social com relação a valores, ação social afetiva e ação social tradicional.

Sua tipologia, que não se pretende exaustiva, é uma espécie de artefato intelectual que tampouco visa descrever exatamente a realidade, funcionando, na verdade, como instrumento de comparação construído para fins de pesquisa sociológica. Os tipos ideais, na obra de Weber, permitem verificar em que medida a realidade se aproxima ou se distancia de um ou mais tipos mesclados.

¹² Ressalte-se aqui um contato entre a perspectiva de Michels e a de Olson: quanto maior a organização ou grupo, menor a probabilidade de atuação individual movida por princípios.

Segundo esta perspectiva,

... age de modo estritamente racional com relação a valores quem, sem considerar as consequências previsíveis, se comporta segundo suas convicções sobre o que o dever, a dignidade, a beleza, a sabedoria religiosa, a piedade ou a importância de uma “causa”, qualquer que seja o seu gênero, parecem lhe ordenar. Uma ação racional com relação a valores é sempre (no sentido de nossa terminologia) uma ação segundo “mandatos” ou de acordo com “exigências” que o agente acredita serem dirigidos para ele (e diante das quais o agente se acredita obrigado). (WEBER, 1997, p.119)

No debate entre correntes tendencialmente mais próximas a um ou outro polo da discussão – o da dimensão estratégica ou o da dimensão valorativa –, destacamos a contribuição de Reis (2006) como uma perspectiva capaz de ponderar os ganhos e as perdas de cada vertente. A grande pergunta suscitada por este debate é: qual seria o papel eventualmente desempenhado na ação coletiva, por motivos de ordem moral, afetiva ou ideológica capazes de engendrar solidariedade e ação em comum? Como aponta Reis, Olson escamoteia essa questão, dizendo, em simples nota de rodapé, que mesmo nestes casos o que moveria o indivíduo a agir coletivamente seria a busca de bem-estar psicológico ou “paz consigo mesmo” e que isto funcionaria como incentivo seletivo, o que pode ser claramente apontado como uma extrapolação do argumento original¹³.

Na perspectiva de Reis, a análise que se centra em considerar o caráter mais “egoísta” ou “solidário” dos atores desemboca em uma espécie de labirinto desnecessário. Afinal, este tipo de atribuição depende inteiramente do ponto de vista que se adote:

(...) quando atuo em benefício dos interesses de *minha* família, de *meu* partido, de *minha* classe, de *meu* país, sou egoísta ou altruísta? Ou “egoísmo” aplica-se apenas à atuação motivada por interesses estritamente individuais? Neste caso, como avaliar, digamos, o burguês que atue em prol dos interesses de sua classe? Ainda que por hipótese essa ação vise *deliberadamente* a consolidar ou aumentar a exploração de outra classe mais numerosa e se traduza diretamente na defesa de seus interesses pessoais, ela é um exemplo de altruísmo tanto quanto de egoísmo. E o proletário que trate de promover os seus próprios interesses através da ação coletiva de classe, ao se tornar “consciente” e perceber a identificação de seus interesses com os de sua classe, é um exemplo de egoísmo tanto quanto de altruísmo. (REIS, 2006, p.116)

Para este autor, essa articulação entre egoísmo e altruísmo toca o cerne da política: ela remete ao maior ou menor alcance ou abrangência coletiva dos fins perseguidos e permite ao analista captar a dialética entre as duas dimensões (competição e cooperação). Quando se

¹³ Reis aponta ainda a contradição de Olson quando este diz que em grandes grupos o indivíduo, agindo racionalmente, não teria estímulos para cooperar. Ora, lembra Reis, para um indivíduo normalmente altruísta o racional seria justamente cooperar.

analisa a articulação entre cooperação e luta, entre comunicação e estratégia, o que está em jogo é entender quais são os sujeitos coletivos reais e como eles se formam, o que toca muito de perto o nosso estudo, como se verá adiante. No horizonte de Reis, o estudo envolvendo casos de ação coletiva precisa levar em conta o aspecto institucional, histórico ou sociológico e rejeitar a suposição de que os atores ajam sempre em “estado de natureza”, ou seja, movidos tão somente por interesses egoístas. O problema analítico é o de apreender precisamente a imbricação entre aspectos estratégicos e aspectos sociológicos de natureza variada para dar conta de tais processos de ação coletiva.

Tendo discutido os aspectos teóricos conceituais referentes a democracia, cidadania e participação passamos daqui por diante a apresentar e debater o contexto sociopolítico recente que marcou nossa trajetória histórica.

1.7 A iniciativa popular na Constituinte

Ao longo do extenso período de liberalização lenta, gradual e segura que caracterizou o fim do regime militar¹⁴, diversas organizações das quais são exemplos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹⁵, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)¹⁶, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁷ e muitas outras representativas dos movimentos sociais, que fomentavam uma ampla disposição participacionista entre a população brasileira, foram gradativamente acumulando forças na luta pela retomada da democracia. É neste contexto que a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi levada a reconhecer formalmente as emendas populares. Estas, ao mobilizarem milhões de brasileiros conseguiram já na fase de elaboração da nova Constituição o reconhecimento do direito da sociedade, através de suas

¹⁴ Trata-se de nossa mais recente experiência autoritária na política, período de vai de 1964 a 1985 quando os militares assumiram o poder e embora tivessem mantido na maior parte deste período as regras e estruturas anteriores (funcionamento do congresso e calendário eleitoral) esvaziaram estas estruturas de conteúdo democrático existindo grande parte do tempo apenas “para inglês ver”.

¹⁵ Criada em 1952, por inspiração de Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro Dom Hélder Câmara, a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reúne o episcopado católico brasileiro e já produziu desde então mais de cem documentos nos quais analisa e considera o contexto sócio-político e econômico do Brasil para orientar a atuação dos seus membros e seguidores. Disponível em www.cnbb.org.br consultada em 18/08/2015 as 08h.

¹⁶ Criada quase um século depois das primeiras tentativas de congregar a classe no Instituto dos Advogados, em 18 de novembro de 1.930 por meio do Decreto n. 19.408, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil tem sido bastante atuante no cenário político nacional. Disponível em www.oab.org.br consultada em 18/08/2015 08h30.

¹⁷ Criada em 28/08/1983, em São Bernardo do Campo, SP, a CUT – Central Única dos trabalhadores representou, na prática, um rompimento com os limites da estrutural sindical oficial corporativa que proibia a existência de uma organização inter-profissional. A organização se propõe a defender os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, melhorar as condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo, organizar, representar sindicalmente e dirigir numa perspectiva classista a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, dos ativos e inativos. Disponível em www.cut.org.br consultada em 18/08/2015 às 08h50.

organizações, de apresentar ao congresso nacional projetos de lei. Abre-se assim espaço e incentiva-se a ampliação das liberdades civis e a participação política.

Ressalte-se, ainda que, durante o processo de mobilização, este novo arranjo político-social unificou, em certa medida, as reivindicações dos diferentes grupos e organizações sociais e promoveu o engajamento de parcela relevante da sociedade brasileira no sentido de retomar um processo de aproximação gradativa da política e de reconhecimento e valorização das instituições em sentido amplo. Vários foram os autores (AVRITZER, 2006; BENEVIDES, 2003; PINTO, 2004; MELCHIOR, 2011) que constataram que a desconfiança e apatia em relação à política e ao exercício do poder foram cautelosa e paulatinamente substituídas, por uma (re)aproximação dos diferentes grupos sociais da esfera pública, em especial, do parlamento.

Durante seus trabalhos, a ANC ouviu tanto as elites nacionais quanto outros segmentos que jamais tinham sido admitidos em fóruns oficiais refletindo, como nunca antes, a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade. O clímax da participação popular no processo constituinte deu-se com a aprovação do direito de os eleitores apresentarem propostas de emendas populares ao texto constitucional. A regra contida no regimento interno foi a de que as emendas populares deviam conter um mínimo de trinta mil assinaturas e ser apresentadas por três organizações responsáveis, com a defesa frente à Comissão de Sistematização por um dos subscritores.

Foram apresentadas, no total, 122 emendas populares com suas 12.265.854 assinaturas sendo este, um evento participativo entre os mais fortes da trajetória democrática do Brasil. Algumas outras iniciativas não chegaram a ser apresentadas por não terem cumprido dispositivos regimentais. Mesmo dentre as 122 recebidas, somente 88 cumpriram devidamente tais regras e as demais receberam assinatura de constituintes para viabilizar sua tramitação.

Do ponto de vista da dinâmica de funcionamento da ANC foi a abertura para apresentação de emendas pela população ao anteprojeto da constituição a grande novidade. As “emendas populares” provocaram enorme mobilização de parcelas expressivas da sociedade brasileira e demonstram que desde os trabalhos da constituinte experimentamos inovações democráticas que resultaram em mudanças incrementais “[...] mudanças lentas e graduais que ocorreram em processos consistentes com a ordem existente, mas que, no longo prazo podem vir a sinalizar o aparecimento de novas instituições.” (OLSEN, 2014, p. 19).

A base institucional estabelecida durante os trabalhos da ANC e que resultaram na aprovação da Constituição de 1988 promoveu autonomia política para estados e municípios e assim descentralizou poderes e competências e garantiu, pelo menos do ponto de vista formal, uma ampliação nunca antes verificada na história brasileira, dos direitos civis, políticos e sociais (CUNHA; THEODORO, 2014, p. 09).

A cultura política participativa que já se verificava antes mesmo da elaboração da nova carta demonstrou ser um mecanismo eficiente de pressão junto aos parlamentares para que contemplassem no texto constitucional a adoção de um modelo de democracia participativa como forma de complementação e correção dos desvios inerentes à representação. Nossa aposta é a de que intencionalidades múltiplas e entrecruzadas podem estar embutidas nas várias formas de ação coletiva (manifestações, passeatas, marchas, protestos, abaixo assinados, etc.) colocadas em prática pelos movimentos sociais e que mantiveram viva a ideia de participação política para além das vias tradicionais eleitorais.

No caso das emendas populares fica claro o envolvimento de considerável parcela de setores sociais na busca de mudanças que expressem e reflitam seus interesses, princípios, valores, ideias e expectativas no desenho de instituições que organizam e regularizam o exercício do poder político, tendo o Estado como referência e objeto. A atuação de organizações e movimentos sociais no combate à corrupção, demandando transparência, fim da impunidade e direito à informação, dentre outras, aparecem como decisivas no sentido de forçar os agentes governamentais e burocráticos a uma *accountability* social aqui entendida como

[...] um mecanismo de controle não eleitoral, ainda que vertical, que repousa nas ações da múltipla gama de associações de cidadãos e movimentos e na mídia, ações que tem por objetivo expor o malfeito governamental, trazendo novas questões para a agenda pública ou ativando a operação de agências horizontais. Emprega ferramentas institucionais e não institucionais. (SMULOVITZ; PERUZZOTTI, 2000, p. 150, tradução livre).

A participação política não é concebida apenas na relação com o Estado; ela é vista como critério de qualidade para a democracia. Participar é mais do que estar presente ou mesmo influenciar processos decisórios. É ter igual poder na determinação das consequências da decisão. Assim sendo, a participação tem em si um caráter pedagógico na medida em que possibilita o aprendizado sobre questões coletivas comuns e, portanto, tem o potencial de desenvolver nos cidadãos qualidades e habilidades necessárias à manutenção da democracia.

1.8 Alguns aspectos da participação no contexto político do Brasil a partir dos anos 1980.

Dagnino (2004) discutiu a participação no Brasil a partir dos anos oitenta quando, segundo ela, estruturou-se um projeto político¹⁸ democratizante e participativo que foi gradativamente desenvolvido ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia, na luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos populares desempenharam um papel fundamental. A seguir, nos anos 90 outro projeto político de viés neoliberal se estruturou e ganhou centralidade. Após a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1.989, para a Presidência da República estes projetos passaram a conviver e disputar espaço nos cenários econômico e sociopolítico nacional. À primeira vista parecia existir um consenso em torno da promoção da participação da sociedade civil, mas o que de fato ocorreu foi uma disputa marcada por uma crise discursiva: houve um deslocamento de significados que deixou encobertos os antagonismos, as diferenças e as nuances entre esses dois projetos. A autora em questão aponta que o uso de um vocabulário homogêneo onde ambos utilizavam conceitos tais como cidadania e participação pode ter contribuído para confundir a população.

Segundo Dagnino, aparentemente, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, ambos recorrem a um vocabulário comum com referências à democracia, à cidadania e à sociedade civil e também propõem a participação nos espaços recém-criados com a adoção dos procedimentos e mecanismos institucionais. No entanto, as semelhanças acabam por aí pois os interesses, desejos, crenças e aspirações de ambos os projetos são distintos assim como é diversificada a população que constitui a sociedade civil. Esta última não é homogênea. Há que se reconhecer a diversidade nela presente bem como fugir de uma visão inocente e pouco refinada de que a sociedade civil seria um polo de “virtudes democratizantes” e o Estado, o seu oposto e pelo menos um entrave a este propósito.

Doimo (1995) também analisa este período e afirma que na estruturação do projeto democratizante a sociedade civil foi arena e alvo do debate, pois, era preciso ampliar a esfera da política que nas décadas anteriores, durante a vigência do regime militar, havia se restringido quase que exclusivamente à esfera do Estado. Com o fim do regime militar houve uma (re)definição e uma (re)significação da cidadania que se ampliava cada vez mais no sentido de resistir a uma noção autoritária, estadista e excludente de política. Neste contexto,

¹⁸Tal como definido por Gramsci os projetos políticos são caracterizados por um vínculo entre cultura e política que determina um conjunto de crenças, interesses e concepções de mundo que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

os movimentos sociais (populares, urbanos, camponeses, de mulheres, de negros, contra a carestia, de direitos humanos, etc.) apresentavam uma recusa à “democracia realmente existente” por considerá-la limitada e pactuavam a necessidade de ampliá-la, aprofundá-la e estendê-la para muito além do sistema político fazendo-a chegar às relações sociais no seu conjunto. Buscava-se uma nova cidadania e com ela a retomada de um processo democrático que devia ser estabelecido também no interior da própria sociedade e que deveria funcionar como parâmetro para o conjunto das relações sociais. Tratava-se, enfim, de construir um novo projeto de sociabilidade em um formato mais igualitário o que, por sua vez, implicava o reconhecimento do/s outro/s como sujeito/s portado/es de interesses válidos e direitos legítimos. A luta e as práticas pela ampliação da cidadania e pela retomada da democracia remontam aos anos iniciais da década de oitenta e o marco formal desta perspectiva foi a Constituição de 1.988 que ganhou a alcunha de constituição cidadã.

Na década de 1990, com a retomada da democracia e com o reconhecimento e a previsão constitucional da criação de novos “espaços públicos” nos quais a sociedade, por meio de representantes, poderia compartilhar o poder do Estado atuando de forma colegiada no planejamento e gestão, em especial nos conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos, os movimentos sociais direcionaram boa parte de sua energia para atuação nestes espaços. Gradativamente o confronto e o antagonismo que nos anos anteriores caracterizaram as relações entre o Estado e a sociedade civil foram substituídos por uma ação conjunta visando o aprofundamento democrático.

Este projeto participativo e democratizante tem se confrontado, desde a eleição de Collor em 1.989, com outro que propõe também a participação da sociedade civil para fazer os ajustes necessários à implantação do neoliberalismo. A perspectiva neoliberal vê a participação da sociedade civil, como essencial para desonerar o Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos e transferir para a sociedade civil suas responsabilidades sociais. Neste contexto a participação passou a assumir outra conotação: engajamento individual, trabalho voluntário e caritativo ou ainda como responsabilidade social das empresas. Estas últimas, por sua vez ganharam centralidade juntamente com associações corporativas as mais diversas e com as Ong’s enquanto que os movimentos sociais se mantiveram laterais e não raro passaram a ser criminalizados.

1.9 O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS)

Embora haja ampla literatura referente aos NMS ainda não há consenso quanto a inovação que estas possam apresentar no debate político e na ação coletiva que desenvolvem. A perspectiva adotada nesta tese centra-se nas contribuições de Ilse Scherer-Warren e Maria da Glória Gohn que, por sua vez foram inspiradas nas bases estabelecidas por teóricos da Escola de Frankfurt cuja marca fundamental está na forte vinculação entre trabalho e experiência de ação de reconhecidos intelectuais da esquerda dentre os quais se destacam: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm, Jürgen Habermas, entre outros. Esta herança permanece e ganha força na valorização da cultura, da ideologia, das lutas sociais cotidianas e da solidariedade na construção da identidade coletiva dos NMS em oposição à centralidade de um sujeito específico tal como proposto na vertente norte-americana.

É de Gohn (2006) a afirmação de que as desigualdades, a exclusão e a opressão ensejam a constituição de movimentos sociais que organizam a população para elaboração e adoção de estratégias de resistência em busca de mudanças. Acreditamos que isso acontece com o CPP, a ANP e o MPP, movimentos sociais que pautam suas ações pela (re)afirmação constante da identidade coletiva dos/as pescadores/as artesanais em meio a um contexto marcado por conflitos estruturais. Com efeito, o sujeito coletivo predomina nas ações e na identidade desses atores sociais que propõem uma forma mais equânime de distribuição dos ônus e bônus da exploração dos recursos pesqueiros no Brasil.

Muito se tem discutido sobre o significado da novidade nos movimentos sociais e já é comum o fato de estes não possuírem uma clara base classista tal como verificado entre os ‘velhos’ movimentos operários e camponeses e também a constatação do caráter eminentemente político de suas ações que traduzem novas formas de fazer política ou na politização de novos temas. Para Laclau e Mouffe (1990)¹⁹ o que há de novo nos NMS latino-americanos são as formas de subordinação ao capitalismo tardio marcadas, dentre outras, pela banalização da vida social; pela burocratização da sociedade e pela massificação das relações sociais na cultura, no lazer e na sexualidade processada pelos meios de comunicação.

A pesquisadora Ilse Scherer-Warren (1996) afirma que o papel desempenhado pelos NMS propicia um novo equilíbrio de forças entre o Estado e a sociedade. A práxis transformadora resultante do engajamento cada vez maior dos movimentos sociais possibilita

¹⁹LACLAU, Ernest., MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics*. 3. Ed. London/N. York: verso, 1990.

o fortalecimento da sociedade civil enquanto que a prática dos partidos políticos tende a fortalecer o Estado.

Tanto GOHN (2009) quanto SCHERE-WARREN (1996) discutem a ação coletiva e a atuação em rede dos NMS que, embora estabelecidos e agindo localmente, podem ter articulações globais. Destacam estas autoras o papel estratégico que assume o ‘empoderamento’ coletivo presente nas articulações políticas contemporâneas que podem ser exemplificadas pelos fóruns sociais mundiais e pelas grandes marchas contra a globalização, dentre outras.

Gohn (2006) partindo das contribuições dos principais teóricos da escola de Frankfurt apresenta-nos as seguintes características do paradigma para estudo dos NMS:

- a) *A construção de um modelo teórico baseado na cultura* - embora assumam a perspectiva marxista da cultura vista como ideologia esta última é (re)significada e dela se retira a ideia de falsa representação do real;
- b) *A negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da ação social dos indivíduos e, por conseguinte da ação coletiva da sociedade* – embora simpáticos ao neomarxismo verifica-se a superação da perspectiva marxista que trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, das ações das classes, trabalhando num universo de questões que ao priorizar as determinações macro da sociedade não considera nem é capaz de explicar as ações que advém do campo político e cultural;
- c) *Elimina o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado por uma ‘consciência autêntica’ de uma vanguarda partidária* – surge um novo sujeito social, que não é um indivíduo específico, mas, um coletivo difuso e não hierarquizado que luta contra a discriminação no acesso aos bens produzidos na Modernidade e critica os efeitos nocivos dos valores que esta tenta impor às comunidades tradicionais.
- d) *A política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social* – a ênfase recai na política praticada nas relações micro sociais em oposição à política macro das instituições com o controle do poder pelo Estado tal como valorizado no paradigma norte americano;
- e) *Os atores sociais são analisados sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pelas identidades criadas no processo* – a ênfase recai sobre a identidade coletiva construída e assumida internamente pelos grupos e não na identidade social definida externamente por estruturas que podem configurar certas características dos indivíduos. Esta identidade definida pelos grupos comporta a identificação dos membros e as fronteiras que os separam de outros sujeitos e ainda define suas ações que, por sua vez, promovem o crescimento do grupo a partir da defesa desta singularidade. (GOHN, 2006, p. 121-127 grifos nossos).

A mesma autora apresenta outros autores (Johnston, Laraña e Gusnfield), que propõem a fusão de argumentos das vertentes europeia e norte-americana no estudo dos NMS, chegando a oito características consideradas como centrais para definir os NMS: (a) “há uma tendência de que a base dos NMS transcenda a estrutura de classes”; (b) afirma-se a “pluralidade de ideias e valores presentes nos NMS que também apresentam tendência a orientação pragmática na busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões”; (c) “os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade”; (d) verifica-se o “obscurcimento da relação entre o individual e o coletivo”; (e) os NMS envolvem “aspectos pessoais e íntimos da vida humana”; (f) os NMS utilizam “como meios para suas ações táticas radicais de mobilização, ruptura e resistência que envolvem: a desobediência civil, a resistência passiva, a não violência e a ação direta”; (g) verifica-se o fato de “[...] os NMS terem se estruturado e se multiplicado devido à crise de credibilidade dos canais convencionais de participação das democracias ocidentais”; e (h) “[...] ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados, os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada, descentralizada e anti-hierárquica”.

Gohn afirma ainda que “[...] os movimentos sociais transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais e, na maioria das vezes, eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política”. Também é da autora em questão a afirmação de que os movimentos sociais não são instituições, portanto, possuem “fluxo e refluxo” e mesmo que eles se materializem em alguma organização isso se dará de forma provisória e, mesmo quando a organização deixar de existir, a ideia permanecerá. Assim, “[...] os movimentos são frutos de ideias e práticas” (GOHN,2006, p. 12) são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais.

Também Riechmann e Buey (1999)²⁰ caracterizam os NMS como sendo movimentos de sobrevivência e emancipação, de autodefesa contra a burocratização e a mercantilização da existência; por possuírem uma orientação antimodernista na medida em que não creem no progresso material e moral interminável; por possuírem uma base heterogênea e por optarem por estratégias de ação diferenciadas que partem da máxima europeia: “*pensar globalmente, agir localmente*” e finalmente politizam a vida cotidiana e o âmbito privado ao lutarem por objetivos que inserem-se na construção de uma humanidade justa e livre.

²⁰RIECHMANN, J., BUEY, Fernandes. *Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona: Paidós, 1999.

Finalmente gostaríamos de concluir, por ora esta discussão teórica concordando e tomando como referência para esta pesquisa o conceito de Gohn, 2006, p. 151-152, que descreve os movimentos sociais como ações sociopolíticas constituídas por atores coletivos articulados numa conjuntura específica de correlações de forças na sociedade civil. Suas ações e práticas se desenvolvem mediante a criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, ensejando transformações na sociedade, de caráter conservador ou progressista. Por fim em obra mais recente a autora acrescenta que os movimentos sociais se desenvolvem em torno de projetos e visões de mundo que dão suporte a demandas que lhes são específicas e assim contribuem para auto definição de sua identidade, possuem opositores e aliados, articulam-se em redes de mobilização, desenvolvem práticas comunicativas diversas (GOHN, 2009, p. 14).

Acreditamos que todos esses apontamentos teóricos nos fornecem elementos para melhor compreender o surgimento e o desenvolvimento da organização social dos/as pescadores/as artesanais no Brasil. As características consideradas como mais relevantes para a descrição e análise dos NMS apontadas por Gohn serão retomadas no final da tese quando serão aplicadas a nosso objeto de estudo, a saber a organização social dos pescadores no Brasil. Esse é assunto um complexo que será discuti no próximo capítulo na perspectiva de traçar um panorama que permita vislumbrar ao longo do tempo a “evolução” histórica das organizações sociais que congregam as populações pesqueiras artesanais e sua relação com o Estado.

CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS/AS PESCADORES/AS

Ao longo de nossa história tem sido relativamente comum a intervenção do Estado sobre as organizações corporativas e no caso das colônias de pescadores, isso não foi diferente. Embora variando em forma e complexidade verificamos que o poder público impôs uma tutela sobre os pescadores artesanais desde o período colonial e posteriormente sobre as colônias. Braços militares - Marinha e Capitania dos Portos - e braços civis - Ministério da Agricultura, Sudepe, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP-PR) e Ministério da Aquicultura e Pesca (MPA) envolveram com maior ou menor intensidade, ao longo do tempo, os pescadores e suas organizações regulamentando suas atividades e prescrevendo seus direitos e obrigações.

Considerando as declarações dos entrevistados que apontam no sentido de que muitos dos dilemas antigos e atuais vividos pelos/as pescadores/as artesanais estão vinculados à instrumentalização das colônias, vistas muitas vezes como estruturas que não defendem verdadeiramente os interesses coletivos deste segmento, optamos por traçar neste capítulo um panorama histórico que descreve as circunstâncias e motivações da fundação das colônias, o estabelecimento de sua estrutura organizacional e as relações destas com a burocracia estatal. Tratamos também de apresentar e discutir as principais ações do estado no sentido de promover a regulamentação das atividades de pesca desde os primeiros anos do século XX até o final deste período.

2.1 Da República Velha ao Estado Novo: Origens e trajetória das colônias de pescadores no Brasil

A fundação das primeiras colônias de pescadores no Brasil ocorreu no início do século XX por iniciativa da Marinha. Desgastada politicamente devido aos vínculos de seu alto comando com o imperador e também por ser partidária da restauração da Monarquia, fato este que lhe imputou a acusação de ser sebastianista (MARTINS FILHO, 2010), a Marinha tratou, já nos primeiros anos do século XX (1904 a 1906), de promover sua modernização. Buscando recuperar a centralidade que obtivera no período do império o alto comando da Marinha, durante os primeiros anos do novo regime republicano deu continuidade as ações de defesa da costa brasileira. Imbuída do espírito belicoso que então se espalhava por várias nações e que

culminaria com a primeira guerra mundial em 1914, tendo a Europa como epicentro, a marinha tratou de organizar uma série de estratégias de defesa e de arregimentação de mão de obra. Foi no bojo destas ações que o comandante Frederico Villar percorreu a costa brasileira na Missão do Cruzador José Bonifácio e desta feita reuniu os pescadores e os organizou em cerca de oitocentas (800) colônias consideradas, neste contexto, as únicas entidades corporativas representativas dos interesses deste segmento populacional. Os pescadores eram cadastrados e sua afiliação na colônia era compulsória. Ao serem fundadas, as colônias recebiam uma identificação composta pela letra “Z”, que tem por significado “zona de pesca”, acrescido do número, referente à ordem cronológica de fundação, denominação esta que prevalece até os dias atuais.

Visando estruturar um sistema que desse organicidade as recém fundadas colônias de pescadores, em 1920 o estado brasileiro estabeleceu o sistema confederado que perdura até a atualidade. Definiu também, em 1923, o estatuto das colônias. Nessa estrutura, o conjunto das colônias de pesca de um determinado estado constituíam uma Federação Estadual e o conjunto destas últimas formou a Confederação Nacional dos Pescadores (CNP).

Assim, desde as primeiras décadas do século XX a proposição e implementação de políticas públicas destinadas aos pescadores foi controlada pela Marinha e pelo Ministério da Agricultura que se alternavam no controle do segmento seja de forma direta, por meio das ações fiscalizadoras da capitania dos portos, seja por meio da nomeação dos dirigentes das colônias, dentre os quais muitas vezes se incluíam, membros da elite local, comerciantes e quadros inativos da burocracia estatal, em especial da Marinha. Neste contexto, duas figuras passam a assumir a presidência das colônias por designação do estado: comerciantes locais (por causa do interesse no comércio do pescado) ou militares e (ex)funcionários públicos aposentados. Foi assim que, controlados pelo estado os pescadores se viam obrigados a associar-se às colônias, sob pena de, em não o fazendo, ficarem proibidos de pescar. A criação das colônias de forma autoritária e impositiva e as estreitas ligações destas com o poder público resultou na dificuldade crescente de os pescadores reconhecerem-nas como instituições representativas de seus interesses.

Segundo Luiz Geraldo Silva no livro coordenado e publicado em 1988, a pedido da Pastoral da Pesca, denominado “Os pescadores na história do Brasil”, podemos detectar três elementos que caracterizaram a relação Estado/colônias de pescadores no Brasil:

1. A intenção de militarização dos pescadores visando disponibilizar um contingente de mão de obra de reserva para a Marinha a ser convocada em eventual estado de guerra sem arcar com os custos de sua contratação e treinamento, justificada, dentre outros fatores, pelas habilidades e competências já adquiridas nas atividades cotidianas e verificadas na capacidade de resistência dos pescadores ao mar;
2. O tentativa de nacionalização da pesca que, na verdade, permaneceu apenas na esfera discursiva já que, no Brasil daquela época não era praticada a pesca industrial e não houve, nos anos seguintes à criação das colônias, nenhum ato ou processo de nacionalização de frota estrangeira ou mesmo o incentivo a formação de uma frota industrial nacional para pesca o que só viria a ocorrer na década de setenta, cerca de meio século depois, a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).
3. O interesse vinculado à mercantilização da pesca para formação e abastecimento de um mercado regional que pode ser confirmado pela criação de cooperativas, unidades de beneficiamento e comercialização do pescado a partir da década de 1930, justamente para atender a um mercado maior que se formava. (SILVA,1988, p.85)

Esse movimento que buscava disponibilizar contingentes profissionais para a Marinha e garantir as bases para a mercantilização da pesca foi concomitante: a criação das colônias e o cadastramento da população pesqueira podem ser vistos como sinais de um processo intencional que busca desestruturar os comportamentos tradicionais dos pescadores artesanais no que se refere ao exercício das atividades laborais. Vale ressaltar que eles eram vistos como preguiçosos e indolentes e o estado pretendia transformá-los adestrando-os para o trabalho militar ou forjando-os em trabalhadores produtivos para atender ao mercado capitalista em expansão.

Após a criação das colônias e a estruturação do sistema confederado, na década seguinte, especialmente durante o Estado Novo, as ações do governo Vargas visavam incentivar a criação e desenvolvimento da industrialização no país numa tentativa de reduzir as importações e equilibrar o balanço de pagamentos. Utilizando-se de uma política intervencionista o poder executivo federal se colocava acima das classes sociais, submetendo o trabalho ao capital (ALMEIDA, 1995, p.116). Neste período a principal mudança que afetou a pesca, deu-se por ocasião da criação da Divisão de Caça e Pesca (DCP), em 1933. Este novo órgão inserido dentro do Ministério da Agricultura, passou a dividir com a Marinha o mando sobre os pescadores e a se responsabilizar pelo fomento a este setor. Data do ano seguinte a criação de uma das mais importantes leis que regulamentava, de forma mais precisa, o setor pesqueiro no Brasil: o Código de Caça e Pesca (CCP). Este sofreria alterações com o estabelecimento, em 1938, de uma política assistencialista que disponibilizava nas dependências físicas das colônias atendimento médico e alfabetização dos pescadores, dentre

outras ações. Dentro do “espírito” da época, o estado dispensava aos trabalhadores organizados favores em troca de apoio ao programa governamental. Neste mesmo ano foi retirado o termo caça e mantido o Código da Pesca. Pouco tempo depois, em 1941 a DCP estabeleceu e impôs um estatuto para as colônias e assim, ao longo do período getulista percebe-se o aprofundamento do viés autoritário, civilizador e assistencialista originário.

A título de ilustração vejamos como o senhor Antônio Gomes dos Santos, mais conhecido como Toinho Pescador, liderança histórica vinculada a Pastoral da Pesca, resume em linguagem popular e nos conta em versos essa história:

A criação das Colônias não dá pra gente enganar
 Em 1919, um capitão da Marinha por nome Frederico Vilar
 Passando em cada Estado brasileiro para as colônias fundar
 Facilitando o trabalho do Governo para a pesca fiscalizar
 Falava em educar os pescadores e do atravessador libertar
 Mas quem assumiu as Federações e a Colônias
 Foi bacharel e militar.
 Em 1920, no Brasil, foi criada a Confederação Geral
 Elegeram um jornalista poeta, esse nunca entrou no mar
 Foi este o primeiro presidente para nossa classe governar
 Era um tal de Carlos Maul que também não sabia pescar
 Logo cria as cooperativas para os pescadores explorar
 Tudo feito de cima pra baixo, só imposto era obrigado a pagar.
 Os estatutos das colônias eram padronizados
 Feitos sem a nossa participação
 Pátria, dever e progresso para os grandes
 E para os pescadores só a escravidão
 As leis eram portarias feitas nos ministérios
 Que eram uma aberração.
 Os pescadores eram obrigados a cumprir
 Do contrário a intervenção
 Falava-se em assembleia, só que essa nunca tinha decisão
 Hoje temos o artigo 8º da Constituição
 Mas não querem praticar não [...]. (SANTOS, 2010, p. 47)²¹.

2.2 O contexto político e econômico do período desenvolvimentista e criação da Sudepe

A partir de 1945, com a deposição de Vargas e com o fim da Segunda Guerra Mundial, a democracia foi gradativamente retomada no Brasil embora ainda permanecessem ações autoritárias como, por exemplo, a manutenção do partido comunista na ilegalidade. Os anos seguintes, em especial a segunda metade da década de 1950, no governo Juscelino

²¹ O referido poema foi escrito e apresentado publicamente quando da realização da I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca Artesanal, promovida pelo governo federal, em 2003 e encontra-se publicado SANTOS, Antônio Gomes. *Pescando Cidadania*. Ed. rev. e amp. Maceió: Q Gráfica, 2010 p.47.

Kubistchek, foram marcados pela crença no planejamento estatal como mecanismo de superação do atraso e da pobreza. O Plano de Metas, composto por trinta e seis (36) objetivos de investimento e crescimento em setores considerados estratégicos visava dotar o país da infraestrutura necessária a se concretizar o lema de garantir 50 anos de desenvolvimento em um mandato de 5 anos.

Durante o governo de Juscelino Kubistchek verificamos o aumento em volumes até então inéditos da entrada de capitais internacionais no país que financiaram, dentre outras, a ampliação da malha rodoviária, a multiplicação da geração de energia elétrica e a instalação de uma infraestrutura capaz de dar continuidade a estes processos de atração de capitais internacionais a serem investidos no setor produtivo. Por outro lado, ao fim de seu mandato o país acumulava uma dívida externa bastante elevada para a época.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pelo esgotamento do apogeu desenvolvimentista e o país mergulhou em grave crise econômica. Neste contexto houve, em linhas gerais, a acentuação de uma disputa marcada pela polarização ideológica: de um lado lideranças de esquerda e movimentos sociais, engajados que adotavam uma perspectiva revolucionária na luta por transformações estruturais e de outro, partidos de direita, parte do empresariado, da classe média e das forças armadas que defendiam intervenção militar para restabelecer a ordem social. Em meio à crise econômica e política, uma série de conflitos sociais culminaram com a deposição do Presidente João Goulart, em 1964, por um grupo de militares que contavam com o apoio de parte da imprensa, da Igreja Católica e das camadas médias da população brasileira.

Verifica-se no momento seguinte, no contexto do regime militar, a retomada de uma política de atração do capital internacional com elevação progressiva e acelerada das atividades econômicas. O estado passou, novamente, a comandar a expansão da economia, empreendendo gigantescos projetos que se nutriam dos dólares que chegavam ao Brasil de forma abundante. Neste mesmo período (1969/73) verificou-se também um endurecimento do regime militar com a ampliação das restrições aos direitos civis e políticos: o clima ufanista do Milagre Econômico escondia os Anos de Chumbo do desrespeito aos direitos humanos fundamentais.

À euforia inicial seguiu-se, já na segunda metade dos anos de 1970, um declínio das atividades econômicas que começou a apresentar sintomas de saturação. No mercado interno houve retração da demanda que não mais conseguia acompanhar as taxas de produção de bens duráveis. No mercado externo os produtos brasileiros não tinham competitividade. Junte-se a

isso a grave crise que elevou a patamares inéditos os preços do barril de petróleo no mercado internacional. Foi neste contexto que o governo militar passou de gestor da expansão e do crescimento a administrador da crise econômica. Com a economia em crise tem início a derrocada dos militares que perderam o principal dos poucos pilares de sua intervenção na política e de sua sustentação no poder.

Contrastando com o período de estado forte e interventor predominante nas décadas de 1960 e 1970, em meados dos anos 1980 o regime militar começou a dar mostras de seu esgotamento. A repercussão interna e externa das denúncias de torturas perpetradas pelos militares aos opositores do regime, a crise econômica mundial que afetava a economia nacional, a mobilização de segmentos sociais contra os militares e as disputas internas nas forças armadas contribuíram para que a intervenção militar fosse cada vez mais questionada levando a um processo de abertura lenta, gradual e segura que culminou com o fim do regime.

Seguindo uma tendência internacional, ao final dos anos 80 teve início no Brasil um período de reformas de cunho neoliberal, marcadas por ações de desestatização, desregulamentação e privatização levadas a cabo pela elite política em benefício dos interesses em disputa no mercado. O viés desenvolvimentista com predomínio do planejamento estatal, em vigor desde a década de 1950, cedeu lugar a aposta no mercado como caminho para sair da grave crise marcada pela ausência de crescimento econômico, aliada a crescentes índices de inflação que tornaram a década de 1980 conhecida como a “década perdida”.

Segundo Dias Neto (2010), na década de sessenta houve uma elevação de expectativas positivas quanto ao desenvolvimento da pesca uma vez que o governo, por meio de uma série de ações, demonstrou a centralidade do setor para a economia nacional. A principal destas ações foi a criação da Superintendência de desenvolvimento da Pesca (Sudepe) por meio da Lei-Delegada n. 10/6. Outras ações importantes foram a adoção de políticas de proteção à pesca atividade esta que passou a ser considerada a partir de então como parte da indústria de base e a consequente promulgação de Decretos tais como o de n. 18696/66 o de n. 221/67 que previam a liberação de linhas oficiais de crédito para fomentar a atividade pelos bancos públicos, em especial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a adoção de incentivos fiscais para promover o seu rápido desenvolvimento, respectivamente.

Oriunda da fusão de três órgãos heterogêneos – 1) parte de pesca da Divisão de Caça e Pesca, procedente do Ministério da Agricultura; 2) Caixa de Crédito da Pesca, entidade autárquica do mesmo ministério e 3) Conselho de Desenvolvimento da Pesca, de natureza

paraestatal – a Sudepe foi criada como novo órgão da burocracia vinculado à pasta de Agricultura. Seu objetivo era promover as políticas de fomento à pesca reconhecendo esta atividade como indústria de base cujas finalidades encontravam-se consoantes com o viés desenvolvimentista da época. A modernização do setor pesqueiro, que então era majoritariamente artesanal e, portanto, considerado como atrasado, era a meta a ser perseguida. (TIM, 1975).

2.3 Resultados da Sudepe, reformas e a opção neoliberal

Segundo Dias Neto (2010) o desempenho da Sudepe, criada em 1962 e extinta em 1988, foi bastante controverso devido, dentre outros fatores: 1) ao fato de que este órgão se configurou como um aglomerado de departamentos em conflito quanto aos seus objetivos e funções; 2) por estar sujeito a influência de interesses pessoais sobre o corpo da organização que resultaram numa sequência de más administrações e 3) pela elevada rotatividade em sua instância máxima de coordenação (nove diretorias ao longo dos primeiros cinco anos).

Ainda segundo este autor, em linhas gerais, a Sudepe se configurou mais como repassadora de recursos que como agência de desenvolvimento. A imensa maioria dos incentivos governamentais vieram no sentido de disponibilizar recursos para estabelecimento da pesca industrial. Foram instituídos quatro (4) Planos Nacionais de Desenvolvimento Pesqueiro que disponibilizavam linhas oficiais de crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e incentivos fiscais empregados na “construção e importação maciça de barcos, equipamentos e infraestrutura de terra, dimensionando-os para pesca costeira que geralmente não podia ir além da plataforma continental” (DIEGUES, 1983, p.132).

O resultado desta política desenvolvida pela Sudepe foi um incremento considerável da participação do setor empresarial na produção pesqueira do país. Por outro lado, verificou-se uma série de prejuízos que vão desde a depredação, devido à exploração exaustiva de recursos ambientais pesqueiros, com a quase extinção de muitas espécies, o empobrecimento dos pescadores artesanais e de suas famílias, o acirramento dos conflitos relativos à ocupação e ao uso do território envolvendo pescadores artesanais e a pesca industrial e, ainda, desvios no uso de recursos públicos por parte dos empresários da pesca (DIEGUES, 1983; MELLO,1985).

O quadro político e institucional em vigor durante o regime militar, quando da atuação da Sudepe, permitiu que o setor de pesca no Brasil convivesse com o desperdício de recursos oriundos de verbas públicas e/ou com o desvio destes para o atendimento de interesses particulares, em detrimento de setores socioeconômicos importantes, com destaque para o da pesca artesanal, e culminou com o comprometimento significativo da biomassa marinha devido a captura em ritmo exaustivo, sem fiscalização adequada quanto ao volume, tamanho ou tipo de pescado caracterizando assim a sobrepesca, sobre-exploração, sobre exploração ou sobreuso dos recursos pesqueiros (DIAS NETO, 2010).

Ao final deste período observa-se também a implantação de um parque industrial superdimensionado, mal distribuído e desequilibrado entre suas atividades de captura, beneficiamento e comercialização. Essa desastrosa forma de definição das políticas levou a um processo de desmoralização ou descrédito institucional tão acentuado que contribuiu para a extinção da Sudepe em 1989, quando foi criado o IBAMA (DIAS NETO, 2010).

2.4 O contexto democrático pós constituinte e a gestão compartilhada da pesca

No final de década de 1980, na contramão da onda neoliberal que a partir daí se expandia mundo afora, foi criado no Brasil o IBAMA via incorporação do patrimônio, dos recursos orçamentários e financeiros, da competência legal, das atribuições e dos recursos burocráticos/administrativos oriundos de quatro órgãos, também extintos, a saber:

- 1) a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema)²²;
- 2) a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea)²³;
- 3) o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF)²⁴ e
- 4) a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).

²² Estabelecida pelo Decreto n. 73030/73, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) estava orientada para conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html> acessada em agosto/2016.

²³ A Sudhevea foi uma autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio estabelecida pela Lei 5227/67. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111113/lei-5227-67> acessada em agosto/2016.

²⁴ O IBDF, autarquia, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura, com jurisdição em todo o Território Nacional, destinada a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País... Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm acessada em agosto/2016.

Fatores políticos e sociais internos (liberalização do regime militar com o conseqüente processo de redemocratização e a instauração da Nova República a serem tratados em detalhes mais à frente) influenciados por pressões externas (denúncia e condenação do mau uso de recursos ambientais com destaque para o comprometimento de importantes espaços devido ao avanço dos desmatamentos e das queimadas, especialmente na Amazônia) contribuíram para que o governo adotasse uma série de medidas de controle que, dentre outras, confluíram para a criação do IBAMA, em fevereiro de 1989, como uma resposta à necessidade de se ter um órgão ambiental que tratasse dessas questões. Dias Neto (2010) ressalta que a nova instituição oriunda da junção de outras organizações desenvolvimentistas adotou, desde o início, uma perspectiva conservacionista.

Os técnicos que compunham o quadro burocrático das instituições extintas passaram a integrar o instituto recém-criado e pelo menos no momento inicial vivenciaram uma crise de identidade, fato percebido por um de nossos entrevistados:

[...] Nesse tempo minina que eu tô ai na luta participando desde a Constituinte da Pesca posso te dizê que as instituição muda, era a Sudepe e depois passou pro IBAMA e depois para o Ministério da Pesca mas é sempre a mesma burocracia que continua lá e as veis a lei mudou mas os funcionário ainda continuam fazendo tudo como antes então é preciso a gente ta sempre indo lá e fazendo uma pressão até pra mostra a eles que as coisas mudou [...]. (Seu Bi, Entrevista concedida a autora, 2016)²⁵.

Segundo Dias Neto (2010) o IBAMA assumiu inicialmente um caráter de órgão eminentemente fiscalizador ao colocar em prática ou acentuar regras do ordenamento pesqueiro que já existiam e que a partir daí estabeleceram a limitação de práticas correntes que beneficiavam em especial a pesca industrial. A adoção de mecanismos de defeso²⁶, com a conseqüente proibição de uso de determinadas artes de pesca e com a definição de locais onde é permitido e onde não é permitido pescar, a partir de um enfoque nos recursos pesqueiros,

²⁵ Optamos ao transcrever as falas dos entrevistados por preservar as marcas de oralidade e eventuais erros gramaticais.

²⁶ O defeso refere-se ao período anual de interdição da atividade pesqueira que coincide com a época de reprodução (desova) do pescado, foi instituído para proteger o recurso na época de maior atividade reprodutiva, dando a possibilidade que as espécies tenham um período de crescimento sem serem capturados. Durante este período os/as pescadores/as artesanais devidamente cadastrados recebem o seguro defeso no valor de um salário mínimo mensal, por até cinco meses, como forma de compensação pelo período de proibição da pesca artesanal. Suspenso por portaria dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente que, alegando incerteza em relação aos destinatários do benefício, propõe recadastramento para evitar fraudes no recebimento e reavaliar o período para preservação das espécies o tema tem pautado as principais demandas do MPP.

privilegiando os interesses da frota industrial em detrimento dos pescadores artesanais acabou por penalizar estes últimos.

As dificuldades inicialmente enfrentadas pelo IBAMA foram superadas em grande medida pelas ações de fiscalização e controle que eram estrategicamente divulgadas contribuindo assim para a formação da imagem de uma instituição forte e reconhecida pela sociedade (EAGLER, 1998 apud DIAS NETO 2010)²⁷. Outros fatores também são destacados como responsáveis pelo sucesso do IBAMA:

1. A capilaridade do instituto com sede em Brasília e mais 500 representações distribuídas e abrangendo boa parte do território nacional;
2. A continuidade das ações e dos trabalhos efetivados por quadro técnico estável numericamente e qualitativamente adequado ao desempenho das tarefas e atuando com relativa autonomia frente à alta rotatividade verificada na cúpula;
3. A predominância das fundamentações técnicas e/ou do interesse público nas decisões e pareceres que demonstravam satisfatória capacitação e visão de longo prazo da equipe e
4. O compromisso com a causa ecológica aliado à crescente demanda da sociedade por ações mais efetivas de conservação e preservação do meio ambiente (DIAS NETO:2010 p. 137-138).

Superadas as dificuldades iniciais, no início dos anos de 1990, a pesca passou a ser gerida pelo IBAMA, cuja atuação, informada tecnicamente e alinhada com o interesse público, demonstrava opção pela implementação de atividades buscando a recuperação dos recursos pesqueiros em situação de sobrepesca ou ameaçados de exaustão. Apesar dos bons resultados alcançados por esta política uma série de desgastes entre este órgão e os usuários dos recursos pesqueiros, especialmente os empresários da pesca foram se acumulando. A permissividade e o paternalismo governamental verificados até o final da década de 1980, aliados à suspensão das benesses, dos incentivos e subsídios com a extinção da Sudepe acrescida da ação fiscalizadora conservacionista adotada pelo IBAMA contribuíram, segundo Dias Neto (2010), não só para o acirramento destas tensões como as levaram para dentro das instâncias do poder executivo. A disputa entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) pela competência para promover a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros marcou a última década do século XX. Os desgastes do IBAMA, o acirramento de posições da coalizão de usuários dos recursos

²⁷ EGLER, I. *Implementation of the biodiversity convention in Brazil. A thesis presented to the School of Environmental Science University of east Anglia, in candidature for the degree of Doctor of Philosophy.* 1998. 517 p.

pautadas por uma visão de curto prazo, associados com grupos de interesse dentro do governo que buscavam retomar o espaço perdido com a extinção da Sudepe, somado à desinformação da sociedade mais ampla, mas também, e principalmente, dos tomadores de decisão, contribuiu para o fortalecimento dessas coalizões insatisfeitas que passaram a exercer uma forte pressão sobre os governantes, levando-os a tomar decisões que favoreceram o paralelismo e a competição dentro dos órgãos do Poder Executivo.

Assim, os anos de 1990 chegaram ao seu final com o governo favorecendo a reversão de resultados positivos alcançados (recuperação de espécies como a sardinha, a piramutaba e o pargo, entre outras, cuja captura estava em declínio e após esforços, regulamentação e fiscalização voltaram a obter crescimento futuro) contribuindo assim para ampliar a disputa dentro e fora do Estado no que diz respeito aos paradigmas divergentes de gestão do uso dos recursos. A polarização entre saudosos das políticas desenvolvimentistas da Sudepe e os defensores da gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros empreendidos pelo MMA/IBAMA tornou-se clara. Os resultados desse período indicam elevados prejuízos à sustentabilidade no uso dos recursos, onde os pequenos pescadores artesanais foram os mais afetados. (DIAS NETO, 2010)

Da década de noventa para cá o Brasil viveu um processo de experimentação de novas políticas públicas participativas que embasaram e justificaram a ideia da gestão compartilhada das reservas extrativistas e dos acordos de pesca. Essas experiências impactaram de forma duradoura, contribuíram para ampliar o aprendizado, ampliar a participação e aprofundar a democracia. Partimos do pressuposto de que estas práticas bem como aquelas inerentes ao reconhecimento dos direitos ao território efetivadas pelas populações tradicionais quilombolas podem estar vinculadas às ações que hoje compõem a Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras que serão objeto de análise no capítulo V. A seguir trataremos de retomar a discussão acerca da organização social dos/as pescadores/as apresentando e discutindo as origens, configuração e trajetória da pastoral da pesca.

CAPÍTULO III: A PASTORAL DA PESCA: ORIGEM E ESTRUTURA

A religiosidade faz parte da identidade do povo brasileiro e o catolicismo, em especial na sua vertente popular, tem influenciado nossa história, nossos comportamentos, costumes e modos de ver o mundo e com ele se relacionar. A Igreja Católica desenvolve uma série de atividades distintas visando atingir os objetivos de evangelização e catequização direcionadas a contribuir na formação espiritual dos fiéis; a ministrar os sacramentos e promover, orientar e animar as comunidades. Para viabilizar a execução de algumas destas atividades o Concílio Vaticano II definiu e incentivou a criação de pastorais visando facilitar o alcance e a atuação em diferentes meios e atingir distintos segmentos sociais no cumprimento de sua missão.

Segundo Mainwaring (1989) a Igreja Católica que à primeira vista parece ser uma instituição monolítica dirigida e com orientação única é, na verdade constituída por diversos ministérios. Ela se organiza por setores que, pensam e agem de diferentes formas e, em determinados momentos históricos, um se sobrepõe aos demais, de acordo com a primazia e apoio recebido das instâncias diretivas. Para este autor não há dúvidas sobre a interferência da Igreja na política sendo que as posições principais se dividem entre os conservadores que buscam reforçar ou legitimar o discurso e a ordem dominante e assim manter o *status quo* e os ativistas da igreja popular, atuando no polo ideológico oposto, buscam transformar a realidade. Ainda segundo este autor para compreender o processo de evolução das ações da igreja ao longo da história é preciso considerar os modelos (tipos ideais alternativos) que nos permitem analisar o desenvolvimento da missão religiosa e a relação entre igreja e política no Brasil. Assim entre 1916 e 1945 teria vigorado o modelo da neocristandade que tinha como princípio organizacional a cobertura do território pela religião, perspectiva conservadora que via no comunismo o inimigo a ser combatido. A seguir, até o final da década de 1950, o modelo modernizador e o reformista teriam se alternado sendo que o primeiro tinha como centro a valorização do laicato e a doutrina social enquanto que o segundo pregava a harmonia entre as classes sociais. A partir de 1960 o modelo da igreja popular marcado por uma inserção social e política crítica de religiosos/as nas comunidades promoveu e incentivou campanhas de educação que culminaram com a alfabetização de milhões de pessoas e ainda contribuíram para a criação das primeiras pastorais sociais, dentre elas a da pesca. Parte deste segmento, na década seguinte se radicalizaria na teologia da libertação e nos movimentos que integraram a esquerda católica vanguardista.

Interessa-nos neste capítulo apresentar, mesmo que de forma panorâmica a origem, a estrutura e a trajetória histórica da Pastoral da Pesca e para tanto iniciaremos com a discussão dos fundamentos da doutrina social que serviram de base para criação das diversas pastorais sociais.

3.1 A doutrina social da Igreja

Na história recente da América Latina, a igreja popular se desenvolveu e ganhou centralidade entre uma parcela da alta cúpula que, embora não fosse majoritária ocupava postos-chaves dentro da hierarquia e logrou êxito em apoiar a nova corrente denominada teologia da libertação. Influenciada por um viés secular e histórico que se aproximava, em certa medida, do pensamento marxista, esta nova base teológica se estabeleceu como estratégia para alcançar justiça social e incorporar os pobres como alvo prioritário das ações de evangelização. Visava também ampliar o número de adeptos do catolicismo e assim fazer frente a expansão das correntes evangélicas, em especial daquelas oriundas da América do Norte que naquele momento apesar de tímido já deixava antever uma possibilidade de crescimento do protestantismo. Assim, a disputa por fiéis também deve ter contribuído para que a perspectiva da teologia da libertação e sua proposta de formação e desenvolvimento de sujeitos críticos e ativos capazes de compreender as relações de dominação e desigualdade inerentes às sociedades capitalistas fosse colocada em prática.

As raízes desta opção pelo modelo da igreja popular são profundas e estão vinculadas, dentre outras, à doutrina social elaborada pela igreja para fazer frente à expansão da sociedade industrial e dos avanços do socialismo. Sua sistematização foi expressa pela primeira vez na Encíclica “*Rerum Novarum*” (1891) e nas seguintes²⁸.

²⁸ A *Rerum Novarum* é uma Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII que versa sobre a condição dos operários. Escrita em 1891, traz no título traduzido do latim “Das coisas novas” e demonstra o olhar da igreja sobre a política, o Estado e a liberdade humana na nova sociedade que então se consolidava com especial atenção para a situação dos operários diante do avanço do capitalismo e do socialismo. A questão social é definida e posta como remédio para os problemas sociais e econômicos. As cartas seguintes: “*Quadragesimo Anno*” (15 de maio de 1931) do Papa Pio XI; “*Mater et Magistra*” (15 de maio de 1961) do Papa João XXIII; “*Populorum Progressio*” (26 de março de 1967) do Papa Paulo VI; e “*Octagesima Adveniens*” (14 de maio de 1971) do Papa Paulo VI continuaram aprofundando e normatizando a doutrina social da igreja. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/html>. Acesso em maio 2015.

Como desdobramento dos posicionamentos sobre a modernidade e a doutrina social, o Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, produziu leis que definiram novas formas de atuação da igreja no mundo. De resultados controversos pois se auto definiu como pastoral, porém não dogmático, este evento assinalou profunda alteração na vida da igreja na medida em que se observou uma transposição teológica do primado da *práxis* para o primado pastoral, numa lógica em que mais importante que conhecer o mundo era transformá-lo. No esteio deste raciocínio, a missão dos pastores e teólogos passou a ser não só compreender e transmitir os fundamentos doutrinários da religião, mas também modificar o mundo e a própria Igreja Católica por meio de uma série de ações onde os aspectos mundanos adquiriram tanta centralidade quanto os aspectos transcendentais enquanto fundamentos da religiosidade propriamente dita (MATTEI, 2012, p. 318).

A pretensão do Concílio Vaticano II foi promover uma atualização, um rejuvenescimento da Igreja Católica e de suas práticas. Neste contexto ganharam força as ideias de justiça social e de opção preferencial pelos pobres. Essa atualização se fez sentir:

1. Na mudança da liturgia que deixou de recitada em latim e passou a ser ministrada em língua vernácula, procurando assimilar nos ritos elementos das culturas populares locais;
2. Na revisão da hierarquia valorizando e incentivando a vivência em pequenas comunidades;
3. No ecumenismo, passando a respeitar as outras religiões que paulatinamente passaram a ser vistas também como fonte de salvação e
4. Na opção preferencial pelos pobres, que se tornou o eixo balizador das ações de boa parte dos membros da Igreja. (MATTEI, 2012, p. 358).

Este último aspecto foi fortemente desenvolvido e ganhou centralidade na América Latina. Ele foi ratificado na Conferência Geral dos Bispos Latino-Americanos, em 1968, em Medellin, e no desenvolvimento, a partir daí, da Teologia da Libertação considerada a expressão mais radical da politização da Igreja Católica (MATTEI, 2012, p. 475). Tendo como expoentes Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff essa teologia, chamada de progressista à época, tematizou o desenvolvimento e chamou a atenção para as situações de injustiça e de violação da dignidade humana sendo adotada como forma de legitimação do apoio às forças revolucionárias que lutavam contra governos autoritários nos países latino-americanos e como convite para a intervenção da Igreja Católica na história humana.

3.2 O papel das CEBs e da Teologia da Libertação na igreja popular

Como resultado da Conferência de Medellín os bispos progressistas conseguiram configurar um documento que, ao invés de partir do viés dogmático para orientar a ação da Igreja no continente, pautou-se no “*juízo da realidade aos olhos da fé*” para, a seguir, nela atuar transformando-a. Estabelecia-se assim, as bases do método Ver-Julgar-Agir que será predominante utilizado nas ações das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que no Brasil se traduziram em instrumentos que visavam a concretização da opção preferencial pelos pobres (BRITO, 2010, p. 82). Reconhecidas na década de sessenta, essas comunidades heterogêneas de catequese popular surgiram concomitantemente às experiências de evangelização ocorridas em Barra do Piraí/RJ, no Movimento da Diocese de Natal/RN e no Movimento de Educação de Base, todos eles ocorridos no final da década de 1950 e início de 1960. As CEBs se configuravam como comunidades inclusivas que articulavam entre vinte (20) e trinta pessoas (30) pessoas que se reuniam geralmente em função da proximidade territorial e por partilharem carências comuns. Ali se encontravam: agentes de pastorais, padres, religiosos/as e leigos/as, animadores/as do trabalho comunitário vinculados/as a uma ação social que se reuniam periodicamente para refletir e transformar a realidade à luz da palavra de Deus e de motivações religiosas (BETTO, 1986, p. 12).

Já no Iº Encontro Nacional de CEBs ocorrido em Vitória/ES, em 1975, contabilizava-se cerca de cinquenta mil grupos e cinco anos mais tarde, em 1980, esse número chegava a oitenta mil. Denominavam-se comunidades porque tinham um relacionamento pessoal possibilitado pela proximidade e convivência frequente entre seus membros e de base em referência ao fato de sua organização se dar no local em que viviam e se relacionavam, locais estes geralmente situados nas periferias das grandes cidades ou nas zonas rurais onde a auto-organização leiga supria a lacuna deixada pela falta de padres, fato relativamente comum no período da guerra fria. Com o passar do tempo esses grupos se consolidaram e se conscientizaram de sua situação social e política passando a exigir melhorias em seus locais de moradia e trabalho. (BOFF, 1991, p. 32).

As CEBs desempenharam um papel que ultrapassou os limites religiosos. Idealizadas para possibilitar estratégias de evangelização nos meios populares, elas se transformaram em um modo próprio de ser igreja que assimilou as características do povo e incentivou novas práticas de solidariedade que, ao serem desenvolvidas contribuíram para a formação de

[...] cidadãos críticos, participantes, democráticos, agentes não de um sistema pré-estabelecido, mas de uma nova esperança social... Estes encontram-se entre os mais humildes de nosso povo... são os sujeitos históricos emergentes que ao lado de outros advindos das bases organizam e lutam por uma sociedade diferente. (BOFF, 1991, p. 89).

Assim, as CEBs a partir da reflexão sobre os problemas da família, do trabalho e da localidade ajudaram a criar movimentos sociais necessários para organizar sua luta: associações de moradores, organizações sindicais, movimentos de luta pela terra e também pelo fortalecimento das demandas dos operários. Imbuídos dos princípios da Teologia da Libertação, os sujeitos formados no seio das CEBs assumiam cada vez mais um engajamento social e político críticos, sua ação transbordava da esfera religiosa e canônica para a esfera cotidiana prática engajando-os na luta pelas transformações sociais e assim contribuindo para aproximar a Igreja Católica dos movimentos sociais (SANTOS, 2016, p. 126).

Estes fatos inicialmente oriundos da esfera religiosa imprimiram uma nova dinâmica à organização social e política de alguns segmentos da sociedade brasileira. Inspirados pela Teologia da Libertação, religiosos progressistas e leigos que assumiam o serviço pastoral começaram a desempenhar atividades religiosas, educativas e de formação junto a setores carentes da população. Relacionando fé e a vida desenvolveram ações que buscavam uma série de transformações que, ao longo do tempo impactaram positivamente o processo de retomada da democracia. Ao seguir os princípios da Teologia da Libertação, as CEBs e pastorais ampliaram o grau de associativismo e contribuíram para qualificar a atuação da sociedade civil na busca pelo reconhecimento formal e substantivo dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil.

3.3 Trajetória histórica da pastoral da pesca

Em 1964, quando por meio de um golpe os militares assumiram o poder político no Brasil, as iniciativas de formação e organização inspiradas, motivadas e orientadas pela teologia da libertação, anteriormente analisadas, foram duramente reprimidas e a própria CNBB retrocedeu na permissão e apoio ao engajamento social e político crítico de parte de seus adeptos verificado no período anterior. As recomendações aos religiosos neste momento eram no sentido de uma dedicação exclusiva à esfera sacramental. Mas o fato é que, muitos deles situados ideologicamente na esquerda católica e lutando na vanguarda por transformações, não abandonaram o vínculo antes cultivado entre fé e vida e permaneceram

atuando no meio social de forma crítica ao sistema vigente. Foi neste contexto que, em 1968, foi criada a pastoral da pesca, a partir da ação de Frei franciscano Alfredo Schnuettgen, na praia do Carmo, em Olinda/PE.

Os versos de Toinho Pescador em agradecimento ao padre que coordenou toda a luta, escritos no poema *Homenagem ao Frei Alfredo*, assim relatam o início da Pastoral da Pesca:

Nestes versos quero lembrar a vida de um cidadão
 Que nasceu na Alemanha e no Brasil se fez cristão
 Era um padre sem paróquia e foi enfrentar a missão
 Conhecer a vida dos pescadores com amor e afeição
 Foi assim que Frei Alfredo lutou pela Pastoral
 Caminhando na beira da praia, ver as jangadas chegar
 E o atravessador apanhar os peixes, ir para o comércio levar
 Deixando uma garrafa de cachaça para o pescador tomar
 Frei Alfredo se aproximando para o pescador falar:
 - Porque entregou os peixes para aquele homem negociar!
 Responderam:
 - É o dono da jangada, quando voltar vai nos pagar
 É dele também as redes e sem elas não podemos pescar.
 - Porque vocês não se unem e fazem uma jangada pra pescar!
 - Ah, é difícil, não temos dinheiro e quem em nós vai confiar!
 Por isso o amigo é ele, o que a gente pede ele dá.
 - Se vocês não criarem coragem, nunca vão se organizar.
 Logo foi criando uma equipe, aumentando a união
 Formando um grupo de quatorze e aceitaram a solução
 De fazer sete jangadas e pescarem em união
 E não vender mais ao pombeiro, pois não dava lucro não.
 O Frei foi com os pescadores os paus de jangada comprar
 Só que o dono da madeira foi franco logo ao chegar:
 - Fiado não vendo a pescador que ele não tem com que pagar
 O Frei disse: - Eu sou deles avalista e vamos negociar.
 O Frei vendeu seu fusquinha para a madeira pagar
 Só que foi grande a surpresa, não deu pra acreditar
 Dois pescadores levaram uma jangada e foram para outro lugar
 Mas os doze garantiram e pescaram até pagar.
 Foi assim que começou a nossa organização
 O pescador hoje tem história na luta da conscientização
 Também já temos muitos aliados que entraram na discussão
 Na defesa dos nossos direitos pra ver nós cidadãos. (SANTOS, 2010, p. 12-13).

Com o apoio da CNBB, em especial dos bispos Dom Helder Câmara e Dom Lamartine Soares e, contando com lideranças forjadas nas CEBs, a Pastoral da Pesca expandiu sua atuação até o litoral norte paraibano e no estado de Alagoas, persistindo na formação de novas lideranças e na organização de grupos de reflexão que pautavam suas ações na denúncia e combate ao autoritarismo e ao clientelismo verificado nos

comportamentos e nas relações sociais em consonância com o *etos* governamental então vigente que dominava as colônias, federações e a confederação nacional dos pescadores. Assim, aos poucos, pessoas simples tomavam consciência do sistema opressor que as dominava e passavam a se organizar em grupos para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, mais respeito à dignidade humana e a diminuição da injustiça social e ambiental reinante.

Desde a década de 1970, no contexto das grandes obras implementadas pelo governo na perspectiva desenvolvimentista, dentre as quais se destacam a construção das barragens ao longo do Rio São Francisco, a Pastoral da Pesca e os/as pescadores/as começaram a atuar junto às dioceses envolvendo conventos e desenvolvendo mobilizações contra a ocupação dos territórios e a conseqüente remoção das populações tradicionais e também contra o barramento, desvio e a poluição das águas. Projetos de alfabetização, programas radiofônicos (como o programa “A voz do pescador”) foram neste contexto, utilizados como instrumentos de informação e mobilização das comunidades.

Neste mesmo período as colônias, federações e a confederação de pescadores, instituídas e regulamentadas autoritariamente desde o início, passaram a ser definidas como órgãos de representação de classe pelo estado. O mesmo estado que indicava e nomeava as diretorias nos vários níveis sem permitir a participação dos seus filiados e, portanto, impedindo o trabalho de base e a conseqüente organicidade das ações, decretou que as colônias eram as únicas organizações que representavam os interesses da classe pesqueira. Este sistema vigorou até meados da década de 1980, sendo o cargo de Presidente da Confederação definido estatutariamente como privativo e de confiança do Ministério da Agricultura. Com a atuação da Pastoral da Pesca, aquelas diretorias de colônias pouco comprometidas com os interesses dos/as pescadores/as foram gradativamente contestadas por aqueles que deveriam ser seus principais favorecidos e assim foi possível ampliar o escopo da luta de classes, contemplando temas antes não discutidos e/ou reivindicados tais como:

1. a necessidade de ampliação da representação democrática da categoria;
2. a denúncia da atuação de atravessadores na comercialização do pescado que contribui para o aumento da dependência e o conseqüente empobrecimento dos/as pescadores/as artesanais em relação àqueles que lhes compram o produto da pesca;
3. o reconhecimento, a regulamentação e o acesso aos direitos previdenciários, com destaque para a aposentadoria, dentre outros.

A consolidação do trabalho organizativo desenvolvido pela Pastoral da Pesca propiciou aos/as pescadores engajados/as social e politicamente não apenas questionar as relações estabelecidas entre o poder público e as colônias e destas com sua base como também agir para transformar essa realidade. Várias lideranças comunitárias vinculadas a pesca artesanal foram formadas inicialmente no Nordeste e a partir daí foram se disseminando e ocupando espaços antes restritos a pessoas vinculadas ao poder público e/ou às elites locais. Foi assim que as práticas exercidas nas colônias começaram a ser questionadas e suas diretorias passaram a ser gradativamente ocupadas por lideranças comprometidas com os interesses orgânicos da classe.

Ilustra bem esta situação o caso da Colônia de Pescadores de Penedo/AL que passamos a relatar:

Em plena ditadura militar a Colônia de Pescadores estava sob intervenção assim como as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores que eram administradas por pessoas alheias aos interesses da comunidade de pesca. Os pescadores da localidade, com o apoio da Pastoral da Pesca e liderados por Toinho uniram-se e formaram a União dos Pescadores de Penedo. Quando tornaram pública a criação da associação e anunciaram a eleição da diretoria e a elaboração dos estatutos, foram intimados a comparecer à Capitania dos Portos para prestarem esclarecimentos. Daí surgiu a “autorização” para que eles se organizassem, desde que não dessem continuidade à associação, afastando-se do “padre comunista” e elessem uma diretoria para a Colônia. Nas primeiras eleições houve o impedimento de Toinho vir a ser candidato sob a alegação de que ele era comunista. Sua candidatura só foi possível em 1986, após ter exercido o mandato de secretário da Federação, quando foi eleito presidente numa eleição em que a chapa concorrente era encabeçada por um engenheiro de pesca. Em 1985, participou do I Seminário Nacional de Pescadores, realizado em Brasília com o apoio da Pastoral da Pesca e que marcou o início dos trabalhos do Movimento Constituinte da Pesca (SANTOS:2010, p. 121).

Na década de 80 as discussões e mobilizações sociais e políticas giravam em torno da necessidade de retomada da democracia. Parte da sociedade civil integrada, dentre outros, pelas pastorais e movimentos sociais encabeçaram, juntamente com outras organizações e com partidos políticos, com destaque para o recém-criado partido dos trabalhadores (PT), então fortemente influenciado pelas pastorais e movimentos igreja católica, a luta pela abertura e liberalização do regime político autoritário pretendendo a retirada da tutela militar e a retomada da democracia. Neste contexto o trabalho desenvolvido no âmbito da elaboração da nova carta constitucional foi marcado por uma expansão significativa da participação popular incentivada dentre outras, pela igreja católica.

3.4 A atuação da pastoral da pesca no contexto da constituinte

Durante os trabalhos da ANC parcelas significativas da sociedade civil e da igreja católica atuaram fortemente e imprimiram uma dinâmica singular ao processo de elaboração da nova carta constitucional. Incentivando a mobilização massiva de amplos segmentos sociais as organizações desenvolveram uma série de ações que culminaram com a aprovação da inserção de um dispositivo que previa a possibilidade da apresentação de emendas que seriam apresentadas por meio da iniciativa popular à apreciação dos deputados constituintes.

Como desdobramento da organização dos/as pescadores/as neste período, desencadeada a partir das ações desenvolvidas pela Pastoral da Pesca, temos o Movimento Constituinte da Pesca que atuou entre 1987/88 mobilizando e discutindo desde as bases a eficácia/efetividade das colônias e das legislações que regulamentavam o exercício da atividade pesqueira visando subsidiar os parlamentares na elaboração da nova constituição e também de um novo código da pesca.

Uma vez aprovada a nova constituição o Movimento Constituinte da Pesca passou a denominar-se Monape e estabeleceu como seu objetivo dar visibilidade aos ganhos obtidos pelos/as pescadores/as na nova carta constitucional e garantir a continuidade do trabalho de mobilização das comunidades pesqueiras espalhadas ao longo do território nacional após a promulgação da nova constituição.

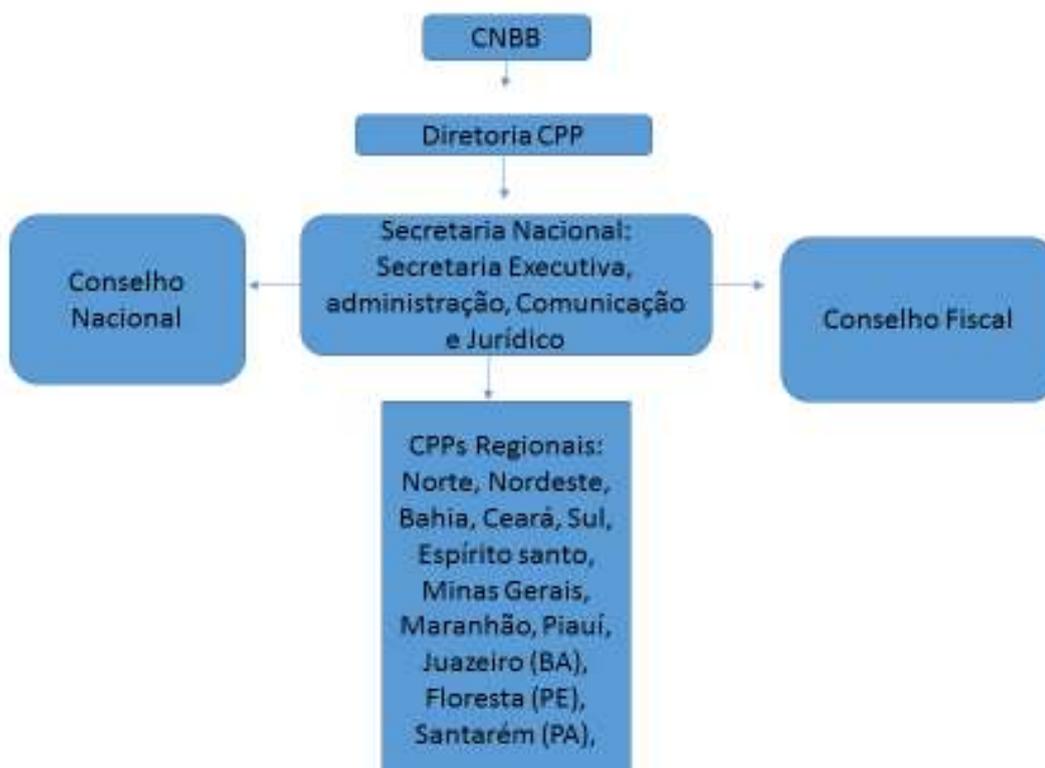
Para compreender estes movimentos (Constituinte da Pesca e Monape) é preciso antes conhecer a estrutura da pastoral da pesca já que foi ela a responsável por garantir a infraestrutura material e a assessoria as lideranças vinculadas aos interesses orgânicos das populações pesqueiras, em especial da artesanal que passamos a discutir a partir do próximo tópico.

3.5 Estrutura e atuação da Pastoral da Pesca

Conforme analisado anteriormente, a CNBB criada em 1952 aderiu, no período que vai do final dos anos cinquenta até meados dos anos sessenta, consoante com o espírito da época dominado pelo modelo da Igreja Popular, ao incentivo e promoção de um conjunto de campanhas e programas que tinham como finalidade a alfabetização de jovens e adultos. É no bojo destas iniciativas que vamos encontrar as origens do trabalho da Pastoral dos Pescadores que teve início em 1969 por meio das ações desenvolvidas por Frei Alfredo em Olinda/PE.

Em 1976, com apoio de Dom Helder Câmara, a Pastoral da Pesca foi reconhecida a nível nacional pela CNBB; a partir daí se expandiu para outros estados do Nordeste. Adquiriu personalidade jurídica em 1989 sob a denominação de Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) que, ligado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da CNBB, conta atualmente com o engajamento de agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o serviço junto aos pescadores/as artesanais. O CPP encontra-se estruturado conforme o seguinte gráfico:

Gráfico 1–Estrutura organizacional do CPP



Fonte: Elaboração da autora a partir de informações do Relatório final da Avaliação Transversal do CPP no Brasil, Misereor, maio 2014.

A equipe nacional do CPP contava em 2014 com quinze (15) agentes de pastoral e quatro (4) auxiliares administrativos remunerados que atuavam nas estruturas estaduais em Minas Gerais, na Bahia, no Paraná, no Espírito Santo, em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Piauí e no Maranhão. Os recursos financeiros para arcar com estas liberações advêm, principalmente, da Misereor, organização de fomento alemã que contribui com pastorais e movimentos sociais distribuídos em todo o globo terrestre. Em alguns locais há sacerdotes, freiras e leigos/as que trabalham voluntariamente ou apoiam os/as pescadores/as e assim possibilitam a extensão das ações da pastoral nas paróquias e dioceses. Além de atuar nas regiões articula e subsidia os movimentos sociais ANP e o MPP, ambos com representação direta em dezenove (19) Estados do Brasil, conforme se pode verificar no

Quadro 2, que são também alvos prioritários da atuação e acompanhamento do CPP Nacional e serão apresentados e discutidos detalhadamente a seguir.

Quadro1 - Atuação do MPP nos Estados do Brasil

MPP com articulação forte e consolidada	MPP com articulação	MPP com articulação mais frágil	MPP em processo de aproximação
Minas Gerais (CPP)	Pará (CPP Diocese)	Rio Grande do Norte	Amazônia
Maranhão	Piauí	Paraíba	Acre
Ceará	Espírito Santo (CPP)	Alagoas	Rio Grande do Sul
Pernambuco	Rio de Janeiro		Mato Grosso
Bahia	Paraná		São Paulo
	Santa Catarina		

Fonte: Relatório final da Avaliação Transversal do CPP no Brasil, Misereor, maio 2014.

Esta classificação estabelecida conjuntamente pelo MPP e CPP considera que o movimento no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Alagoas necessita de acompanhamento e reforço por parte das coordenações dos cinco estados com articulação forte e consolidada. Nos estados Amazônia, Acre, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo há apenas lideranças mapeadas que mobilizam as comunidades locais e contam e solicitam apoio da coordenação e da pastoral sempre que necessário. Tantos os/as coordenadores quanto os agentes de pastoral se revezam no acompanhamento das principais atividades *in loco*. Os custos com transporte e infraestrutura para as ações desenvolvidas são financiados por recursos captados por projetos elaborados pelo grupo e encaminhados ainda na fase de planejamento dos eventos a entidades diversas (Cáritas, Fase, Secretarias Municipais, Estaduais, Ministérios e gabinetes de parlamentares situados nos vários níveis federativos, dentre outras). Os/as coordenadores/as do MPP desenvolvem trabalho voluntário e os agentes de pastoral do CPP conforme salientado anteriormente são remunerados com recursos advindos da solidariedade internacional.

Considerando os seguintes objetivos gerais:

[...] ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores, cultivando assim as sementes do reino que existem no meio deles; movido pela força libertadora do Evangelho, colaborar com os pescadores nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade; animar, formar e articular fraternamente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta pastoral; lutar por todos os meios necessários para preservação do meio ambiente. (MISEREOR, 2014, p. 5).

O CPP atua em quatro linhas:

1. Meio ambiente: grandes projetos e territórios;
2. Direitos: organização dos pescadores/as artesanais, previdência social, políticas públicas (saúde, educação, habitação e segurança), legislação pesqueira (Lei da Pesca);
3. Geração de Trabalho e Renda: investimento para a pesca artesanal, assistência técnica; e
4. Institucional: fortalecimento das relações do CPP dentro e fora da Igreja (MISEREOR, 2014, p. 9).

Como atividades, os/as agentes do CPP executam congressos, seminários, oficinas, visitas periódicas de acompanhamento nas comunidades, reuniões de planejamento e avaliação, encontros de articulação, reuniões a nível local, regional e nacional, participação em diversos fóruns e redes, mobilização, acompanhamento e assessoria jurídica para comunidades em defesa de seus territórios e para pescadores/as na reclamação da efetivação de seus direitos, realização de campanhas (com destaque para a campanha em defesa dos territórios pesqueiros em curso desde 2012), atividades de fortalecimento e de pressão na busca por pautar as demandas dos/as pescadores/as artesanais dialogando com o poder público nos diversos níveis (do município à federação, passando pelos estados e regiões) e nas diversas instâncias (executivo, legislativo e judiciário) e ainda na elaboração de material didático e informativo para subsidiar suas atividades e a formação dos/as militantes.

Os objetivos específicos são ambiciosos:

1. Interferir nas políticas públicas;
2. Promover campanha que viabilize projeto de lei de iniciativa popular em defesa dos territórios pesqueiros;
3. Melhorar a qualidade de vida a partir da garantia à sustentabilidade econômica da pesca artesanal;
4. Buscar investimentos para a atividade produtiva da pesca artesanal;
5. Mudar substancialmente as condições ambientais e as práticas ecológicas;
6. Fortalecer o MPP a partir da articulação em rede no âmbito local, regional e nacional a partir das iniciativas dos grupos de base. (MISEREOR, 2014, p. 11).

A infraestrutura do CPP conta com escritório situado em imóvel sediado em Olinda/PE. Desde janeiro de 2016, no entanto, a sede foi transferida para Brasília/DF, segundo nossos/as entrevistados, para facilitar o deslocamento dos/as militantes e coordenadores/as do MPP e da ANP já que a grande maioria de suas ações e intervenções tem se dado junto aos órgãos do poder público a nível federal. Esta mudança, no entanto, carece

ainda reconhecimento de parte da militância no Nordeste “acostumada” com a atuação regionalizada.

O CPP subdivide-se em Regionais para favorecer um maior entrosamento dos/as agentes pastorais com os pescadores/as para obtenção de suas finalidades. Os Regionais se constituem por grupos de base que congregam agentes de pastoral, padres, religiosos/as e leigos e pelos/as pescadores/as e/ou comunidades ribeirinhas. O grupo de base é o núcleo da metodologia e a razão de existir do CPP. Cada Regional adapta seu regimento às especificidades e necessidades locais, observando as disposições do Estatuto e do regimento nacional. São os seguintes os CPPs atualmente em vigor: CPP Regional Bahia, CPP Regional Ceará, CPP Regional Nordeste e CPP Regional Norte.

O CPP nacional desenvolve entre outras ações, um programa permanente de formação de agentes e lideranças, visando cultivar e reforçar os vínculos entre fé, luta pela vida e garantia de direitos. Por meio deste programa de formação pretende-se aprofundar a responsabilidade, a competência e a relevância dos agentes de pastoral visando prepara-los para atuar no sentido de defender os interesses dos/as pescadores/as artesanais. Os/as participantes são levados a repensar os desafios e as demandas históricas, que o movimento assumiu em vários momentos ao longo de sua caminhada. Pretende-se que um processo coletivo de (re)leitura da prática possa contribuir para desvelar a realidade aparente, fortalecer a consciência crítica e a espiritualidade militante e missionária.

A título de exemplo apresentaremos a seguir o último programa de formação desenvolvido pelo CPP entre os anos de 2011/14. O programa encontra-se estruturado em sete módulos com carga horária de trinta e duas (32) horas/aula cada, destinados a grupos de cerca de trinta e cinco (35) pessoas e contemplam as seguintes dimensões: estudo individual, estudo

na equipe regional ou local e âmbito nacional com dois módulos presenciais por ano. A organização curricular do último programa de formação desenvolvido ao longo da última edição contou com os seguintes conteúdos:

1. Módulo 1: Espiritualidade da Educação Popular a partir da Mensagem e Prática Libertadora de Jesus (Prática de Jesus Cristo – instrumento de libertação dos pobres; Educação popular e protagonismo na prática de Jesus; Sujeito e cidadania a partir do encontro com Jesus; Discipulado e apostolado: missão do agente pastoral do CPP);
2. Módulo 2: Realidade Brasileira (Cultura, Colonialismo e Descolonização; Crise do Capitalismo Contemporâneo; Realidade Política, econômica e Cultural do Brasil e da América Latina na Contemporaneidade; Movimentos Sociais na contemporaneidade brasileira e perspectivas apresentadas);
3. Módulo 3: Educação Popular e Trabalho de Base (Educação Popular como Prática de Autonomia e Liberdade a partir de Paulo Freire; Histórico, princípios e desafios da atualidade da Educação popular; Princípios, práxis e desafios do Trabalho de Base; Valores e papeis da Assessoria Popular);
4. Módulo 4: Relações de Gênero (Teoria e Epistemologia - conceito; Teologia e Relações de Gênero; Dinâmica de Gênero, Classe e Raça; Gênero e Relações de Trabalho);
5. Módulo 5: Território: Identidades, legislação e Perspectiva de Garantia do Território (Discussões sobre Raça, Etnia e Identidades; Antropologia e Comunidades Pesqueiras; Território das Comunidades Pesqueiras; Legislação sobre Território dos Povos e Comunidades Tradicionais; Perspectivas de Garantias do Território);
6. Módulo 6: Desenvolvimento Integral e Sustentável contra Modelo de Desenvolvimento (Legislação Ambiental: Código das Águas, Código Florestal, Lei de Crimes Ambientais; Sistema de Gestão Ambiental do Brasil; Unidades de Conservação; Experiências e Perspectivas de Enfrentamento aos Grandes Projetos: Racismo Ambiental, Rede de Justiça Ambiental, Plataforma DHESCA) e
7. Módulo 7: Sistematização do Trabalho Social (Metodologia de Sistematização do Trabalho Social; Elaboração de relatório; Sistematização de experiências) (CPPNAC)²⁹.

Para implementação deste programa de formação, o CPP contou com a assessoria de especialistas reconhecidos por sua vinculação e proximidade com movimentos sociais. Participaram desta formação agentes de pastoral, coordenadores/as do MPP e estudiosos/observadores convidados a contribuir pontualmente com as ações da pastoral.

Além dos cursos de formação o CPP também mantém convênio com a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR)³⁰ que presta assessoria jurídica e desenvolve

²⁹ Disponível em <http://www.cppnac.org.br/formacao/> acessado em 12 de maio de 2016

cursos denominados Juristas Leigos destinados a democratizar o conhecimento jurídico, atuar na formação de lideranças comunitárias e assim contribuir para a emancipação política das comunidades situadas em locais cujos territórios encontram-se ameaçados. Os cursos de juristas leigos são aplicados em módulos e seu objetivo principal é possibilitar a estas lideranças a apropriação de instrumentos jurídicos que lhes permitam peticionar coletivamente a garantia de seus direitos. Assim, informadas e “treinadas” as lideranças desenvolvem juntos a seus grupos a capacidade de acionar a justiça na defesa de seus direitos e interesses.

³⁰ Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos fundada em 21 de abril de 1982 e reconhecida como de utilidade pública estadual pela lei n. ° 7.289/98. Sua ação visa fortalecer a dimensão associativa e a assessoria popular. O associativismo é trabalhado, sobretudo, através do Programa de Estágio e da criação de espaços coletivos de reflexão, colaboração e deliberação do corpo associativo, como assembleias, reuniões ampliadas, Semanas da Terra, elaboração de textos, realização de etapas de educação jurídica popular, entre outros.

Os participantes do curso Juristas Leigos são trabalhadores/as rurais integrantes de movimentos sociais. Pessoas, em geral, ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores familiares, movimentos de pequenos agricultores, movimento dos atingidos por barragens, representantes de comunidades de fundo de pasto, comunidades quilombolas, povos indígenas, pescadores, jovens membros de pastorais sociais, lideranças de associações de bairro, sindicalistas, dentre outros. A AATR presta assessoria jurídica popular às organizações e movimentos sociais no estado da Bahia, em especial aos movimentos do campo, e incide na formação crítica e socialmente comprometida dos profissionais do Direito. Disponível em <https://blogdaatr.wordpress.com/tag/juristas-leigos/> acessado em agosto de 2016.

CAPÍTULO IV: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA CONSTITUINTE

O congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), realizado em Porto Alegre, em 1981, aprovou anteprojeto de sugestão para a futura constituição e reforçou ainda mais a mobilização em torno da constituinte. Este e os demais fatos até aqui relatados exemplificam e demonstram que a luta pela retomada da democracia, nela se incluindo a possibilidade de os cidadãos apresentarem sugestões à futura Carta, estabeleceu-se muito antes do período pré-constituinte. Podemos então analisar a movimentação social que antecedeu aos trabalhos da ANC dividindo o período em três etapas onde a mobilização social foi a estratégia predominante:

1. Durante a década de setenta, com a campanha popular pela abertura política, em um longo processo marcado por avanços e retrocessos;
2. posteriormente, nos anos oitenta, com a fracassada campanha das “Diretas Já”, que, apesar de lograr apoio popular, não obteve êxito em fazer aprovar uma emenda constitucional que reintroduzisse de forma imediata, as eleições diretas para Presidência da República
3. e por fim, no processo de redemocratização após a eleição, ainda pelo “colégio eleitoral”, de Tancredo Neves para Presidência da República, em janeiro de 1985, com a promessa de convocar uma Constituinte em seu governo. (MICHILLES, 1989, p.19)

Após a intensa mobilização social em apoio à Emenda Dante de Oliveira que propunha a retomada de eleições diretas para a presidência da República, os setores mais engajados da sociedade brasileira sofreram nova derrota e uma vez impossibilitada de escolher por meio do voto direto aquele/a que iria liderar o poder executivo nacional, boa parte da sociedade civil redirecionou suas expectativas para a campanha em apoio à candidatura de oposição encabeçada por Tancredo Neves que se tornaria vitorioso na eleição indireta ocorrida na ocasião. Desta feita o resultado almejado foi alcançado, mas a seguir houve nova frustração uma vez que o presidente eleito não pôde assumir o governo, vindo a

falecer logo após a realização do pleito. A população comovida assistiu incrédula a posse do vice-presidente José Sarney que representava em alguns aspectos, uma continuidade do governo anterior visto que, sua trajetória política havia se dado quase que exclusivamente dentro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar.

Em resposta a esta crescente mobilização sociopolítica, o poder instituído optou por nomear a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Presidida por Afonso Arinos a comissão contou com a participação de cinquenta estudiosos³¹ das mais diversas áreas, encarregados de elaborar um anteprojeto para a Constituição. Convocada pelo então presidente José Sarney por meio do Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, esta comissão atuou pelo período de um ano concluindo seus trabalhos em 18 de setembro de 1986.

O anteprojeto composto por quinhentos e um (501) artigos não foi aceito pela ANC já que parte dos deputados consideravam a nomeação da comissão como uma intromissão do executivo nos trabalhos da constituinte. Para evitar o acirramento da crise, pois as lideranças políticas alardeavam publicamente o vínculo do anteprojeto com a ordem política que se desejava superar, o então Presidente da República, José Sarney, justificou publicamente o não encaminhamento do anteprojeto elaborado pela comissão à ANC. Os constituintes preferiram redigir o texto constitucional a partir de propostas apresentadas por suas próprias comissões e subcomissões. No entanto, o anteprojeto foi publicado e, portanto, os constituintes podiam ter acesso ao seu conteúdo sem nenhuma dificuldade. Também puderam se valer das inúmeras sugestões dos seguintes anteprojetos de constituição:

1. O Anteprojeto Comissão Afonso Arinos cujo texto final previa, de forma tímida, a Iniciativa Popular no processo legislativo, sem possibilitar a reforma do texto constitucional, na forma do Art. 186, afirmando que a iniciativa legislativa popular seria “admitida nos casos e na forma estabelecidos em lei complementar, mediante a representação de projeto articulado”;

³¹ Foram os seguintes os membros da Comissão de Estudos Constitucionais: Afonso Arinos de Melo Franco; Joaquim de Arruda Falcão Neto; Alberto Venâncio Filho; Jorge Amado; Antônio Ermínio de Moraes; Josaphat Ramos Marinho; Barbosa Lima Sobrinho; José Afonso da Silva; Bolívar Lamounier; José Alberto de Assumpção; Candido Antônio Mendes de Almeida; José Francisco da Silva; Celso Furtado; José Meira; Cláudio Pacheco; Jose Paulo Sepúlveda Pertence; Cláudio Penna Lacombe; José Saulo Ramos; Clóvis Ferro Costa; Laerte Ramos Vieira; Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque; Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho; Edgar de Godoi da Mata Machado; Luís Pinto Ferreira; Eduardo Mattos Portella; Mário de Souza Martins; Evaristo de Moraes Filho; Mauro Santayana; Fajardo José Pereira Faria; Miguel Reale Jr.; Padre Fernando Bastos de Ávila; Floriza Verucci; Odilon Ribeiro Coutinho; Gilberto de Ulhoa Canto; Orlando M. de Carvalho; Gilberto Freyre; Paulo Brossard de Souza Pinto; Reverendo Guilhermino Cunha; Raphael de Almeida Magalhães; Hélio Jaguaribe; Raul Machado Horta; Hélio Santos Rosar Russomano; Hilton Ribeiro da Rocha; Sérgio Franklin Quintella; João Pedro Gouvêa Vieira e Walter Barelli. (Fonte: Diário Oficial da União, Suplemento Oficial ao n. 135 de 26 de setembro de 1986).

2. O Anteprojeto Pinto Ferreira que apresentava como princípio basilar do Estado Brasileiro a participação direta e organizada da sociedade civil, através da Iniciativa Popular que ela poderia ser utilizada para a propositura tanto de Leis, quanto de Emendas à Constituição, necessitando para tanto, tão somente de um projeto articulado, subscrito por no mínimo cinquenta mil (50.000) eleitores;

3. O Anteprojeto José Afonso da Silva que era semelhante ao de Pinto Ferreira, defendendo também a participação direta e organizada da sociedade civil. Divergia, entretanto, no ponto focal deste trabalho, pois não admitia a Iniciativa Popular em matéria constitucional, mas tão somente para a elaboração de Leis, através de projetos articulados, mantendo o quórum de cinquenta mil (50.000) subscrições, sendo possível, entretanto, ao legislador impor número maior de apoiadores aos projetos. Este anteprojeto propunha por intermédio de *adesão cidadã*, convocação de referendo para a ratificação de normas constitucionais e legislativas, ampliando a atuação dos representados.

4. E, por fim, o anteprojeto de Fábio Konder Comparato que previa a Iniciativa Popular de lei de forma mais ampla, com exigência de um menor número de adesões. As Leis Ordinárias e Complementares que exigiriam, nesta versão, apenas dez mil (10.000) subscrições e as Emendas à Constituição, necessitavam, nesta proposta, do apoio de trinta mil (30.000) eleitores, buscando, através do percentual diferenciado, respeitar a maior rigidez dos textos constitucionais. (FILHO, 2001, p. 57-58).

Apesar das resistências, vários parlamentares se inspiraram nesses textos durante a elaboração da Constituição de 1988, sendo que, o próprio presidente da comissão provisória, Afonso Arinos de Melo Franco, tornou-se constituinte poucos meses depois de apresentar a redação final do anteprojeto e acabou presidindo a Comissão de Sistematização³².

A segunda metade da década de 1980 paradoxalmente às reformas liberalizantes no âmbito da economia, foi marcada, na esfera social, pela mobilização de segmentos da sociedade civil que demonstraram uma extraordinária vitalidade visando a ampliação da participação e/ou no exercício dos direitos políticos. Os movimentos sociais buscando a apresentação de emendas populares mobilizaram milhões de brasileiros e conseguiram já na fase de elaboração da nova Constituição o reconhecimento do direito da sociedade, através de suas organizações, de apresentar ao congresso nacional projetos de lei. Abriu-se assim espaço e incentivou-se a ampliação das liberdades civis e a participação política.

³² Portal de notícias da Agencia Senado consultado em 12/12/2014, as 15:48h no endereço: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>.

4.1 A Assembleia Nacional Constituinte

O fracasso da Emenda Dante de Oliveira (PEC) n.05/1983, que tinha por objetivo retomar as eleições diretas foi selado com a derrotada na votação de 25 de abril de 1984, com o seguinte resultado: duzentos e noventa e oito (298) votos a favor; sessenta e cinco (65) votos contra; três (3) abstenções e cento e treze (113) ausências no plenário do Congresso Nacional,³³ acentuou a mobilização pela ANC. Foi no contexto da “transição transacionada”, assim definida por se configurar como um projeto conservador “[...] que visava à conciliação pelo alto na qual as elites dirigentes preservaram seus privilégios adiando remoto e indefinido a realização das aspirações populares” (SAVIANI, 1987, p. 149) que a convocação da ANC livre e soberana passou a ser falada abertamente.

Às vésperas da posse do novo governo, ainda eleito pelo colégio eleitoral, o congresso nacional, em cumprimento ao compromisso de (re)constitucionalização do país, instalou uma comissão interpartidária que tinha como objetivo remover parte do “entulho” autoritário do caminho da futura convocação da ANC. De seu trabalho resultou a Emenda Constitucional n.25, de 15 de maio de 1985, que, dentre outras medidas de reforma eleitoral e partidária estabeleceu:

1. A liberação dos partidos políticos (inclusive aqueles que haviam sido colocados anteriormente na ilegalidade);
2. A concessão de voto aos analfabetos e
3. A convocação de eleições nos municípios que não tinham o direito de eleger prefeitos. (MICHILLES, 1989, p. 21)

Do ponto de vista formal, o processo constituinte prevê, em primeiro lugar, o ato convocatório, seguido da eleição do corpo constituinte e da instalação da ANC. A partir daí dá-se a organização de seu regimento interno, dos trabalhos de elaboração, votação e promulgação da Constituição. No caso brasileiro, o ato convocatório viabilizou-se através de uma emenda à Constituição então vigente (Emenda n. 26 à Constituição de 1967, de 27 de novembro de 1985). Contando com a anuência do Congresso e do Supremo Tribunal Federal a eleição parlamentar de 1986, transformou-se, pelo ato convocatório, na eleição de um corpo legislativo regular, mas que também teria poderes especiais para elaborar, em assembleia unicameral, a nova constituição. Pela Mensagem n. 330, que tomou o número 48 no

³³ Portal de Notícias da Câmara, consultada em 15 de dezembro de 2014, as 16:46h, no endereço: <http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/466301-DIREITAS-JA-REJEICAO-DA-EMENDA-DANTE-DE-OLIVEIRA-MARCA-A-HISTORIA-DO-PAIS-BLOCO-1.html>.

Congresso Nacional, em 28 de junho de 1985, o então presidente José Sarney encaminhou projeto de convocação da ANC. A forma escolhida foi a de uma emenda à Constituição em vigor, que recebeu inúmeras críticas por ligar a construção de uma nova ordem às regras do status quo constitucional vigente. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) tomou o n. 45 de 1985, e foi lida na Sessão do Congresso Nacional, de 07 de agosto (MICHILES, 1989, p. 24).

Apesar de ter sido convocada por uma Emenda à Constituição e de ter contado com a participação dos chamados senadores biônicos, o que em muito a descredenciava frente aos movimentos sociais e aos setores engajados politicamente, a ANC funcionou como poder constituinte originário e produziu uma nova constituição sem limites ou condicionamentos de ordem jurídica.

Com a instalação da ANC teve início uma série de embates para, primeiramente, estabelecer o regulamento interno e, posteriormente, elaborar o texto constitucional. A adoção da Iniciativa Popular pela ANC resultou de uma Emenda Popular subscrita por mais de quatrocentos e dois mil e duzentos e sessenta e seis (402.266) eleitores, emenda essa que foi incluída no art. 24 do Regimento Interno da Constituinte, que assegurava a apresentação de emenda ao Projeto de Constituição, desde que a mesma fosse subscrita por trinta mil (30.000) ou mais eleitores brasileiros, em lista organizada por, no mínimo, três entidades associativas legalmente constituídas, que se tornariam responsáveis pela idoneidade das assinaturas. Foram propostas pela sociedade, naquela época, cento e vinte e duas (122) emendas populares, cujos conteúdos versaram sobre os mais diversos temas: políticos, econômicos, sociais, culturais e científicos, sendo que foram os temas sociais os responsáveis pela maior mobilização dos setores envolvidos com o instrumento participativo.

No que se refere à produção do texto constitucional a ANC aventurou-se por caminhos nunca dantes percorridos e foi marcada por experiências raras e inéditas. A recusa de qualquer anteprojeto como subsídio inicial para os trabalhos e a distribuição dos temas em oito (8) comissões, subdividas em vinte e quatro (24) subcomissões, (fato previsto e amparado pelo regulamento interno), propiciou que a sociedade através do ativismo de suas instituições, de grupos de interesse e de pressão pudesse contribuir com sugestões encaminhadas em audiências públicas ou através de emendas populares.

As comissões foram organizadas segundo critério temático, com a missão de elaborar anteprojetos parciais da Constituição, sendo cada uma composta por sessenta e três (63) membros titulares e igual número de suplentes e dividida em três subcomissões. Cada uma

das oito (8) comissões temáticas foi desdobrada em três (3), segundo critério temático, resguardado o princípio da proporcionalidade partidária e número variável de membros, retratadas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Comissões da Assembleia Nacional Constituinte e seus desdobramentos.

COMISSÕES	SUBCOMISSÕES
I. da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Ia. da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; Ib. dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; Ic. dos Direitos e Garantias Individuais
II. da Organização do Estado	IIa. da União, Distrito Federal e Territórios; IIb. dos Estados; IIc. dos Municípios e Regiões
III. da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	IIIa. do Poder Legislativo; IIIb. do Poder Executivo; IIIc. do Poder Judiciário e do Ministério Público
IV. da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições	IVa. do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; IVb. de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; IVc. de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas
V. do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Va. de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas; Vb. de Orçamentos e Fiscalização Financeira; Vc. do Sistema Financeiro
VI. da Ordem Econômica	VIa. de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; VIb. da Questão Urbana e Transporte; VIc. da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária
VII. da Ordem Social, da Família, da Educação, Cultura e Esportes	VIIa. dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; VIIb. de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; VIIc. dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias
VIII. da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	VIIIa. da Educação, Cultura e Esportes; VIIIb. da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; VIIIc. da Família, do Menor e do Idoso.

Fonte: Elaboração livre com base nas informações de Oliveira (1993, p. 47-55-56).

Findos o trabalho das subcomissões foi estabelecida uma comissão de sistematização instituída para apresentar o 1º Projeto de Constituição, elaborado a partir dos anteprojetos das comissões temáticas. Esta comissão de sistematização foi considerada como a de número IX e que era integrada por quarenta e nove (49) membros titulares e outros quarenta e nove (49) suplentes, pelos presidentes e relatores das oito (8) comissões temáticas e pelos relatores das vinte e quatro (24) subcomissões, somando, portanto, oitenta e nove (89) membros. No entanto, nas seções plenárias os representantes da sociedade, mesmo que não fossem constituintes, podiam defender suas reivindicações o que demonstra a complexidade dos trabalhos levados a cabo neste processo de sistematização das propostas.

Várias foram as novidades que surgiram neste contexto. Podemos citar, por exemplo: a previsão de audiências públicas para evitar os *lobbies*³⁴ que tinham como objetivo propor temas que deveriam constar no texto constitucional, até então feitos nos corredores e gabinetes. Foram realizadas cerca de quatrocentas (400) audiências públicas durante as quais foram recolhidas cerca de duas mil e quatrocentas (2.400) sugestões de texto constitucional (MICHILES:1989, p.39).

A ANC, na fase das Subcomissões, ouviu tanto as elites nacionais quanto outros segmentos que jamais tinham sido admitidos em fóruns oficiais refletindo, como nunca antes, a diversidade e a pluralidade de nossa sociedade. O clímax da participação popular no processo constituinte deu-se com a aprovação do direito dos eleitores, apresentarem propostas de emendas populares ao texto constitucional. A regra contida no regimento interno foi a de que as emendas populares deviam conter um mínimo de trinta mil (30.000) assinaturas e ser apresentadas por três (3) organizações responsáveis, com a defesa frente à Comissão de Sistematização por um dos subscritores. As cento e vinte e duas (122) emendas populares apresentadas com suas doze milhões, duzentas e sessenta e cinco mil e oitocentas e cinquenta e quatro (12.265.854) assinaturas representaram um evento participativo entre os mais fortes da trajetória democrática do Brasil. Algumas outras iniciativas não chegaram a ser apresentadas por não terem cumprido dispositivos regimentais. Mesmo dentre aquelas cento e vinte e duas (122) recebidas, somente oitenta e oito (88) cumpriram devidamente tais regras e as demais receberam assinatura de constituintes para viabilizar sua tramitação.

Lendo a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 é possível verificar que a grande maioria de seus dispositivos teve o conteúdo, ou parte deste, antecipado nas audiências públicas das Subcomissões e que foi substancial o aproveitamento das emendas populares, mesmo considerando que estas refletiram posições divergentes sobre determinados temas. Hoje é possível afirmar que valeu a pena o enorme esforço participativo da população e longe esteve de ser desconsiderado, muito menos de haver sido pífio o aproveitamento dos conteúdos propostos. Produziu efeitos concretos sobre a norma constitucional e também outros resultados políticos, sociológicos e culturais. (COELHO, 1991, p. 06).

34 *Lobbies* (do inglês *lobby*, antessala, corredor) é o nome que se dá à atividade de pressão, ostensiva ou velada, de um grupo de interesses organizado com o objetivo de interferir diretamente nas decisões do poder público, em especial do poder legislativo, em favor de causas ou objetivos defendidos por um grupo. No Brasil o termo pode adquirir uma conotação de troca de favores ou corrupção.

4.2 Surge o Movimento Constituinte da Pesca

Analisando o contexto de elaboração da nova constituição podemos verificar o engajamento e a mobilização social de diversos segmentos da sociedade brasileira e dentre eles as populações pesqueiras que se fizeram representar por meios antigos e por outros relativamente novos. Tudo começou quando cerca de dois anos antes de se iniciarem os trabalhos da ANC, em julho de 1985 o presidente da CNP, Dario Franco, ex-funcionário da extinta SUDEPE, que diferentemente dos anteriores não fora considerando defensor unilateral dos interesses políticos do Ministro da Agricultura e sim comprometido com os interesses e demandas dos pescadores convocou as lideranças a participarem da Constituinte da Pesca. Assim, ao sabor da maré liberalizante formalizou-se o processo de convocação da Comissão nacional Constituinte da Pesca em meados de 1985 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES, 1985).

Tratava-se de convocação para que as Federações Estaduais elegeassem delegados encarregados de representar os interesses dos pescadores na comissão parlamentar cuja finalidade era elaborar propostas de caráter reformista por meio de um anteprojeto para o Código da Pesca que deveria englobar os seguintes temas: meio ambiente, saúde, educação, habitação além de estabelecer nova situação jurídica para o sistema de representação dos pescadores.

A proposta inicial era selecionar dentre os pescadores um grupo representativo dos estados que pudesse promover o levantamento das leis e das instituições em vigor relativas à atividade pesqueira e ponderar sobre sua efetividade prática. Os resultados seriam então considerados pelos parlamentares em seu trabalho legislativo. Esse grupo desenvolveu seus trabalhos como instância paralela a dos produtores tradicionais à ANC e ficou conhecido como “Movimento Constituinte da Pesca”. Embora tenha sido formalmente convocado por iniciativa da Confederação Nacional dos Pescadores contou com a sustentação e engajamento do CPP.

As reivindicações pela revisão e atualização do Código da Pesca já vinham sendo discutidas no interior da Pastoral da Pesca

[...] no Encontro Regional do Nordeste de 1978, os pescadores fizeram uma longa troca de experiências de suas lutas. A certa altura, um dos participantes levantou uma questão que já os vinha angustiando... “Por que as colônias de Pescadores e as Federações Estaduais não apoiam as nossas lutas? Elas não deveriam ser órgãos de representação de nossa categoria,

dirigida por pescadores? Em vez disso, muitas delas estão em mãos de militares, funcionários públicos, comerciantes de peixe, etc., que só atrapalham e boicotam as nossas lutas. Donde vem esta situação? (SILVA, 1988, p. 14).³⁵

A partir constatações como estas os pescadores aprofundaram a reflexão e o debate chegando às seguintes deliberações:

1. Ampliar o âmbito das ações do movimento (do nível local, estadual e regional até o nacional);
2. Conquistar, desde as bases, as diretorias das colônias, transformando-as em verdadeiros órgãos de classe e
3. Conhecer a natureza histórica do sistema de representação de modo a poder transformá-lo.

Santos (1988, p. 142) afirma que pelo menos teoricamente a escolha dos delegados da Constituinte da Pesca se dava através de eleição de três representantes de cada colônia, os quais constituíam a comissão estadual do movimento. Em seguida esta comissão estadual promovia o levantamento e a seguir triava sugestões, aprofundando-as, e elaborava propostas a serem encaminhadas e debatidas pela comissão nacional. Na prática, contudo, tal sistema de escolha apresentou-se bastante problemático pois em estados como Acre, Rio Grande do Norte, Bahia e Mato Grosso não houve eleição para delegado e em outros como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Amazonas ela foi desvirtuada. Outro problema significativo era a ida dos representantes dos estados a pontos relativamente distantes do país, de modo a participarem das reuniões do movimento que se realizaram entre 1985 e 1988 em Brasília. Face às grandes distâncias a serem vencidas, os representantes orgânicos dos pescadores, contando com poucos ou nenhum recurso diminuía em número a cada encontro enquanto que outros que boicotavam as propostas mais avançadas politicamente circulavam de avião.

Em outubro de 1985 foi organizado pela Confederação Nacional dos Pescadores, em Brasília, o Seminário da Pesca Artesanal que contou com a participação de cerca de quatrocentos (400) pescadores de todo o país, além de técnicos de diversas entidades vinculadas as atividades pesqueiras dando assim início as atividades da Constituinte da Pesca. No documento de apresentação do evento os organizadores escreveram:

³⁵ Cf. SCHUETTGEN, F. A. 'Apresentação'. In: SILVA, L. G. (Coord). *Os pescadores na história do Brasil (Colônia e Império)*. Petrópolis/Recife, Vozes/PPP.1988. p.14.

No momento em que nosso país abre as portas para os reais caminhos da democracia, o Seminário da Pesca Artesanal surge como oportunidade ímpar para que os pescadores possam dar início à luta pela conquista de seu espaço, fazendo valer seus direitos... Apresenta-se o evento com a finalidade de aproximar o pescador dos setores representativos do povo brasileiro de forma a proporcionar um amplo debate que permita consolidar as bases da Constituinte da Pesca, que deverá se traduzir em marco definitivo na história do pescador brasileiro. (CNP, 1985, p. 03).

Contando com a quase totalidade de seus participantes escolhidos entre os pescadores, a metodologia do evento previa exposições de quinze (15) minutos sobre os seguintes temas:

1. Desenvolvimento Pesqueiro;
2. Legislação Pesqueira;
3. Políticas Sociais;
4. Previdência Social e
5. Sistema de Representação Profissional dos Pescadores.

Após cada apresentação eram destinados três (3) minutos para a participação dos pescadores o que causou decepção entre os participantes que mais que ouvir desejavam expressar seu posicionamento perante essas questões. A avaliação do Seminário da Pesca Artesanal desenvolvida pela Pastoral dos Pescadores aponta que

[...] apesar das falhas da programação e da dinâmica, o seminário teve êxito pois representou uma arrancada na nova caminhada dos pescadores que não podem nem querem mais ser meros ouvintes em Congressos, seminários e reuniões de Colônias, mas querem eles mesmos construir seu futuro. (CPP, 1985, p. 52).

Muitos dos representantes orgânicos dos interesses dos pescadores já desenvolviam um trabalho de base atuando também na Pastoral da Pesca, outros eram representantes mais vinculados à direção das Colônias e, conseqüentemente, aos interesses institucionais da Marinha. Relatos de participantes deste processo³⁶ descrevem que, uma vez eleitos em seus respectivos estados, eles circulavam pelas localidades que concentravam a população pesqueira e ali realizavam reuniões e conversas com os pescadores para levantar as necessidades do setor e sua percepção sobre a legislação vigente e sobre a atuação das organizações corporativas da pesca artesanal. Nestas reuniões discutia-se o que já existia em

³⁶ Trata-se de entrevistas em profundidade feitas pela autora com a secretaria nacional da CPP e com um militante que atuou neste período.

termos de leis e instituições, seu funcionamento e em que medida elas atendiam os interesses da classe pesqueira ou não. Era relativamente comum, segundo declarações dos entrevistados, o desconhecimento sobre a legislação e o não reconhecimento das pessoas que presidiam as colônias como lideranças oriundas da pesca artesanal. Os resultados aí obtidos eram considerados pelos representantes incumbidos de reproduzir a discussão em Brasília onde se reuniam com os demais para compartilhar e unificar as contribuições recolhidas nas bases e a seguir sistematizar as propostas em um único documento que era então apresentado e discutido com os parlamentares.

4.3 Dificuldades e desafios enfrentados pelo Movimento Constituinte da Pesca

Para realização das assembleias nos estados e para arcar com a estadia dos participantes em Brasília, os representantes dos pescadores eleitos em cada estado buscavam estabelecer parcerias com o poder público nos vários níveis (municipal, estadual e federal) e na impossibilidade de angariar aí os recursos financeiros não raro recorriam a Igreja Católica. Do governo recebiam alguma ajuda de custo, pouca, segundo os entrevistados, sendo que a maior parte tanto do apoio financeiro quanto da assessoria (logística para transporte, alimentação, local para as reuniões, estadia dos participantes e apoio jurídico) foi obtido junto ao CPP.

Ressalte-se que este grupo teve que superar muitos desafios sendo que a falta de recursos financeiros para sua atuação foi apenas um deles. Outros mais difíceis de serem superados tinham causas estruturais: a insuficiente ou em alguns casos, inexistente capacidade de escrita, leitura e acesso a informação e até mesmo a pressão/coerção imposta pelo estado e pela elite no poder. Segundo depoimentos dos entrevistados era muito difícil submeter ao poder público autoritário as demandas oriundas dos pescadores artesanais, pois qualquer fala era imediatamente tomada como uma contestação aos interesses do governo. Outra dificuldade estava vinculada à falta de acesso à informação e mesmo à dinâmica interna de reunir e sistematizar as demandas locais em documento único. Segundo um dos entrevistados

O resultado dessa bagagem toda foi que eles fizeram um resumo e aí prevaleceu mais a ideia deles. Nois sofremos grande prejuízo na nossa colocação, naquilo que foi produzido... eu vejo que nois perdemos muitas oportunidades na época da Constituinte da Pesca porque nois não tínhamos as informações e tem coisa que a gente deixa de discutir porque desconhece... Eu por exemplo tive dificuldade pessoal pois como eu disse pra você antes eu nunca sentei num banco de escola pra estudar, e a gente não tem prática de

pegar na caneta escreve e fazer uma leitura mais clara. Agora eu tinha um conhecimento que vinha da prática e que muitos doutores que estavam lá não tinha” (Seu Bi, Entrevista concedida à autora, 2016).

Os entrevistados também relataram que não foram raros os embates, as discussões e até o confronto físico entre pescadores e congressistas neste período. Por meio de estratégias de pressão que contatavam dentre outras ações com passeatas, visitas aos gabinetes dos parlamentares e pela presença cotidiana nos corredores do Congresso, os pescadores conseguiram sensibilizar a opinião pública e alguns parlamentares e obter apoio deles às suas reivindicações.

4.4 Resultados e avanços percebidos pelos participantes do Movimento Constituinte da Pesca

Finalizados os trabalhos de elaboração da Constituição avanços acerca da organização dos/as pescadores/as artesanais foram verificados na medida que, em seu artigo 8º a carta magna equiparou as colônias de pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais. A regulamentação deste artigo, em 2008, por meio do Art. 1, lei nº 11.699, efetivou a livre organização da categoria. Assim, a mobilização inerente aos trabalhos de elaboração da nova constituição aliada ao acúmulo promovido pelas ações de lideranças orgânicas apoiados pela pastoral da pesca, contribuíram para a criação de uma nova consciência por parte da população pesqueira com os seguintes resultados:

1. Ocupação de algumas colônias que conseguiram elaborar seus próprios estatutos sociais aproximando seu regimento à realidade da pesca artesanal;
2. Fortalecimento da demanda por aumento dos espaços de participação e transparência nas decisões tomadas pelas diretorias de algumas colônias;
3. Criação de divisões no setor com a proliferação de associações, sindicatos, cooperativas e outras entidades que, embora até o momento não sejam bem aceitas por algumas colônias, apresentam-se como alternativas para organização dos/as pescadores/as.

Em 2009, segundo dados da SEAP contávamos no Brasil com 759 associações, 137 sindicatos, 47 cooperativas e 870 colônias de pescadores.

Os trabalhos da ANC e da Constituinte da Pesca foram importantes na medida em que conseguiram sensibilizar importantes segmentos da sociedade civil quanto à participação e engajamento social e político no apoio às campanhas de coleta de assinaturas que sub

escreveram as emendas populares inovadoras na medida em que possibilitaram que a sociedade, por meio de suas organizações, pudesse apresentar à apreciação do parlamento projetos de lei que não tiveram origem no legislativo e sim, em resposta direta a interesses mobilizados na sociedade civil.

No que se refere especificamente aos interesses dos pescadores/as, o resultado foi que uma de suas principais demandas foi alcançada: a equiparação das Colônias ao estatuto dos sindicatos de trabalhadores rurais garantido no Art. 8º da Constituição Federal. Outro ganho foi a relativa liberdade organizativa e autonomia do segmento que, a partir de então, não se via mais obrigado a se cadastrar ou se filiar unicamente às colônias. Outra mudança foi a retirada da tutela do estado que não mais indicava a presidência das organizações dos pescadores. Estas passaram a ser eleitas pelos seus integrantes desde que devidamente cadastrados. Outro ganho segundo os entrevistados foi que pela primeira vez na história a situação de vida e trabalho dos pescadores artesanais ganhou visibilidade a nível nacional.

Encerrando-se os trabalhos das constituintes Nacional e da Pesca, o movimento social dos pescadores, agora de dimensões nacionais, assumiu outro patamar com a criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE).

No que se refere ao CPP após a morte de seu fundador Frei Alfredo, em 1992 intensificou-se uma série de conflitos metodológicos, políticos e pessoais que envolviam a coordenação nacional do CPP e integrantes da pastoral dos pescadores no sul do país. O resultado deste antagonismo foi a desvinculação da pastoral da pesca no sul do país com o CPP nacional³⁷. Só recentemente o CPP Sul voltou a se vincular com o movimento nacional e coincidência ou não a ANP e o MPP não estão aí estruturados. Ambos os movimentos contam com pessoas de referência nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina que foram mapeadas por meio de outras redes de articulação. Acreditamos a este “racha” explica ao menos em parte as dificuldades enfrentadas pelos/as pescadores/as em estender as bases dos movimentos nacionais ANP e MPP à região sul do país.

³⁷ O relatório de avaliação transversal da Misereor, citado anteriormente, relata em uma frase este rompimento. Em nossas entrevistas abordamos o assunto com pelo menos três pessoas diferentes, militantes históricos da pastoral e inclusive com a secretária nacional do CPP e todos se negaram a falar sobre o “racha” alegando não ter informações sobre o acontecimento.

CAPÍTULO V: AVANÇANDO NA ORGANIZAÇÃO DOS/AS PESCADORES/AS: MONAPE, ANP E MPP

A articulação dos movimentos sociais em torno dos trabalhos de elaboração da Constituição fortaleceu a organização dos pescadores artesanais na medida em que algumas de suas demandas tais como: participação na eleição da diretoria das colônias, a possibilidade de haver outros órgãos representativos da classe: sindicatos e associações foram atendidas e possibilitou também a criação do MONAPE. Fundado na cidade de Recife/PE, em 1988, o MONAPE tinha como finalidade divulgar os ganhos obtidos com a elaboração da nova constituição, garantir a continuidade da mobilização da classe pesqueira na luta pela ampliação dos direitos sociais, fortalecer as ramificações do movimento nos estados e proporcionar autonomia política e econômica na luta destes por melhores condições de vida e trabalho para os/as pescadores/as artesanais. Apoiado pelo CPP o MONAPE estendeu suas bases de atuação e representação nas regiões norte e nordeste.

5.1 Ascensão e queda do MONAPE

Segundo Fox (2013) a busca de condições dignas de vida e trabalho para os/as pescadores/as era o ponto nevrálgico do MONAPE. Este movimento, inicialmente se estruturou em versões estaduais, a saber:

1. Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA);
2. Movimento de Pescadores da Bahia (MOPEBA);
3. Movimento dos Pescadores do Ceará (MOPECE) e
4. Movimento dos Pescadores do Maranhão (MOPEMA)

que se articulavam em movimento nacional. Tal como ocorria antes, o CPP subsidiava e fornecia incentivos no sentido de possibilitar aos/as pescadores/as um processo de conquistas de direção das colônias e das federações e o MONAPE foi a estratégia adotada para viabilizar estas ações. Ilustra bem esta situação o processo vivenciado por pescadores do Pará na ocupação da direção da confederação neste estado. Embora a Constituição previsse livre organização, as eleições para diretoria das federações continuaram a ser indiretas contando com a participação apenas os presidentes de colônia. Foi somente no início dos anos 2000 que os/as pescadores/as conquistaram o primeiro processo de eleição direta para a presidência de uma federação. Toda a articulação do processo participativo que culminou com o apoio e a participação dos/as pescadores/as na conquista da diretoria da federação de colônias de pescadores do estado do Pará foi levado a cabo pelo MONAPE numa sequência de ações e articulações que envolveram, inclusive, intervenção judicial para garantir a posse do eleito.

Ao longo de mais de uma década, por meio de suas ações, o MONAPE estabeleceu um acúmulo que permitiu, dentre outros, a formação de um conjunto de lideranças orgânicas. Estas deram continuidade ao processo de ruptura com uma série de práticas centralizadoras e pouco democráticas que vinham sendo consolidadas historicamente na estrutura de representação dos interesses da comunidade de pesca artesanal. Esta foi sem dúvida uma vitória importante e que merece comemoração, mas, o desafio permanece na medida em que, ainda hoje muitas das colônias, federações e até mesmo na confederação nacional ainda prevalecem práticas e medidas clientelistas e pouco horizontais de distribuição do poder e de atendimento aos interesses dos afiliados sendo que aqueles segmentos melhor posicionados econômica, social e politicamente tem obtido apoio em detrimento das demandas dos setores mais vulneráveis, em especial, da pesca artesanal.

O MONAPE foi gradativamente estabelecendo parcerias informais com pesquisadores, intelectuais, políticos e setores governamentais com os quais dialogava no sentido de capacitar lideranças para que, em conjunto com os pescadores e suas colônias, elaborassem projetos voltados para o setor pesqueiro e ambiental. Em 1990, o MONAPE atingiu cento e noventa (190) das quatrocentas e cinquenta (450) colônias então existentes o que demonstrava ser uma das principais referências dos/as pescadores/as e interlocutor privilegiado junto aos organismos governamentais. (FOX, 2013, p. 48)

De lá para cá a profissionalização das lideranças do MONAPE, sua adesão às estruturas governamentais, a concentração de suas atividades em projetos instalados na região norte do país, aliadas as dificuldades de financiamento e a perda de controle administrativo (com denúncias de não prestação de contas dos recursos recebidos para financiamento de projetos vinculados tanto a programas de fomento do governo federal quanto a organismos internacionais) levaram a um aprofundamento do descrédito junto aos parceiros, assessores e pescadores/as. Cada vez mais distanciado das bases, o movimento criou uma associação a AMONAPE destinada angariar recursos para projetos. Desde 2010 quando foi convocada assembleia para eleição de nova diretoria, pleito que não ocorreu por falta de quórum, a existência do MONAPE tem se tornado cada vez mais incerta. Nas entrevistas por nós efetuadas, lideranças históricas da pesca artesanal afirmaram que representantes do MONAPE ainda participam de eventos de cunho nacional, mas que, na atualidade, o movimento se resume a uma família que detém o CNPJ da associação o que lhes possibilita ainda angariar algum recurso com o qual mantém um ou outro projeto.

5.2 A política pesqueira no Brasil no século XXI

Em 2003, durante o primeiro governo do PT, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a SEAP. No âmbito do setor pesqueiro a criação desta secretaria configurava-se como possibilidade do atendimento às demandas da pesca artesanal tal como prometido na Carta de Compromisso aos Pescadores amplamente divulgada durante a campanha eleitoral. No entanto, a instituição recém-criada herdou a mesma divisão de competências que aquela verificada com os órgãos ambientais existentes no período anterior e, com isso, os conflitos institucionais na administração pesqueira também permaneceram.

Visando reorganizar institucionalmente e minimizar os embates na gestão e no fomento ao desenvolvimento da pesca, o governo brasileiro buscou assessoramento técnico

junto à FAO. Em seu Relatório Técnico de Assessoramento esta indicou três alternativas para solucionar o problema: a criação de um ministério, de um novo instituto ou de uma agência reguladora. Esta nova etapa na política pesqueira foi analisada por Azevedo (2014) em artigo que investiga a opção pelo crescimento produtivo e o lugar ocupado pela pesca artesanal na política pesqueira desenvolvida no âmbito do governo federal, no Brasil, no período que vai de 2003 a 2011.

Neste contexto o que se verificou, num primeiro momento, foi a dificuldade dos movimentos sociais de se posicionarem publicamente de forma crítica ao governo. Acreditava-se que este representava o interesse popular. Assim, a SEAP, embora no âmbito discursivo se propusesse a realizar as demandas da pesca artesanal, o mesmo não se refletia em suas ações: a gestão compartilhada passou a ser assumida não mais como distribuição com a sociedade na perspectiva de ampliar os mecanismos de participação desta e consequentemente aprofundar a democracia, mas como divisão de atribuições entre entes do estado. Neste contexto a gestão pesqueira foi dividida entre o IBAMA e a SEAP. O acúmulo construído a partir das experimentações vivenciadas no processo de gestão participativa verificadas nos anos 90 foi abandonado ou quando muito ficou em segundo plano.

No âmbito da atuação da SEAP o estado se propunha, dentre outras ações, a promover um amplo levantamento de dados e serem recolhidos por meio da participação popular nas conferências que se estruturariam desde o nível municipal passando pelo estadual, regional e culminando com grandes eventos a nível nacional. A partir delas buscava-se estruturar uma rica base informacional que subsidiasse o governo para uma atuação mais responsiva e afinada com as preferências dos setores vinculados a pesca e aquicultura. Um dos principais objetivos era modernizar a cadeia produtiva da pesca e incentivar a aquicultura, em consonância com os rumos apontados nos relatórios da FAO que anunciavam a incapacidade das atividades extrativas se manterem como fonte sustentável de retirada de recursos pesqueiros e, portanto, a necessidade de incentivo e investimento estatal direto na pesquisa e produção via aquicultura.

Em 2004, no primeiro ano de atuação da SEAP, constata-se a ocorrência de vinte e sete (27) Conferências nos estados e no Distrito Federal que culminaram com a realização da Primeira Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca da qual participaram novecentos e cinquenta e três (953) representantes da pesca com a proposta de subsidiar a discussão de uma política sustentável para a aquicultura e a pesca considerando as particularidades regionais.

Dentre as metas apontadas no relatório da Iª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca³⁸ consta dotar os setores de aquicultura e pesca de infra estrutura de suporte das atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota pesqueira, como também o apoio à exportação e comercialização interna de modo a imprimir um ritmo de crescimento próximo a 20% ao ano na produção de aquicultura e pesca.

O comparecimento de pescadoras na Iª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca foi diminuto e elas denunciaram a falta de incentivo e de condições que possibilitassem a participação feminina³⁹. Sensível a esta demanda, o governo federal promoveu em 2004 o Iº Encontro Nacional de Trabalhadoras na Pesca e Aquicultura. Em ambos os eventos foram pautadas uma série de propostas que se referiam às demandas das pescadoras, no entanto, nenhuma delas teve prosseguimento sendo este o motivo para que fosse estruturada a ANP, com a finalidade de fortalecer a pauta de reivindicações das pescadoras artesanais.

Dando continuidade a esta luta e visando defender uma pauta de reivindicações específicas, um grupo de mulheres pescadoras fundou, em 2006, a ANP, em reunião na cidade de Recife e contaram com vários apoios dentre os quais se destaca o da Pastoral da Pesca. Se defrontando com a lógica patriarcal, as pescadoras se organizaram reivindicando a efetivação de direitos que historicamente lhes foram negados se insurgindo contra a perspectiva predominante que as colocava como “ajudantes” de seus maridos e aos poucos foram conquistando reconhecimento conforme declara uma das fundadoras:

Antes a gente como mulher não conseguia chegar a uma colônia. Hoje muitas de nós somos até presidentes de colônias. Antes as mulheres não podiam se aposentar, a gente tinha que esperar o marido morrer para ter acesso à aposentadoria. Só em 1993 é que as mulheres casadas passaram a ter o direito de se aposentar. Não tínhamos direito ao salário maternidade e hoje temos. Só em ver o número de mulheres cadastradas nas colônias e o número de mulheres aposentadas e em união para defender seus direitos percebemos como são muitas as conquistas. Com a ANP conseguimos

³⁸ Disponível em

www.ipea.gov.br/participacao/imagens/pdfs/conferencias/aquicultura_pesca/deliberacoes_1_conferencia_aquicultura_pesca.pdf acessado em abril de 2016

³⁹ A origem da organização das mulheres na pesca artesanal no Brasil remonta a ação de religiosas que desde a década de 1970 começaram a inserir nas pastorais e nos movimentos sociais debates sobre as questões de gênero. No âmbito da pesca, as primeiras a obter reconhecimento formal conseguindo tirar a carteira profissional de pescadoras vieram da região de Itapissuna/PE e da Prainha do Canto Verde. De lá para cá, esse direito foi se expandindo e alcançando outras mulheres espalhadas pelo Brasil. Em 1985 uma delas foi eleita presidente da colônia de Itapissuna e nove anos depois alcançou a presidência da federação de colônias do estado do Pernambuco

contato com o Ministério da saúde com quem estamos debatendo nossas doenças ocupacionais. Ainda podemos ver mulheres da pesca saindo para outros países para falar de nossas questões. A ANP está ainda inserida em outras articulações como a de trabalhadoras rurais que garante visibilidade a nossas lutas (CPPNAC, 2016)⁴⁰.

A ANP após a realização de 4 encontros nacionais apresenta hoje a seguinte pauta de reivindicações: a) segurança nas áreas de trabalho e moradia; b) atenção do estado às doenças ocupacionais das mulheres pescadoras pleiteando atendimento de saúde mais abrangente e adaptado à sua realidade; c) estudo e pesquisa sobre as espécies que capturam para que seja fixado o período de defeso, ou seja, a proibição da pesca destas espécies no período de sua reprodução para protegê-las e d) campanha em defesa dos territórios pesqueiros (PIERRI, 2010, p 12).

A IIª Conferencia Nacional de Aquicultura e Pesca ocorreu em março de 2006. Convocada pela SEAP-PR e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (Conape) nos moldes da anterior foi precedida de reuniões em todas as unidades da federação objetivando traçar políticas públicas que estruturassem, abrissem linhas de crédito e garantissem a difusão tecnológica necessária à expansão da produção de mariscos e pescado. Com o tema "Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca", consta dentre suas resoluções a transformação da SEAP no MPA, ministério que passaria a centralizar todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor.

A criação do MPA iniciada em 2008 via Medida Provisória (MP) 437 de 29 de julho de 2008 foi infrutífera pois tal medida, definida na Casa Civil sem ter sido antes acordada a nível técnico, não obteve apoio no legislativo. Seu conteúdo foi então transformado em Projeto de Lei encaminhado, em caráter de urgência e aprovado praticamente sem alterações, resultando na Lei 11.958 de 26 de junho de 2009 (BRASIL, 2009a).

Assim, depois de anos de tensão e conflitos, a lei que transformou a SEAP em MPA estabeleceu que a fixação de normas e medidas para o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros caberia ao MPA e ao MMA conjuntamente sob coordenação do MPA [...] Formalizou-se o Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, instituiu-se a Comissão Técnica de Gestão Compartilhada e formaram-se os Comitês Permanentes de Gestão como órgãos colegiados consultivos com participação da sociedade civil que, no entanto, apresentam uma grande debilidade na sua formação e atuação. (AZEVEDO, 2014, p. 66).

⁴⁰ Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/articulacao-nacional-das-pescadoras-a-contribuicao-das-mulheres-para-a-luta-das-comunidades-pesqueiras-do-brasil/> acessado em 21 de junho de 2016.

Em 2009, concomitantemente à transformação da SEAP em MPA, aprovou-se também o novo marco legal para a pesca: a Lei n. 11.959 que instituiu a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca visando compatibilizar crescimento econômico, cuidado ambiental e redução da pobreza. A nova legislação demonstrou ser avançada na medida em que manteve os instrumentos de comando e controle como os principais mecanismos de gestão da pesca e ainda, incluiu os princípios da participação social e da cogestão no ordenamento pesqueiro. A premissa em vigor a partir de então seria de que se deve considerar as peculiaridades e garantir a permanência da pesca artesanal, bem como o reconhecimento de toda a cadeia produtiva na atividade pesqueira, o que fundamentaria a garantia de direitos previdenciários dos/as trabalhadores/as da pesca.

O novo período foi marcado pela retomada das ações de fomento e pela busca sistemática da centralização e ampliação das funções de ordenamento no MPA em detrimento dos órgãos ambientais. O conflito entre MPA e IBAMA, no que se refere à forma de atuação sobre os recursos pesqueiros e garantir a sustentabilidade destes, ganhou novo fôlego. A dimensão econômica demonstrou ter, neste contexto, peso maior que a dimensão ambiental. O MPA passou a conceder cada vez mais licenças para a pesca industrial e para prática da aquicultura em águas pertencentes à União demonstrando estar mais susceptível às pressões advindas dos interesses industriais.

A IIIª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca ocorreu no período de 30 de setembro a 02 de outubro de 2009, no centro de convenções Ulisses Guimarães, em Brasília/DF. Foi precedida de dezenas de conferências municipais e territoriais, vinte e sete (27) estaduais e a distrital que contabilizaram cerca de trinta mil (30.000) participantes. Foram produzidas mil e quarenta e uma (1.041) emendas ao texto base e eleitos dois mil (2.000) delegados para a conferência nacional que contou, além destes, com a participação de cerca de quinhentos (500) convidados e observadores. Com o tema “Consolidação de uma política de Estado para desenvolvimento sustentável da Aquicultura e da Pesca” este evento pretendia fazer um balanço da política e das ações governamentais destinadas à aquicultura e pesca desde 2003.

Na mesma ocasião, em conferência paralela organizada pelo CPP reuniram-se lideranças oriundas da pesca artesanal no Estádio Mané Garrincha, em Brasília/DF e neste evento tornaram público seu rompimento com a perspectiva adotada pelo governo federal e fundaram o MPP.

5.3 O Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil

Formalizado em 2009 durante evento paralelo à IIIª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca promovida pelo governo federal o MPP possui raízes profundas que podem ser buscadas nas ações desencadeadas desde a década de setenta pela pastoral da pesca no sentido de formar lideranças orgânicas e fomentar a organização da população pesqueira por meio da criação e/ou consolidação de novos atores sociais coletivos. Fundado pela dissidência de lideranças antes vinculadas ao Monape, o MPP desde seu surgimento vem tornando público o descontentamento de seus integrantes com as ações estabelecidas no âmbito das políticas públicas para o segmento pesqueiro promovidas pelo governo federal. Ressalte-se também sua discordância com os rumos tomados pelo até então movimento portador dos interesses do grupo⁴¹. Na busca por respostas o Monape articulou a interlocução e negociação direta de suas demandas junto a universidades e ao governo federal e assim, as parcerias celebradas com intuito de responder às carências materiais cotidianamente enfrentadas pelas populações pesqueiras trouxeram consigo o desafio de pressionar o poder público sem se deixar cooptar, mas não foi isso que ocorreu: a busca por autonomia financeira teria se transformado em alinhamento acrítico junto aos organismos que compõem o governo e que definem as políticas públicas destinadas ao setor da pesca artesanal.

O momento fundacional nos foi relatado da seguinte forma: acreditando que as conferências nacionais de aquicultura e pesca desconsideravam as necessidades específicas da pesca artesanal se dedicando a validar os altos investimentos na pesca industrial e na aquicultura, associações, colônias, sindicatos e federações de pescadores, unidas a movimentos sociais que atuavam juntos aos pescadores artesanais convocaram (não sem sofrerem pressão por parte do MPA que temia um esvaziamento da conferência oficial) e reuniram cerca de mil pescadores e pescadoras originários de quinze (15) estados da federação e do Distrito Federal no Estádio Mané Garrincha e Brasília na assim denominada Primeira Conferência Nacional dos (as) Pescadores(as). Nesta conferência foram instaladas uma série de tendas e nelas aconteceram rodas de discussão temática facilitadas por pescadores/as com o apoio de entidades parceiras como o Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal Paraná (UFPR), CPP, Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e

⁴¹ Alguns coordenadores nacionais do MPP declararam em entrevista concedida a autora que a diretoria do Monape estava mais preocupada com a captação de recursos para financiamento de projetos que com a defesa dos interesses das comunidades pesqueiras.

NECTAS/UNEB. Destas rodas de discussão foram definidas propostas de políticas públicas em várias linhas sendo as principais: a) identidade e território; b) direitos sociais; c) políticas e legislação para a pesca artesanal, dentre outras.

Um dos temas que ganhou centralidade todas as discussões e nas atividades em grupo demonstrando ser fundamental foi a necessidade de se defender os territórios pesqueiros. Estes eram entendidos como compostos por áreas terrestres, lagunares e costeiras onde os/as pescadores/as vivem, transitam e desenvolvem suas atividades de pesca. Constataram também a ausência de um movimento nacional que representasse efetivamente os interesses do grupo e decidiram pela fundação do MPP que contaria em seus quadros com lideranças históricas formadas pelo CPP e por muitos outros que antes compunham a base do MONAPE, mas que foram se distanciando deste à medida que discordavam das estratégias adotadas pela coordenação cada vez mais integrada e afinada com as ações promovidas pelo governo.

Relatam as lideranças entrevistadas nesta pesquisa e também é esta a posição pública declarada por integrantes do CPP e do MPP, que as conferências nacionais promovidas pela SEAP serviram apenas para legitimar o programa governamental colocado em prática composto por uma série de políticas que não atendiam as demandas e que não eram coerentes com as necessidades reais das comunidades pesqueiras tradicionais. Sinalizavam também que sempre houve por parte do governo federal uma série de promessas relativas à implantação de políticas públicas direcionadas aos/as pescadores/as artesanais, mas, estas nunca se efetivaram.

Por outro lado, assistiam e denunciavam o esforço governamental no sentido de privilegiar os aspectos econômicos em detrimento do desenvolvimento humano e assim promover o crescimento a qualquer custo com a implantação própria ou concessão à iniciativa privada de grandes obras de infraestrutura (hidrelétricas, portos, indústria petroquímica, etc.) e de incentivo ao hidro e agronegócio em grande escala. Estas ações governamentais contribuíram para ampliar o conflito social que, por sua vez, levou os movimentos sociais vinculados à pesca a retirarem seu apoio e participação nas conferências.

Inscrito no quadro dos novos movimentos sociais por possuir uma identidade própria fundada na defesa das populações tradicionais que tem na pesca artesanal seu meio de vida e trabalho o MPP, em suas ações e campanhas formativas, de denúncia e reivindicação, aponta como adversários a política desenvolvimentista da qual resultam os grandes empreendimentos de infra estrutura promovidos pelo estado e/ou iniciativa privada (hidrelétricas, portos, indústrias petroquímica e de exploração de petróleo e gás, etc. para citar apenas algumas), o

agro e o hidro negócios e ainda o turismo de massa e a especulação imobiliária cuja regulação é considerada insuficiente, haja vista a constatação de que os ônus e bônus destas iniciativas são distribuídos desigualmente sendo as populações pesqueiras tradicionais as mais prejudicadas.

O MPP desenvolve suas ações no enfrentamento da luta contra a política de "desenvolvimento a qualquer custo" estabelecida pelo governo nos seus vários níveis. Um exemplo muito citado nas entrevistas e no documentário "Vento Forte"⁴² refere-se, dentre outros, ao hidro negócio que se instala de forma violenta com grandes empresas de piscicultura e carcinicultura⁴³ incentivadas e apoiadas pelo governo. Ocupam águas públicas concedidas pelo estado e aguçam ainda mais o conflito uma vez que limitam o livre trânsito e o acesso da população pesqueira a áreas tradicionalmente por elas utilizadas em suas atividades laborais e em sua dinâmica de vida.

O MPP luta por direitos sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente culturais, construídos a partir de princípios territoriais e de pertencimento identitário. Atua junto a segmentos sociais pertencentes a camadas populares que se encontram à margem do sistema, dispersos territorialmente no meio urbano e rural, demandando a continuidade de seus modos de vida e trabalho em condições dignas que acreditam, serem possíveis com o reconhecimento de seus territórios pesqueiros. Para tanto o MPP deflagrou já em seu ato fundacional a campanha pela regularização dos territórios pesqueiros requerendo assim o acesso a porções de terras e águas usadas para a prática profissional e para a vivência cotidiana desse segmento social.

Resultado do amadurecimento dos movimentos que o antecederam, mantidos e subsidiados pela pastoral da pesca, o MPP tem conseguido tornar público seu olhar sistêmico e abrangente sobre o ambiente como um todo, aí se incluindo o acesso e livre trânsito, configurados no direito de ir e vir nos espaços geográficos aquáticos e terrestres

⁴² Documentário produzido pelo CPP em 2014, direção Patrícia Antunes, Brasil/MG, 2014, 62 min Produzido pelo CPP, direção de Patrícia Antunes, Brasil/MG, 2014, 62 min, Sinopse: Vento Forte traz à tona diversas violações ambientais e de direitos humanos que vem ocorrendo no Brasil devido aos impactos causados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro que ameaçam diariamente o modo de vida tradicional dos pescadores artesanais.

⁴³ O crescimento da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro) no Nordeste, à par dos índices econômicos divulgados pelos produtores, vem sendo associado à destruição de um dos ecossistemas mais complexos do planeta, o manguezal, além de atingir mata ciliar e carnaubais e causar danos cumulativos às bacias hidrográficas onde se inserem. Ao atingir o meio ambiente, a carcinicultura ameaça a fonte de sobrevivência e a cultura de milhares de pessoas que habitam tradicionalmente as regiões de mangue – pescadores, marisqueiras, índios e pequenos agricultores -, muitas vezes vítimas de violência, expulsão e super exploração por parte das empresas, que comumente se apropriam de terras públicas da União. Disponível em http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/0B19D3B1/Separata_GT_Carcinicultura.pdf

historicamente ocupados durante o exercício laboral e as atividades de moradia e dinâmica de vida das populações pesqueiras artesanais. O acúmulo de experiência, luta e formação de militantes que, em suas ações questionam o viés economicista do crescimento e desenvolvimento a qualquer custo, tem ganho visibilidade e possibilitado avaliar positivamente a trajetória de atuação do MPP.

A utopia do MPP, como horizonte de luta, fundamenta-se na realização plena de condições de vida e trabalho justas, pautadas no bem viver e na preservação da identidade e da cultura das comunidades pesqueiras artesanais distribuídas na geografia continental e marítima diversificada conforme os hábitos e costumes de cada lugar. Buscando alcançar este horizonte de desejo o movimento parte da educação popular como estratégia metodológica de ação e formação visando alcançar mobilidade e inclusão social e política do segmento e transformação da realidade desde o nível local até a conjuntura nacional.

5.4 Parcerias e rede de apoiadores do MPP

O MPP desde sua fundação estabeleceu-se e tem atuado em parceria com uma rede de apoiadores visando a efetivação de suas ações e o alcance de seus objetivos. Conforme se pode verificar algumas destas parcerias são mais fortes chegando mesmo a se estabelecer como um conjunto de ações compartilhadas, outras são apenas figurativas e há ainda aquelas estabelecidas com a finalidade de obter financiamento para as atividades. Elas encontram-se elencadas no Quadro 3 e sucintamente descritas.

Quadro 3 - Rede de apoiadores do MPP

1 - Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR – Situada na Bahia, desde sua fundação adotou um caráter de entidade de classe voltando-se para as denúncias das ameaças aos direitos humanos levadas a cabo pelos proprietários de terras ainda durante o regime militar. Na atualidade, apesar de reconhecer a normalidade institucional, a AATR acredita que a lei não se auto-aplica sendo necessária a coesão e mobilização permanentes para que os direitos formalmente estabelecidos sejam respeitados. Visando apoiar a luta dos trabalhadores a AATR conta hoje com mais de cem (100) advogados/as afiliados no estado da Bahia e desenvolve suas ações na formação e assessoria em políticas públicas e cidadania, no acompanhamento de processos, na assessoria e apoio aos movimentos sociais e na proteção às vítimas e testemunhas de violência – PROVITA-BA. Em parceria com o CPP a AATR elabora e aplica o curso de “juristas leigos” que visa produzir e difundir entre as lideranças o conhecimento jurídico necessário para que as comunidades tradicionais possam peticionar coletivamente suas demandas e defender seus interesses⁴⁴.

⁴⁴ Disponível em http://www.aatr.org.br/quem_somos.htm acesso em março de 2016.

<p>2 - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal - ABEEF – Fundada em 1971, a associação visa contribuir para a qualificação profissional dos estudantes através da promoção de uma série de atividades com temáticas consideradas importantes, mas pouco usuais nos currículos⁴⁵.</p>
<p>3 - Associação de Magistrados do Brasil, AMB – Congrega trinta e seis (36) associações regionais: vinte e sete (27) de juízes estaduais, sete de juízes trabalhistas e duas de militares. Fundada em 1949 a AMB está voltada para qualificação dos magistrados e a excelência no exercício da profissão⁴⁶.</p>
<p>4 - Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI – Organização Não Governamental criada em 1.979, atualmente sediada em Salvador/BA, dedicada à defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas, de sua autodeterminação e valores culturais, reconhecimento da diversidade social e cultural do Brasil⁴⁷.</p>
<p>5 - Caritas - entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, de segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Fundada em 12 de novembro de 1.956, vinculada à CNBB, integra uma rede internacional formada por cento e sessenta e quatro (164) organizações que atuam no Brasil em cerca de quatrocentos e cinquenta (450) municípios. Foi criada no contexto do Programa Aliança para o Progresso a partir da ação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU), considerada como marco do planejamento estatal na era JK, um exemplo da ideologia reinante, da fé no progresso, que fornecia recursos técnicos e financeiros para combater o avanço do comunismo. Atualmente a Caritas financia uma série de projetos sociais e é uma das “mantenedoras” da pastoral da pesca e do MPP⁴⁸.</p>
<p>6 - Centro de Assessoria Popular - CALDEIRÃO – Organização Não Governamental criada em 2.008, em Fortaleza/CE, desenvolve oficinas em apoio ao CPP⁴⁹.</p>
<p>7 - Conselho Indigenista Missionário – CIMI – Organismo vinculado à CNBB, criado em 1.972, que conta atualmente com onze (11) escritórios regionais e um secretariado nacional. Promove atuações nas seguintes dimensões: 1 – Terra: recuperação, demarcação e garantia da integralidade dos territórios indígenas; 2 – Movimento Indígena: organização, articulação e mobilização em defesa dos direitos dos/as índios/as; 3 – Alianças: com setores da sociedade civil, organizações latino-americanas, grupos e entidades de solidariedade e cooperação internacionais para assegurar as condições de conquista da autonomia das populações indígenas; 4 – Formação a serviço da autonomia dos povos indígenas: reflexão permanente sobre desafios, perspectivas e caminhos; 5 – Educação, saúde e auto sustentação: compreender e respeitar as diferentes cosmo visões; 6 – Diálogo intercultural e inter-religioso e 7 – Índios na cidade: conhecer a realidade das migrações e atuar frente a elas⁵⁰.</p>
<p>8 - Comissão Pastoral da Terra – CPT – Criada em junho de 1.975 durante Encontro Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB, em Goiânia/GO, de caráter ecumênico atuou desde suas origens em parceria com Igrejas de Confissão Luterana, desenvolvendo acompanhamento e assessoria junto a posseiros da Amazônia inicialmente e depois com atingidos por barragens e sem-terra⁵¹.</p>
<p>9 - Conferência de Religiosos do Brasil- CRB – Fundada em 1954 a organização congrega trezentas e setenta e duas (372) instituições confessionais que compõem a estrutura da igreja católica⁵².</p>

⁴⁵ Disponível em https://issuu.com/abeef/docs/informativo_cn_abeef acesso em março de 2016.

⁴⁶ Disponível em http://www.amb.com.br/novo/?page_id=63, acesso em março de 2016.

⁴⁷ Disponível em <http://www.anai.org.br>, acesso em março de 2016.

⁴⁸ Disponível em <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico> acesso em março de 2016.

⁴⁹ Disponível em www.caldeirao.casadebits.com/tags/cpp acesso em março de 2016.

⁵⁰ Disponível em www.cimi.org.br, acesso em março de 2016.

⁵¹ Disponível em www.cptnacional.org.br, acesso em março de 2016.

⁵² Disponível em <http://www.crbnacional.org.br/site2015>, acesso em março de 2016.

<p>10 - Coordenadoria Ecumênica de Serviços –CESE - fundada em 1.973, atua na promoção, defesa e garantia de direitos no Brasil. Criada por Igrejas Cristãs (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana e Aliança de Igrejas Batistas do Brasil) tem a missão de fortalecer a organização da sociedade civil, especialmente as populares empenhadas na luta pela transformação social e política que conduzam a estruturas em que prevaleça a democracia com justiça. Atualmente contribui financeiramente com a CPP e o MPP e ainda presta assessoria temática nas formações promovidas por estes movimentos⁵³.</p>
<p>11 - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB – entidade nacional que organiza os/as estudantes de agronomia, com o intuito de abordar criticamente, refletir e contribuir permanentemente sobre e para a formação de profissionais que compreendem profundamente a dinâmica dos sistemas agrários e a realidade do campo brasileiro⁵⁴.</p>
<p>12 - Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ - é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, criada em 17 de setembro de 1.979, por meio da Lei 6.687. Alguns/as pesquisadores/as de seu quadro acompanham as ações da pastoral da pesca e do MPP contribuindo pontualmente no planejamento, assessoria e execução de eventos e atividades⁵⁵.</p>
<p>13 - GEOGRAFAR UFBA – Pós-Graduação do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia, pesquisa a geografia dos assentamentos na área rural produzindo materiais como o Caderno de Conflitos no Campo da CPT. Tal como ocorre com a FundaJ, alguns/as pesquisadores/as acompanham as ações da pastoral da pesca e do MPP contribuindo pontualmente no planejamento e execução de eventos e atividades⁵⁶.</p>
<p>14 - Instituto Apoio Jurídico Popular – AJUP - A assessoria jurídica popular, consiste no trabalho desenvolvido por advogados populares, estudantes, educadores, militantes dos direitos humanos em geral, entre outros, de assistência, orientação jurídica e/ou educação popular com movimentos sociais; com o objetivo de viabilizar o diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade; seja por meio dos mecanismos oficiais, institucionais, jurídicos, extrajurídicos, políticos e da conscientização. É uma prática jurídica insurgente desenvolvida principalmente no Brasil a partir da década de 1960 até hoje, por advogados, estudantes e militantes de direitos humanos, voltada para a realização de ações para o acesso à justiça, num trabalho que mescla assistência jurídica e atividades de educação popular em direitos humanos, organização comunitária e participação popular, com grupos e movimentos populares⁵⁷.</p>
<p>15 - Movimento de Atingidos por Barragens – MAB – estruturado em fins dos anos 70 quando diante de grave crise energética mundial – crise do petróleo - usinas hidrelétricas foram construídas em várias regiões do país com a expulsão das famílias que residiam nestas áreas para as periferias dos centros urbanos. O movimento encontra-se organizado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Rondônia⁵⁸.</p>
<p>16 - Movimento Camponês Popular – MCP - movimento autônomo, de massa e de militantes, com abrangência nacional e de diversidades camponesas regionais cuja missão é a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro. Tem como aliados prioritários – além de outros</p>

⁵³ Disponível em <http://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/historico/acesso> em março de 2016.

⁵⁴ Disponível em <https://feab.wordpress.com/> acesso em março de 2016.

⁵⁵ Disponível em www.fundaj.gov.br, acesso em março de 2016.

⁵⁶ Disponível em <http://www.posgeo.ufba.br/> acesso em março de 2016.

⁵⁷ Disponível em <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2009/08/o-que-e-assessoria-juridica-popular.html> acesso março de 2016.

⁵⁸ Disponível em www.mabnacional.org.br, acesso em março de 2016.

<p>movimentos sociais camponeses – os operários e trabalhadores urbanos, na luta popular classista para fazer a transformação estrutural da sociedade e a construção do socialismo⁵⁹.</p>
<p>17 - Movimento de Pequenos Agricultores - MPA – surgiu em 1995, quando, com o fim do departamento rural da CUT e frente à grave seca que assolou o Sul do Brasil, os agricultores de desses estados se uniram e reivindicaram manutenção do crédito para viver e produzir no campo⁶⁰.</p>
<p>18 – Movimento de Mulheres Camponesas – MMC - congrega mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas, índias, negras, descendentes de europeus, pertencentes à classe trabalhadora, que lutam pela causa feminista e pela transformação da sociedade. Organizado em dezoito (18) estados brasileiros o movimento resistiu no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres⁶¹.</p>
<p>19 - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST - surgiu como resultado dos conflitos no campo que datam inicialmente da ocupação, em setembro de 1979, das granjas Macali e Brilhante, por centenas de agricultores que foram removidos e, em 1981, acamparam na Encruzilhada Natalino, ponto de confluência da estrada que liga os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As igrejas Católica e Luterana, os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e comissões de direitos humanos presentes na localidade apoiaram as cerca de seiscentas (600) famílias acampadas em barracas de lona à beira da estrada. O caso teve repercussão nacional e após meses de resistência, período durante o qual a área foi decretada de segurança nacional e sofreu intervenção e cerco das forças armadas, as 207 famílias restantes foram transferidas para Ronda Alta. Em 1984, no Primeiro Encontro Nacional em Cascavel, Paraná, foi criado o MST para lutar pela reforma agrária e pelas necessárias mudanças sociais no País. Ao longo das duas últimas décadas tem sido o mais aguerrido movimento social do país⁶².</p>
<p>20 - Núcleo de Educação e Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco - NEGA UFRPE – objetiva apoiar o desenvolvimento das atividades da Agenda 21 na região satélite de Aldeia/PE e promover atividades de extensão acerca da educação e gestão ambiental com alunos da rede pública de ensino da região. Tal como ocorre com a FundaJ, alguns/as pesquisadores/as acompanham as ações da pastoral da pesca e do MPP contribuindo pontualmente no planejamento e execução de eventos e atividades⁶³.</p>
<p>21 - Movimento de Pequenos Agricultores- MPA – organizado em dezessete (17) estados do Brasil é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas que tem como objetivo principal a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para o povo brasileiro, garantindo assim a soberania alimentar do país. Além disso busca o resgate da identidade e da cultura camponesa respeitando as diversidades regionais. Integra a CLOC e a Via Campesina⁶⁴.</p>
<p>22 - Pastoral da Juventude Rural – PJR – pastoral a serviço da organização da juventude rural e camponesa, estruturada em vinte e dois (22) estados do Brasil, atuante desde 1983, a serviço e com os/as jovens do meio rural, na denúncia da expansão agrícola produtora de <i>commodities</i> que introduz monocultivos, afetando a fauna e a flora, destruindo a biodiversidade, acompanhada do uso</p>

⁵⁹ Disponível em <http://www.mcpbrasil.org.br/features/nossa-historia>, acesso em março de 2016.

⁶⁰ Disponível em www.mpabrasil.org.br acesso em março de 2016.

⁶¹ Disponível em <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>, acesso em março de 2016.

⁶² Disponível em www.mst.org.br/nossa-historia acesso em março de 2016

⁶³ Disponível em <http://mpabrasil.org.br/> acesso em março de 2016.

⁶⁴ Disponível em <http://mpabrasil.org.br/> acesso em março de 2016.

intensivo de agrotóxicos que contaminam os solos, as plantas e a água e, indiretamente os animais e as pessoas atingindo a soberania alimentar do povo brasileiro⁶⁵.

23 - Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – RENAP - atua também com estudantes de direito dedicados à prestação de serviços jurídicos aos pobres e trabalhadores. Apresenta-se como uma articulação descentralizada, sem hierarquia, articulada em nível nacional e organizada de forma horizontal. Objetiva dar suporte técnico, agilizar e otimizar a prestação de assessoria jurídica aos movimentos sociais e resgatar a utopia da advocacia voltada para o interesse das classes populares. Visa também auxiliar nas lutas pela reforma agrária dando apoio aos pequenos agricultores e posseiros. Atua também na área urbana, presta assessoria jurídica, ética e política a índios e quilombolas, sem-teto, sem-terra, mulheres e pobres entre outros grupos de pessoas socialmente excluídas. Atua junto de outras organizações (ANAP – Associação Nacional de Advogados/as Populares, AJUP – Instituto Apoio Jurídico Popular e AATR – Associação dos Advogados/as de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia) na elaboração de materiais de apoio pedagógico e desenvolvendo ações de educação jurídica popular para leigos.

Via Campesina – organização internacional que congrega camponeses de trinta e sete (37) países que atuam em sessenta e nove (69) organizações espalhadas pelo mundo e visa articular processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. Fundada em abril de 1992 a partir de um Encontro da UNAG – Unión Nacional de Agricultores y Granaderos em Managua, Nicarágua, tem como instância máxima de decisão suas conferências que acontecem a cada três anos e suas ações estão voltadas para garantir a soberania alimentar e a reforma agrária, o acesso à tecnologia e a inserção e participação das mulheres⁶⁶.

Fonte: elaboração livre com base nos dados consultados nas referências indicadas.

5.5 A campanha nacional em defesa dos territórios pesqueiros

O MPP foi oficializado em 2009 e dentre seus objetivos constam à construção de propostas de políticas públicas para investimentos adequados ao setor e denunciar os desmandos, o direcionamento inadequado, a malversação de recursos públicos e a destruição gradativa dos ambientes naturais pesqueiros por grandes empreendimentos e obras de infraestrutura. Tendo como principal bandeira de luta a defesa dos territórios pesqueiros o CPP realizou em outubro de 2010 um seminário de estudo que contou com a participação de representantes de todos os estados para aprofundar o conhecimento sobre esta temática. Neste evento debateu-se, entre outras questões, a proposta de elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular que delimitasse e reconhecesse formalmente os territórios pesqueiros.

A estratégia escolhida para articular e organizar os/as pescadores/as artesanais e assim contribuir no empoderamento desta parcela da população, no sentido de auxiliá-los a defender seus direitos de identidade cultural, de pesca, de moradia e de ir e vir permanecendo em seus territórios, foi o lançamento, em 2012, da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Nela se previa a coleta de assinaturas

⁶⁵ Disponível em <https://pjrbrasil.org/category/quem-somos/> acesso em março de 2016.

⁶⁶ Disponível em www.terradireitos.org.br/tag/via-campesina acesso em março de 2016.

de 1% do eleitorado nacional necessárias para apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular ao Congresso Nacional (o inteiro teor deste projeto encontra-se no Apêndice D desta tese). O respaldo jurídico do referido projeto é dado por leis nacionais e internacionais já existentes tais como:

- 1) O Decreto nº 6040/2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: define, entre outros direitos, a garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- 2) A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos sociais, ambientais e territoriais dos povos e comunidades tradicionais com destaque para os critérios da auto identificação - que tem a ver com o sentimento de pertencimento a uma comunidade tradicional, identidade esta exercitada coletivamente e também com o princípio da consulta aos povos interessados, através de procedimentos apropriados e de suas instituições representativas quando da tomada de medidas legislativas ou administrativas, susceptíveis de afetá-los diretamente (em quaisquer empreendimentos ou exploração de recursos naturais em suas terras; nos casos de remoção de suas terras tradicionais e na elaboração de programas de formação profissional para estes povos – Art. 19 a 23).
- 3) A Constituição Federal que traz no Art. 231, § 1º o conceito de terras tradicionalmente ocupadas para os povos indígenas, aplicável também a outras comunidades tradicionais, e no Art. 68 a obrigação de titular os territórios das comunidades quilombolas⁶⁷.

Dentre as ações previstas na campanha constavam seminários de formação e sensibilização das comunidades pesqueiras, caravanas de coletas de assinaturas e oficinas de estudo e aprofundamento do projeto de lei. Como subsídio e material de apoio pedagógico para realização dos seminários e oficinas foi desenvolvida uma cartilha⁶⁸ que apresenta e discute a iniciativa popular de lei como meio para mobilizar os/as pescadores/as artesanais no sentido de demonstrarem a importância da pesca artesanal como atividade econômica fundamental para a garantia de sua soberania e segurança alimentar, bem como para a

⁶⁷ Disponível em <http://www.cppnac.or.br/wp-content/uploads/2013/08/projeto-de-lei-territorio-pesqueiro-.pdf> acessado em fevereiro de 2016.

⁶⁸ MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP), (2012a), cartilha para trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro.

conservação dos biomas e ecossistemas. O subsídio, tal como o projeto de lei de iniciativa popular, encontra-se está organizado em cinco capítulos, a saber:

Capítulo I – Brasil: Um País Plural – discute a formação étnica e cultural do povo brasileiro com destaque para os cerca de trezentos e cinquenta (350) povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades pesqueiras, ciganos, ribeirinhos e muitas outras que formam a diversidade dos grupos tradicionais. Muitos se encontram atualmente em situação de vulnerabilidade espalhados ao longo do território nacional. Denuncia as ações discriminatórias que ao longo da história foram impetradas pelo estado brasileiro apontado como incapaz de reconhecer a diversidade e menos ainda de incluir a todos. A seguir aponta os ganhos conquistados na Constituição Federal de 1988, em especial no art. 215, que pela primeira vez reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que configuram e expressam a identidade dos diferentes grupos formadores da nação brasileira. Define o que são as comunidades tradicionais (grupos que guardam entre si uma história comum e uma forma de viver e se relacionar com a natureza conservando, valorizando e reproduzindo tradições e crenças, modos de fazer, criar e viver que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos) e como se dá este processo de auto reconhecimento e atribuição identitária.

Capítulo II - O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado - é discutido, a partir do art. 225 da Constituição Federal, a previsão da obrigação do poder público e da coletividade em garantir o acesso de todos, inclusive das gerações futuras, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto os movimentos sociais tem lutado para o estabelecimento de leis específicas que reservam espaços territoriais preservando biodiversidade e ecossistemas que uma vez definidos por meio do estabelecimento de Unidades de Conservação da Natureza tais como Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que limitam acesso de grupos e empreendimentos a territórios que por sua vez são essenciais à manutenção dos modos de ser, viver, criar, fazer e trabalhar tradicionalmente estabelecidos. Alertam, no entanto, para o fato de que muitas vezes a criação da Unidade de Conservação da Natureza nem sempre assegura corretamente o respeito à natureza e a manutenção dos modos de ser e viver das comunidades tradicionais que habitam esses locais.

Capítulo III - O Direito ao Território Pesqueiro – é apresentado o histórico de mobilização levada a cabo pelos movimentos sociais brasileiros que reivindicavam seus direitos sociais e políticos e ao fazê-lo participaram ativamente nos trabalhos da Assembleia

Nacional Constituinte de 1.987/88, em especial o Movimento Constituinte na Pesca que reuniu em assembleias locais pescadores e ribeirinhos, para discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, no sentido de incluir o direito dos pescadores artesanais na nova constituição. Com ela vieram avanços como, por exemplo, a equiparação das colônias de pescadores, em termos de seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais o que, por sua vez, abriu-lhes a possibilidade de elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. Ressalte-se, porém, que apesar dos avanços verificados, novos desafios precisam ser enfrentados no sentido de que não só a profissão seja reconhecida pelo estado, mas também que os saberes tradicionais sobre as marés, os ventos, o tempo, as diversas espécies de pescado e seu ciclo de vida e reprodução e sobre as artes de pesca, dentre outros, possam ser transmitidos às futuras gerações.

Denunciam que, embora responsável por cerca de 70% da produção pesqueira no Brasil e capazes de contribuir efetivamente com a preservação dos ecossistemas, as comunidades tradicionais pesqueiras estão hoje seriamente ameaçadas por vários fatores dentre os quais se destacam: a política do ministério da pesca que privilegia o agro e o hidro negócio em detrimento da pesca artesanal, com destaque para a carcinicultura; a especulação imobiliária que os expulsa de seus territórios para disponibilizá-los à construção civil ou para a instalação de grandes empreendimentos econômicos. São exemplos destes últimos a construção de portos, estaleiros, indústria do petróleo e gás e hidrelétricas financiadas com recursos públicos. Ao remover os pescadores das praias tradicionalmente por eles ocupadas onde realizavam seus ranchos e embarques e desembarques, esta política que favorece os grandes empreendimentos contribui para a aceleração dos processos de favelização, impedindo-os de cultivar seus modos de vida ancestrais. O capítulo termina ressaltando que a luta de hoje é pelo reconhecimento dos territórios tradicionais pesqueiros que a exemplos dos índios e quilombolas deve assegurar a reprodução física e cultural dos pescadores.

Capítulo IV – O Projeto de Lei de Iniciativa popular – A Constituição em vigor considera a possibilidade de a sociedade civil apresentar ao Congresso Nacional projeto para criação de uma lei sobre qualquer assunto importante bastando para isso assinatura de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, para que o projeto seja apresentado ao Congresso Nacional (Art. 61 §2º da Constituição Federal). Embora seja uma fase complexa e que demande engajamento a consecução das assinaturas é apenas o primeiro passo para que a proposta seja apresentada à Câmara dos Deputados. O caminho é longo: o

projeto percorre a câmara dos deputados onde será analisada sua constitucionalidade com a possibilidade de supressão ou emendas. A seguir é colocado em votação e se aprovado por maioria simples, segue para o Senado onde passará por processo idêntico. Caso sofra alguma modificação retorna à Câmara para que os deputados deem a palavra final. Se aprovado segue para posicionamento da Presidência da República. Somente após sanção presidencial e publicação no Diário Oficial da União é que a lei passa a valer em todo o território nacional.

Capítulo V – O que é o território tradicional pesqueiro? – Este capítulo estabelece o território como espaço fundamental para a existência das comunidades tradicionais pesqueiras. Ele envolve ambientes terrestres e aquáticos, áreas de pesca e coleta, aí se incluindo aquelas necessárias para garantir a reprodução de pescado tais como: manguezais, arrecifes, igapós, lagoas costeiras e marginais, lagos, apicuns, salgados, matas ciliares, e igarapés, dentre outras áreas alagáveis ou não. Locais de moradias, de embarque e trajeto dos barcos, locais sagrados e aqueles necessários à reprodução física e cultural do grupo tais como terra para fazer suas roças e acessar matérias primas para fazer os petrechos de pesca.

O auto reconhecimento da comunidade tradicional é o primeiro passo para que o território pesqueiro seja definido. Neste processo, o grupo se outorga a responsabilidade de identificar-se a si mesmo como portador de uma história e modos de vida singulares. Para tanto, se faz necessária identificação pormenorizada e formal: dos laços de afinidade e vínculos de solidariedade que marcam as relações entre os membros que constituem o grupo; das relações que o grupo mantém com o meio físico dando destaque para as atividades de manejo dos recursos naturais e, portanto, da importância dessa área para reprodução física e cultural do grupo; dos conflitos enfrentados para garantir a permanência do grupo no território com o levantamento de suas causas e consequências para a vida dessas populações. Tal processo deve ser documentado e encaminhado ao Ministério da Cultura solicitando a inclusão do grupo no Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e a consequente emissão de certidão de reconhecimento dessas comunidades.

Após esta certificação caberá ao Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA)⁶⁹ e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU)⁷⁰ iniciar os estudos técnicos a serem

⁶⁹ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto n.º 1.110 de 09 de julho de 1.970, atualmente está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Disponível em www.incra.gov.br/institucionalabertura, acesso em setembro de 2015.

⁷⁰ SPU- Secretaria de Patrimônio da União – Órgão vinculado por meio da Lei 9.636, de 15 de maio de 1.998, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem a missão de “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas

realizados por profissionais definidos pelos órgãos competentes, nas comunidades que buscam a regulamentação de seu território devendo conter: o histórico da ocupação da área que demonstre a importância da atividade pesqueira para a comunidade e região, os limites, confrontações e dimensões do território a ser proposto e o levantamento de títulos, registros e matrículas de pessoas físicas ou empresas que não fazem parte da comunidade pesqueira e que estejam dentro dos limites da área a ser reconhecida como território pesqueiro. Como resultado deste estudo deverá ser produzido um relatório técnico que terá divulgação aos interessados sendo-lhes aberta a possibilidade de apresentar documentação e provas que julguem necessárias para contrapor-se ao mesmo. Caso haja contestações o INCRA deverá analisá-las e decidir se tem ou não razão e assim dar prosseguimento à regularização do território pesqueiro.

Uma vez reconhecido que aquele território é imprescindível para a reprodução física e cultural do grupo, a União deverá conceder-lhes o direito de permanência naquelas áreas por meio da Concessão do Direito Real de Uso. Por causa da complexidade do território pesqueiro, que é coletivo e pode incidir sobre terras públicas ou particulares e águas, com uso permanente e preferencial; este é passível de múltiplas formas de titulação:

- 1) Terras particulares e bens públicos disponíveis - Propriedade coletiva da comunidade pesqueira (Registro em cartório de imóveis em nome da associação da comunidade. Não pode ser dividida, vendida, penhorada, perdida por qualquer razão. A posse pode ser dividida.)
- 2) Bens públicos indisponíveis - Concessão de uso (Contrato, por prazo indeterminado, no qual o estado garante o uso exclusivo à comunidade com uma destinação específica. É feito em nome da associação. A comunidade tem uso permanente e preferencial.) Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (Contrato administrativo, por prazo indeterminado, em que o estado transfere o uso da terra à comunidade com destinação de interesse social. É feito em nome da associação e a comunidade tem uso preferencial e permanente.)
- 3) Águas de rios, mares, lagoas, etc. - Cessão de Uso de Águas Públicas (Atribuição do uso preferencial e permanente das águas à comunidade, por prazo indeterminado. É feito em nome da associação.)

Caberá à comunidade a decisão sobre a permanência ou não das pessoas ou empresas alheias ao grupo. Em se decidindo pela remoção destas, a União deverá desapropriar os imóveis e indenizá-los conforme as regras vigentes.

Capítulo VI – As diretrizes para políticas públicas que fortalecem o território das comunidades pesqueiras – Neste último capítulo os comunitários são convocados a atuar no sentido de reivindicar a adoção de medidas que contém com a participação efetiva das comunidades pesqueiras em sua elaboração visando atender à diversidade social, cultural e ambiental as comunidades tradicionais pesqueiras dentre as quais se destacam o ordenamento pesqueiro por bacia hidrográfica e região costeira e a proteção e recuperação dos estoques pesqueiros.

Além da coleta das cerca de um milhão e quinhentas mil assinaturas, em pelo menos cinco estados, necessárias para apresentação do projeto de lei de iniciativa popular ao congresso nacional, a campanha prevê uma série de ações com destaque para a realização de seminários, caravanas, oficinas, construção de metodologia para o levantamento de dados sobre o potencial produtivo da pesca artesanal e ainda a realização de feiras para valorização do pescado.

5.6 Resultados e desdobramentos atuais da campanha

Embora a previsão inicial de coletar cerca de um milhão e quinhentas mil assinaturas necessárias à apresentação do projeto de lei de iniciativa popular em defesa dos territórios pesqueiros não tenha sido alcançada, o MPP segue desenvolvendo uma série de ações de formação e mobilização da opinião pública em torno da defesa dos interesses das populações pesqueiras artesanais marítimas e continentais. O movimento continua mobilizando esforços no trabalho de base e a campanha tem servido a este propósito na medida em que tem sido o mote para o desenvolvimento de uma série de oficinas junto a populações dispersas pelo território nacional. Durante as oficinas parte-se da realidade de vida e trabalho das populações pesqueiras, promove-se o levantamento de suas demandas, apresenta-se as experiências exitosas vivenciadas em outras localidades, apresenta-se e discute-se o projeto de lei e inicia-se a organização da comunidade para se alcançar as mudanças pretendidas.

Na linguagem corrente entre os movimentos sociais, a campanha em defesa dos territórios pesqueiros se configura como um meio de ação e não como um fim em si mesmo. Trata-se de uma estratégia que tem várias finalidades: é a justificativa para o planejamento

das ações, para a captação dos recursos necessários à sua efetivação, subsidia a formação permanente dos já envolvidos que vão atuar enquanto mediadores/as e dos novos participantes, possibilita a divulgação e dá visibilidade ao movimento e também exige a mobilização permanente dos sujeitos envolvidos em graus variados com o planejamento, execução e avaliação das ações. Por fim, a campanha promove a sensibilização de parcelas mais amplas da população em geral, com a finalidade de conquistar novos apoios materiais, humanos e institucionais que contribuem para o fortalecimento e a ampliação da militância. Possibilita ainda o estabelecimento de redes e reforça ou amplia o contato com organizações e pessoas com as quais se desenvolvem ações em parceria.

Verifica-se que, por meio e a partir da campanha em defesa dos territórios pesqueiros, o movimento tem conseguido ampliar sua capilaridade chegando a novos estados e regiões, aí se estabelecendo, seja por meio do mapeamento de novos contatos seja consolidando e fortalecendo os já existentes. Presente hoje em dezenove estados da federação, o MPP possui representatividade junto às populações pesqueiras de 16 estados da federação. No entanto, em algumas regiões há a necessidade da consolidação e fortalecimento do movimento e ainda resta o desafio de chegar aos estados onde não existe sequer o mapeamento de contatos ou lideranças dispostas a contribuir ou assumir o movimento. Vale ressaltar que a fluidez de sua estrutura, ao mesmo tempo que lhe possibilita atuar em várias frentes na medida em que o MPP expande sua atuação ampliando sua capilaridade, torna-se mais difícil a presença/participação de todos/as os /as integrantes da coordenação do movimento nas atividades centrais de planejamento e avaliação. Outra dificuldade se refere à situação de “dependência” (ainda que esta seja veementemente negada pelos entrevistados) tanto dos recursos financeiros que garantem as condições materiais para implementação das ações quanto da assessoria dada pelo CPP. Ademais, este último embora conte com a credibilidade e o reconhecimento das populações com as quais se encontra envolvido, possui uma equipe diminuta “que não tem pernas” para acompanhar o crescimento que o MPP tem alcançado sendo frequentes tentativas de contato com a secretaria da campanha das quais não se obtém resposta, fato este vivenciado no início desta pesquisa e relatado por outras pessoas que, interessadas na divulgação e atuação junto ao movimento, não obtiveram retorno.

Neste sentido, o fato de não se atingir o número de assinaturas no prazo definido quando do planejamento da campanha não nos possibilita derivar o insucesso do movimento. Ademais o contexto social, político e econômico adverso e marcado pela instabilidade e pelo distanciamento da sociedade em relação ao estado e à política partidária também podem ter

contribuído para o não alcance das metas no prazo previsto. E mesmo que tivessem alcançado o número de assinaturas ouvimos, em diferentes ocasiões e por diferentes integrantes do MPP, que nas atuais circunstâncias não entrariam com o projeto de lei, pois a correlação de forças presente no congresso nacional não é favorável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundação do MPP foi simbolicamente efetivada durante conferência paralela promovida pela pastoral da pesca, em oposição e marcando formalmente a discordância com os rumos tomados pela política levada a cabo pelo executivo federal e também com o Monape. Enquanto este último registrava debandada de parte de seus quadros acentuando-se cada vez a perda de centralidade na representação dos interesses das populações pesqueiras, o

MPP iniciava uma trajetória vitoriosa pois desde o início passou a contar em seus quadros com vultoso número de participantes formados e/ou mapeados pela pastoral da pesca e que atuaram antes no Monape.

O MPP desenvolveu uma série de ações de mobilização dos/as pescadores/as artesanais visando dar visibilidade à situação de vida e trabalho desta parcela da população e conseqüentemente de suas demandas e pressionar o poder público buscando alcançar políticas públicas que modificassem essa realidade. A intenção era obter a adesão de simpatizantes a causa do movimento com o apoio da população em geral e dar visibilidade às denúncias e às reivindicações que eram tornadas públicas, bem como demonstrar força política e abrir canais de negociação na esfera governamental tornando-se neste momento o que a literatura especializada convencionou chamar “movimento de protesto”.

Atuando em várias frentes os militantes do MPP liderados pela coordenação nacional composta de representantes dos estados se distribuiu ao longo de do território nacional à exceção daqueles estados em que o CPP não está organizado, a saber: Amazonas, Acre, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá e Goiás. Uma série de ações de *advocacy*, ou seja, de argumentação em favor de demandas ou causas sociais visando à criação de novos direitos ou colocar em prática aqueles que já existem, mas que não são efetivos tem sido cada vez mais frequentes.

No tocante às ações desenvolvidas pelo MPP, após análise de cento e uma (101) publicações postadas no blog do movimento no período que vai de 22/07/2014 a 16/05/2016, identificamos a realização das seguintes atividades: congressos; oficinas e assembleias locais, regionais, estaduais e nacionais; ações de ocupação de território, de propriedades privadas - indústrias, de prédios públicos, de rodovias e de pontes; marchas, romarias, caminhadas, manifestações, atos e manifestos públicos de denúncia; participação em eventos promovidos pelo poder público e por outras organizações onde desenvolvem articulações visando o estabelecimento de parcerias; participação em audiências públicas por eles demandadas ou quando tomam ciência de sua realização por outrem; elaboração e publicação de moções, de repúdios e cartas abertas de denúncia e de publicização das posições do movimento frente à realidade ou a ações/empreendimentos que afetam seus interesses, demandas, cultura, e modos de vida e trabalho; produção, publicação e divulgação de cartilhas, livros e relatórios sobre conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil e ainda a produção de vídeo-documentários e filmes.

Os temas abordados nas ações/atividades dizem respeito a: gestão e sustentabilidade da pesca; aquicultura; pesca predatória; políticas de pesca e gestão; ordenamento pesqueiro; portarias e regulamentos da atividade pesqueira; RGP; defeso; vazão ecológica e grandes projetos; modelo energético, transposições de rios; canais de irrigação; impactos da mineração, das carvoarias, do desmatamento, dos latifúndios e dos modelos de produção; projetos de revitalização X revitalização popular; biomas: cerrado/caatinga/mata atlântica/manguezais; riscos da convivência com grandes empreendimentos; saneamento; reflorestamento; recomposição da mata ciliar; assoreamento; uso de terras e águas públicas; identidade e território pesqueiro; soberania alimentar, agroecologia, pesca artesanal (manejo; acesso a peixe de qualidade; projetos produtivos, de beneficiamento e comercialização); economia popular solidária; garantias de direitos – trabalhistas e previdenciários - e acesso às políticas públicas para a pesca artesanal; mudanças climáticas – impactos e resiliência (seca; salinização; avanço do mar; migração e desaparecimento de espécies; mudança do ciclo reprodutivo; proliferação de algas); educação popular contextualizada para a pesca artesanal; direitos e saúde das mulheres pescadoras; doenças ocupacionais; presença da juventude e sua continuidade na pesca artesanal; impactos da poluição na saúde das comunidades pesqueiras; denúncias sobre contaminação direta de águas, solos e indireta da fauna, flora e das pessoas por resíduos de indústrias, da mineração, do agro e hidro negócios, da mineração; denúncias sobre violação de direitos humanos por megaemprendimentos, pelo turismo de massa e de elite, pelo avanço imobiliário, pelo avanço dos latifúndios, das fazendas, pela iniciativa privada e por agentes do poder público; por áreas livres de petróleo, pelo avanço da indústria de petróleo e gás e do pré-sal e pelo avanço de portos.

A Campanha Nacional Pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras deflagrada em 2012 e, dentro dela, a coleta de cerca de um milhão e quinhentas mil assinaturas correspondentes a 1% do eleitorado nacional necessárias à apresentação de projeto lei de iniciativa popular que visa formalizar este direito tem se mostrado inovadora e progressista. Isto porque historicamente, neste âmbito, as questões demandadas pelas populações envolvidas com a pesca artesanal sempre giraram em torno de direitos trabalhistas ou sobre a disponibilidade do acesso aos recursos pesqueiros, à fiscalização dos apetrechos e artes de pesca e ao período de defeso. No entanto a baixa adesão ao projeto de lei é também um desafio a ser enfrentado: até o momento só foram alcançadas cerca de duzentas mil. Há que se avaliar o processo e rever as estratégias de divulgação do

projeto o que será efetivado, segundo a secretária do CPP, em seminário nacional previsto para o primeiro semestre de 2017.

Avaliando a experiência do MPP à luz das características dos NMS segundo a síntese proposta por Gohn (2006) que assimila autores representativos das vertentes europeia e norte-americana (Johnston, Laraña e Gusnfield) constatamos que, no que se refere à afirmação de que “há uma tendência de que a base dos NMS transcenda a estrutura de classes” (Gohn, 2006, p.121) verificamos que ela se torna verdadeira no CPP, na ANP e no MPP na medida em que estes incluem em seus quadros agentes pastorais, militantes, apoiadores e simpatizantes que contribuem com os movimentos, pessoas oriundas de diferentes classes sociais muito embora no MPP tenhamos presenciado durante a pesquisa de campo e a participação em congressos e oficinas que a maioria dos participantes são advindos das camadas populares situadas na base da pirâmide social.

Quanto a afirmação da “pluralidade de ideias e valores presentes nos NMS que também apresentam tendência a orientação pragmática na busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões” (Gohn, 2006, p. 121) verificamos a pertinência na medida em que o CPP, a ANP e o MPP pautam suas ações coletivas objetivando dar visibilidade as demandas dos/as pescadores/as artesanais e desenvolvendo estratégias de pressão junto às diferentes esferas do poder público, desde o nível local até o federal, buscando o atendimento destas demandas. Houve inclusive, recentemente, a mudança de sua estrutura física, com a transferência da sede historicamente localizada no nordeste, para Brasília/DF, a fim de possibilitar e facilitar a participação e o acesso dos/as integrantes das coordenações nacionais destes movimentos às ações que se desenvolvem na capital do país onde encontra-se o centro de poder político nacional, principalmente àquelas referidas à campanha nacional pela regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras.

Já a afirmativa de que “os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade” (Gohn, 2006, p 122) pode ser entendida nos movimentos que são objetos deste estudo como abrangendo não apenas o aspecto profissional, no qual se destaca a prática de uma atividade que garante a subsistência, ou que mantém financeiramente os indivíduos, mas, abarcando outros aspectos que envolvem: o modo de viver, as manifestações culturais e religiosas e a forma de se relacionar com a natureza marcadas pelo cultivo de uma série de tradições transmitidas oralmente e por meio das práticas cotidianas verificadas nestes agrupamentos, de forma auto atribuída.

Quanto ao fato dos “NMS utilizarem como meios para suas ações táticas radicais de mobilização, ruptura e resistência que envolvem: a desobediência civil, a resistência passiva, a não violência e a ação direta” (Gohn, 2006, p.124) dentre outras, na realidade por nós estudada verificamos constar do DATALUTA⁷¹ (2015), no período que vai de outubro de 2010 a julho de 2013, o registro de quatorze (14) ações que envolveram, no total, cinco mil quinhentas e sessenta e cinco pessoas (5.565). Dentre estas ações destacam-se:

a) o bloqueio de rodovias;

b) as concentrações em espaços e as ocupações em prédios públicos (aí se incluindo a tomada do MPA, em 16 de outubro de 2013, quando o MPP e outros movimentos ligados a Via Campesina, em ação que integrou a Jornada de Lutas em Comemoração aos 25 anos da Constituição Federal, somando cerca de mil pessoas, ocuparam a sede do Ministério em Brasília, para reivindicar a efetivação de seus direitos e denunciar as irregularidades que cercam o processo de privatização das águas públicas no país) e

c) a ocupação de terras.

Ainda são comumente desenvolvidas oficinas, seminários, congressos, participação em audiências públicas por eles demandadas ou das quais tomam ciência, passeatas, caminhadas (como por exemplo aquela ocorrida nos dias 04 e 06 de junho de 2012 dedicados ao lançamento oficial da Campanha Nacional pelo território pesqueiro quando caminharam pelas ruas de Brasília cerca de dois mil (2.000) pessoas) e ações de pressão junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos âmbitos municipal, estadual e, principalmente, no âmbito federal, em Brasília/DF para onde foi recentemente transferida a sede do CPP.

A título de ilustração passamos a relatar a mais importante ocupação de terra realizada pelo MPP: em 18 de maio de 2013 um grupo vazanteiros e pescadores dentre os quais se encontrava um dos coordenadores nacionais do MPP, ocuparam, no município de Pedras de

⁷¹ O DATALUTA é um banco de dados da luta pela terra fundado em 1998 em parceria do MST com a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e que mantém atualizado um banco com informações em escala nacional sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária. As pesquisas desenvolvidas pela Rede DATALUTA resultam de um convênio de Cooperação entre o LAGEA e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista, da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus da UNESP de Presidente Prudente. O banco de dados e as pesquisas no âmbito do DATALUTA foram iniciados em 1998, sob coordenação do professor Bernardo Mançano Fernandes. O Projeto DATALUTA-MG é desenvolvido pelo LAGEA desde 2005, sob coordenação do Prof. Dr. João Cleps Junior. O objetivo da pesquisa é a sistematização dos dados sobre a reforma agrária no Brasil por meio do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA e compreendem as ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais. A partir de 2009, além das ocupações, manifestações e assentamentos rurais, também estão sendo sistematizados os diferentes tipos de manifestações que ocorrem em Minas Gerais. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta.html> com a cesso em agosto de 2016.

Maria da Cruz, situado no Norte do estado de Minas Gerais, às margens do Rio São Francisco, local comumente conhecido como Comunidade de Caraíbas. Área tradicionalmente pertencente a um grupo de famílias que, a partir daí, deram início à luta contra fazendeiros locais que invadiram o espaço, expulsaram os residentes e fecharam antiga estrada de acesso à comunidade. As ações de resistência e de (re) abertura da estrada culminaram com a morte de um líder local, em 2014 a mando dos fazendeiros. Mas a comunidade resistiu e lutou pelo reconhecimento do que se configura hoje como o primeiro Território Pesqueiro que desde 2015 encontra-se regulamentado com o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) concedido pelo Ministério Público, que garante aos vazanteiros, pescadores e suas famílias o uso coletivo para moradia, pesca e agricultura sustentável de uma área de 2.043,45 hectares. Recentemente, após enfrentarem por anos o acesso restrito a uma trilha por onde só era possível o transporte por motocicleta, bicicleta ou animais, por uma distância de cerca de doze quilômetros ou ainda o transporte por barco dificultado devido ao assoreamento do rio São Francisco até a cidade de Pedras de Maria da Cruz, na primeira semana do mês de junho do corrente ano a comunidade conseguiu, após quinze dias de acampamento e vigília que culminou com a morte de uma das matriarcas, a (re)abertura da estrada.⁷²

Das 14 ações registradas no DATALUTA entre 2010 e 2013, distribuídas nos estados da federação com predomínio no nordeste, sudeste e distrito federal, nove (9) contaram com uma média de setecentos (700) participantes e as demais com cerca de duzentos (200). De julho de 2013 para cá as ações continuaram a ocorrer, no entanto sem o registro no DATALUTA.

No que se refere ao fato de “[...] os NMS terem se estruturado e se multiplicado devido à crise de credibilidade dos canais convencionais de participação das democracias ocidentais” (Gohn, 2006 p. 127) concordamos com a autora na medida em a partir da análise da conjuntura política brasileira verificamos que estes movimentos procuraram se manter a certa distância das vinculações político/partidárias como bem demonstra a ruptura com o

⁷² Este processo acompanhamos em conversas diárias com coordenador nacional do MPP presente no local. Ao longo da realização da coleta de dados em campo para esta pesquisa tentamos por vários caminhos o acesso aos relatórios de atividades. Solicitamos formalmente por e-mail e pessoalmente em nossos contatos com a secretária nacional do MPP e do CPP e também junto aos coordenadores do movimento estas informações para que a análise ora apresentada fosse mais completa, mas, infelizmente não obtivemos êxito nesta demanda. Vale ressaltar que embora reconheçam a falta de sistematização, principalmente referente ao MPP, os integrantes do movimento demonstraram em várias ocasiões uma cautela, a nosso ver excessiva, em fornecer-nos informações. O que de fato possibilitou os resultados a que chegamos foi proximidade com três dos coordenadores nacionais do movimento aos quais somos muito gratos e também graças a observação participante desenvolvida ao longo dos eventos dos quais pudemos participar.

Monape, o afastamento do poder executivo nos vários níveis e a realização de Conferência Nacional paralela à oficial na qual se formalizou a criação do MPP em 2009.

E, por último mas não menos importante, a afirmativa de que “[...] ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados, os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada, descentralizada e anti-hierárquica” (Gohn 2006, p. 127) constatamos que isso se verifica na prática para a ANP e para o MPP, principalmente, cuja organização é bastante fluída sem apego a estruturas de qualquer tipo inclusive sem institucionalizar-se formalmente por meio do cadastro nacional de pessoas jurídicas. A alegação repetida em mais de uma das entrevistas que nos foram dadas é de que sem o CNPJ o movimento teria mais autonomia. Essa fala, no entanto, deve ser relativizada pois o suporte material e organizacional dado pela CPP acaba, a nosso ver por “influenciar” nas ações dos movimentos.

Os dados que conseguimos reunir em nossa pesquisa podem ser contrastados com outros aspectos teóricos elencados nos capítulos iniciais senão vejamos: o problema do descolamento entre órgãos de representação de pescadores e suas bases, por exemplo, pode ser avaliado à luz do diagnóstico pessimista de Michels (1982), que “profetiza” o fracasso de toda organização movida por ideais em manter acesa a chama de suas origens e, mais do que isso, a falência (supostamente inevitável) da representação do interesse coletivo. Pode-se enquadrar particularmente o caso do MONAPE neste diagnóstico micheliano. Por outro lado, a corrente que enfatiza aspectos individualistas e/ou estratégicos da ação coletiva teria dificuldades para explicar a persistência e a vitalidade de iniciativas como aquelas promovidas pela pastoral da pesca e pelos movimentos dela oriundos ANP e MPP.

Atualmente, grande parte das ações do MPP referem-se à luta contra as MPs 664 e 665/2014 que retiram direitos históricos dos/as pescadores/as ao impor carência de três anos contra o período anterior de um ano, para acesso ao seguro no período do defeso; limita o pagamento do seguro entre três e cinco parcelas, enquanto a proibição da pesca é de seis meses; proíbe os pescadores de receberem dois benefícios simultâneos como o seguro defeso – direito previdenciário – e o bolsa família – direito social; transfere a execução do seguro defeso do Ministério do Trabalho para a Previdência Social e impede às categorias envolvidas na cadeia produtiva da pesca de receberem benefícios, a exemplo dos envolvidos na seleção de mariscos e na fabricação e manutenção de instrumentos artesanais (apetrechos) usados na atividade, bem como aquelas dedicadas ao beneficiamento do pescado; todas essas atividades são geralmente desenvolvidas por mulheres e/ou núcleos familiares.

O MPP também luta contra os decretos nº 8.424/2015 que visa estabelecer novas regras sobre a definição de pescador artesanal e nº 8.425/2015 que regulamenta o parágrafo único dos artigos 24 e 25 da lei 11.959/2009 que define critérios para inscrição no RGP⁷³. O movimento contando com o apoio de várias organizações escreveu e publicou em 01 de abril de 2015 uma carta aberta repudiando as referidas MPs e os decretos (MPP, 2015).

O decreto nº 8.425 dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e a regulamentação sobre o exercício da atividade pesqueira. O movimento exige a revogação do decreto e uma ampliação no debate sobre as comunidades tradicionais de pescadores. Para o movimento, estas leis tiram a auto identificação das comunidades tradicionais brasileiras, o que dificulta a situação sobre o direito das comunidades. Por fim, o decreto impede que os pescadores que não produzam relações sociais de produção capitalistas pesquem para subsistência, para comer ou fazerem troca ou escambo, tenham acesso ao RGP (RIBEIRO:2016 p. 270).

Na carta o MPP denuncia que as medidas provisórias e os decretos retiram ou fazem retroceder os direitos trabalhistas dos/as pescadores/as artesanais. Entre as diversas críticas do movimento aos decretos, os principais apontamentos são:

Cria a categoria “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Desta forma, ele divide o grupo familiar classificando uns como pescador artesanal e outros não. Nega a identidade de pescador e pescadora artesanal a inúmeros trabalhadores que atuam na cadeia da pesca artesanal em regime de economia familiar e na forma tradicional de produzir. Limita o entendimento de que pescador ou pescadora artesanal são somente aqueles e aquelas que exercem a captura do pescado e comercializam. Desta forma, nega direitos trabalhistas, previdenciários e a identidade de pescadora artesanal a centenas de milhares mulheres pescadoras. A pesca, na maioria das vezes, é uma atividade familiar indivisível, diversificada, interdependente e inseparável. E a lógica das comunidades tradicionais pesqueiras é de famílias extensas e o trabalho por vezes ultrapassa a lógica familiar e se dá no âmbito comunitário, que se embasa principalmente em relações de solidariedade e reciprocidade. O decreto impede que os pescadores que pescam para subsistência, para comer ou que fazem troca ou escambo tenham acesso ao RGP, documento que garante acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos previdenciários e aposentadoria. Desta forma, deixará estas pessoas entregues à própria sorte e engrossará o número de beneficiários das ajudas assistenciais. O decreto faz uma classificação dos pescadores e das pescadoras, criando a categoria de pescador exclusivo, objetivando que o pescador para ter acesso a defeso não possa ter outra fonte de renda. O que destoa da realidade concreta dos pescadores que desenvolvem, na maioria dos casos, atividades complementares de agricultura de subsistência, artesanato, turismo de base comunitária, o

⁷³ O Registro Geral das atividades Pesqueiras (RGP) é um cadastro geral da pesca estabelecido pelo estado desde 1938 com a finalidade de promover o levantamento dos pescadores e conceder autorização, permissão ou licença para exercício da atividade pesqueira.

extrativismo florestal e a criação de pequenos animais entre outras. Estas atividades individualmente são incapazes de prover a subsistência familiar, mas no seu conjunto são fundamentais para a garantia da segurança alimentar e da reprodução física e cultural destas comunidades. Inclusive, o exercício destas atividades é acolhido pela legislação previdenciária, caracterizando-se como elementos constitutivos da definição de segurado especial. Portanto, não é aceitável que o pescador seja constrangido a deixar de exercer as demais atividades que caracterizam a sua tradicionalidade. O decreto vincula ao conceito de pescador artesanal à embarcação de arqueação bruta de 20 AB. O objetivo é colocar dentro dos direitos da pesca artesanal os barcos de armadores, empresários da pesca que através deste artifício, deixarão de pagar os salários e encargos. Esses empresários que mantêm atividades não registradas são, na maioria das vezes, os que mais praticam formas de trabalho precários e similares ao trabalho escravo (MPP, 2015, não paginado)⁷⁴.

O MPP tem lutado contra a privatização das águas promovendo ações políticas de incidência junto a vários órgãos governamentais visando a derrubada de veto governamental que suspendeu a emissão de carteiras profissionais de pescador/a artesanal que tem afetado negativamente as conquistas e interfere nos direitos previdenciários da classe. Embora esse veto tenha se configurado como um retrocesso, a incidência teve impactos positivos na regulamentação da pesca. A Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca incorporou uma nova concepção ampliada que permite o reconhecimento de outros seguimentos como trabalhadores/as na pesca abriu as portas para o pleno reconhecimento das mulheres como agentes produtivas. A categoria “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os trabalhos de confecção e de reparos em artes e apetrechos de pesca e também o processamento do produto da pesca artesanal no qual é majoritária a presença de mulheres (MANESCHY, 2012, p. 381).

Diante de todo o exposto concluímos que os movimentos sociais que tem como base os/as pescadores/as artesanais apesar de estarem avançando em sua organização e terem conseguido mobilizar importantes parcelas da sociedade e obtido apoios institucionais ainda tem como desafios rever as estratégias de divulgação e mobilização em torno da campanha pela regularização dos territórios pesqueiros. Inclusive há que se avaliar se a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular é ou não viável diante da baixa adesão em termos do número de assinaturas alcançadas até o momento.

⁷⁴ Disponível em <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2015/06/governo-brasileiro-rasga-direito-de.html> acesso em março de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.

AMORIM, Ma. Joseane Lopes & LEMOS, Ma. Nazaré. *Iniciativa Popular no Brasil a partir do Século XX*. Monografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia De Garanhuns FACET da Universidade de Pernambuco UPE – FACET, mimeo, 2008.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. 14. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ARNSTEIN, S. *Uma escada da participação cidadã*. Disponível em: http://br.geocities.com/verdes_vistas1/ea_textos/arnstein.doc. Consultada em 15/08/2015 às 17h.

BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 182-200.

BENEVIDES, Maria Vitória. *Cidadania e Direitos Humanos*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em www.eea.usp.br/artigos, consultada em 15/08/2015 às 13h.

BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 182-200

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOFF, Leonardo. O. F. M. *“E a Igreja se fez povo”* 3ª Ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. São Paulo: editora Brasiliense:1983.

BOTTOMORE, Ton. *Dicionário do Pensamento Marxista*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: entre a política institucional e a participação popular*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, mimeo, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. *Lei n. 11.958 de 26 de junho de 2009^a*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11958.htm. Acessado em 03/06/2016.

BRITO, L.L. *“Medellin e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina.”* Revista Espaço Acadêmico. Maringá, n.111, p.81-89, ago. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspaçoAcadêmico/article/viewFile/10681/5854> acesso em 09 de maio de 2016.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. *Movimentos Sociais dos pescadores em Pernambuco (1920-1983)*. Dissertação de Mestrado. RS:UFSM, 1986.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CASTRO, Marcos de. *A Igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- CMIO. *O oceano nosso futuro: relatório da Comissão Mundial Independente sobre os oceanos*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional Independente sobre os oceanos, 1999. 248p.
- COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES (1985). Seminário da Pesca Artesanal, Olinda/PE, Relatório.
- COMPARATO, F. K. *Ética: Direito, Moral e Religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES (1985). Seminário da Pesca Artesanal, Brasília, Documento.
- CUNHA, Eleanora S. M.; THEODORO, Hildelano D. *Desenho Institucional, Democracia e Participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas*, Belo Horizonte: Editora D'Placido, 2014.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, Evelina. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* En Daniel Mato (coord) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp 95 – 110.
- DAHL, Robert. *Democracy and its Critics*. New Haven/London, Yale University Press, 1989.
- DATALUTA. Banco de dados luta pela terra. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária. UNESP:2015.
- DIAS NETO, José. *Gestão do uso dos Recursos Pesqueiros marinhos no Brasil*. Brasília: Ibama, 2010. Disponível em www.ibama.gov.br/phocadownload/category/40/?download=3429:gesto%20recursos%20pesqueiros.pdf acessado em 28/04/2016.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: editora Ática, 1983.
- DIEGUES, A. C. S. *Povos e mares: leitura em sócio-anthropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- _____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec, 6ª edição, 2008.
- DOIMO Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimento social e participação popular no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume Dumara: 1995
- FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. *Do processo legislativo*. São Paulo: Saraiva, 2001. 4ª ed.

FOX, V.P.P.; CALLOU, A.B.F.. O Movimento Nacional dos Pescadores e suas estratégias de comunicação entre 1990 e 2009. In: CALLOU, A.B.F. (org.). *Movimentos sociais na pesca*. Recife: Fasa, 2013

GAUDINO, José Wilson. *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal*. Fortaleza: ABEU, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

GOHN, G. *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

HELD. David. *Modelos de democracia*, Belo Horizonte: Paidéia: 1987.

KNOX, Winifred e Aline Trigueiro (orgs). *Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal*. Dados eletrônicos – vitória: EDUFES, 2015.

LAVALLE, Adrian Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. *Democracia, pluralização da representação e sociedade civil*. São Paulo: Lua Nova, 67: 2006, p. 262-269.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LOEWENSON, René. *Public participation in health systems in Zimbabwe*. IDS Bulletin, v.31, n.1, January, 2000.

LUCHMANN, Lígia H. *Os sentidos e desafios da participação*. Revista Unisinos, disponível em www.revistaunisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/60 consultada em 13/08/2015, 15h.

MAINWARING. Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916/1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MANESCHY, M. C. *Dabbling in change: the recent institucional changes in the Brazilian fisheries sector have several implications*. *Samudra*, 22 abr.,12-15, 1999.

_____. SIQUEIRA, Deis; ÁVARES, Maria Luzia Miranda. “*Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento*”. Revista Estudos Feministas: Florianópolis, 20(3):384 setembro-dezembro/2012. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/indexphp/ref/article/downloads/S0104> acesso em 21/06/2016.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. *Eleições e representação*. São Paulo: Lua Nova, 67: 2006. p. 105-138.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1985-1910: tecnologia, forças armadas e política*. Rio de Janeiro: editora da FGV, 2010.

MATTEI, R. “*O Concílio Vaticano II: uma história nunca escrita*”. Tradução Maria José Figueiredo. Porto: Caminhos Romanos, 2012.

MELLO, Alex Fiúza. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: Editora da UFPA, 1985.

MELUCCI, Alberto. *Calling codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MERCHIOR, Cintia E. *Participação e representação política: a iniciativa popular de lei e o caso do movimento de combate à corrupção eleitoral*. São Paulo: FGV: 2011 (mimeo - dissertação de mestrado).

MICHILES, Carlos et al. *Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. *A sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982

MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: UNB, 1981.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Relatório preliminar do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Presidente Prudente: NERA, 1999.

NETO, José Duarte. *A iniciativa popular na Constituição Federal*. São Paulo: Revista Editora dos tribunais, 2005, p. 90.

O’DONNELL, Guilherme. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. Lua Nova. SP: n. 44, p. 27-52. 1998.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Fontes de Informação sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las*. Brasília. Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

OLSEN, Johan P. Desenho institucional em contextos democráticos. In: *Desenho Institucional, democracia e Participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas*. Belo Horizonte: Editora D’Placido, 2014.

PIERRI, Naina; AZEVEDO, Natália Tavares de. “*Making their Voices Heard*” Yemaya, v.34, June 2010. Disponível em <http://www.icsf.net/EN/34/html?limitstar/=0> acesso em 21 de junho de 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Espaços deliberativos e a questão da representação*. Dados, Revista de Ciências Sociais, n° 54, p. 97-116, fev. 2004.

PITKIN, Hanna F. *Representação: palavras, instituições e ideias*. São Paulo: Lua Nova, 67: 2006, p. 15-47.

Primeira Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca/deliberacoes_1_conferencia_aquicultura_pesca.pdf. Acessada em janeiro 2016.

RAMALHO, Cristiano W. Roberto. *Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a colônia de pesca de Itapissuna, PE*. Monografia em Ciências Sociais. Recife: UFRPE, 1999.

REIS, Fábio Wanderley. *Política e Racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. Rio de Janeiro: Centro Eldsteis em Pesquisas Sociais: 2006.

RIBEIRO, Leandro Nieves. *Por uma rebeldia mundial? Formação e ação territorial da Via campestre no Brasil*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, 2016. Disponível em http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/137887/ribeiro_ln_me_prud.pdf?sequence=6 acessada em abril de 2016.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. *O contrato social – princípios de direito político*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SANTOS, Antônio Gomes. *Pescando Cidadania*. Ed. rev. e amp. Maceió: Q Gráfica, 2010 p.47.

SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Luis Claudio Alves. *A participação popular na iniciativa das leis no contexto da democracia representativa e da participação política no Brasil*. Dissertação do instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro IUPERJ, 2009, mimeo.

SANTOS. Marilde C. *Se essa rua fosse minha: Trajetória dos educadores sociais em Teresina (PI) – (1980-2000)*. Tese o Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ, 2016.

SAVIANI, Demerval. *Política e Educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, P. C. M. da. *O problema da pesca no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Renes, p.7-44, 1972. (Estudos do Mar Brasileiro. Série Problemas Brasileiros).

SILVA, Luiz Geraldo Santos. *Os pescadores na história do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: CEMAR, NUPAUB, 1993.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. *Societal Accountability in Latin American*. In: *Journal of Democracy*, volume 11, number 4, October 2000, pp147-158.

TIMM, J. U. C. S. *Sudepe: 12 anos de frustrações no desenvolvimento da pesca*. 1975. Dissertação (Curso de Mestrado em administração Pública, trabalho acadêmico apresentado no Seminário sobre Organização das Entidades de Administração indireta) – Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública.

TOURAINÉ, Alain. *Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1997.

URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?* São Paulo: Lua Nova, 67: 2006, p. 191-228.

YOUNG, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. São Paulo: Lua Nova, 67: 2006, p. 139-190.

Apêndices

Apêndice A–Percepções sobre o Congresso dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bacia do Rio São Francisco - GRITO DO RIO E SEU POVO NA BUSCA DO BEM VIVER

Os participantes eram em sua maioria muito simples, muito simples mesmo. A Ilha quase não oferecia condições. Banheiros químicos que ficaram muito sujos, dois banheiros femininos para fazer apenas o número um (xixi) conforme alertado várias vezes no início dos trabalhos, mas em condições muito precárias. O espaço para banho situados à direita de quem chega ao galpão para os homens e à esquerda para mulheres sendo quatro canos com torneira que me pareciam ser de água encanada diretamente do rio, sem aquecimento e no caso das mulheres caindo em lugar não cimentado com apenas uma pedra ou tijolo para que ficássemos de pé sem sujar na terra e cercado por plástico preto. Nota-se claramente que o banheiro feminino para banho foi também destinado ao xixi pelo cheiro característico que passou a exalar já no segundo dia do evento. No primeiro dia foram contadas as participações de 193 mulheres e 116 homens oriundos dos cinco estados banhados pelo Rio São Francisco. O apoio de infraestrutura foi obtido junto à secretaria de turismo de Petrolina, mas mesmo assim o que verificamos foi uma inadequação para receber aquele contingente de participantes. Os que chegaram antes para preparar o local relataram que o mesmo estava abandonado sendo frequentado por usuários de drogas e crack e que deu trabalho retirar algumas pessoas de lá. O ambiente estava bastante sujo e degradado tendo inclusive que ser lavado com máquina de pressão e as paredes internas receberam pinturas para humanizar o ambiente. Foi montada equipe de segurança que se revezou na portaria para preservar os participantes que ficaram acampados em barracas no ambiente externo ou nas estruturas laterais do galpão e outros em barradas distribuídas no entorno do terreno. Ai cada um se virou como pode. À direita havia uma fileira de pés de mangas e foram penduradas redes nelas. Também deste lado se instalaram tendas sendo uma delas destinada a saúde para prestar assistência aos participantes por um grupo de 4 estudantes do sexto ano de medicina de uma universidade local. Em conversa com uma das integrantes da equipe de apoio do evento foi-me revelado que o CPP buscou a universidade para o apoio ao evento.

Notei que havia uma equipe grande do CPP (entre 10 e 12 pessoas) que cuidavam do suporte de infraestrutura. Tinha-se a ideia que tudo era preparado na hora, pois foram montadas equipes de limpeza, para cozinha, para segurança, para relatoria, mediação dos grupos, etc. Eu acabei fazendo parte da equipe de relatoria, mas sem nenhuma instrução

prévia fizemos apenas uma breve conversa a partir de algumas perguntas que eu mesma apresentei.

03/04/2016 – Primeiras Impressões ao final do Congresso da Bacia do São Francisco

Antes de transcrever na íntegra uma série de arquivos de áudio que gravei assim que cheguei ao hotel, ao final do congresso, julgo necessário registrar como se deu a ida para este evento. Na semana de 22 a 26 de fevereiro deste ano, a coordenação do MPP reuniu-se na sede do CPP, então situada em Olinda/PE, para participar de uma formação e para avaliar o ano anterior e programar as atividades deste ano. Embora eu tenha solicitado por vários canais a condição de observadora nestes espaços, não obtive a permissão. Já este Congresso da Bacia do São Francisco chegou até meu conhecimento graças a um relacionamento muito estreito estabelecido por meio de conversas, visitas e entrevistas em profundidade, desenvolvidas com três dos integrantes da coordenação nacional do MPP. Ciente da realização deste evento solicitei a Josemar, que também participava da coordenação deste congresso, que apresentasse à equipe meu interesse em acompanhar o mesmo. Conseguimos a autorização e de imediato providenciei as passagens aéreas.

Embora tenha sido convidada a seguir viagem com o grupo de Minas que sairia de Montes Claros na Terça feira à noite, passando por Buritizeiro, Manga e outros locais para levar os (as) pescadores (as) até a Ilha do Fogo, viagem esta com duração prevista de 40 horas, agradei e justifiquei a impossibilidade devido ao trabalho que ora desenvolvia junto aos projetos Pescarte e Territórios do Petróleo, em Campos dos Goytacazes, RJ e que se encontram em fase de efetivação de inúmeras atividades das quais não poderia me ausentar pelo tempo demandado para a viagem. Assim sendo trabalharia de segunda a quarta na semana de realização do congresso, no RJ voltando na noite deste último dia para BH de onde embarcaria na noite da quinta-feira com destino a Petrolina onde cheguei por volta da meia noite e decidi passar o restante da noite em um hotel próximo à Ilha. Acordei às 05h da manhã, sem o auxílio do despertador e me preparei para seguir rumo ao local de realização do congresso. O taxista que me levara ao hotel já havia me informado que caso eu quisesse daria para atravessar a ponte a pé, mas que isso não era recomendável devido ao horário que eu pretendia chegar e que seria mais seguro chamar um taxi. Segui suas orientações e, por volta das 06 da manhã chegava à ilha e me dirigi então para o local onde estavam instaladas as barracas. Lá chegando fui apresentada a três senhoras, um senhor, um adulto e um jovem que

faziam parte do grupo do norte de Minas. A seguir, com o apoio de Josemar instalei minha barraca.

Embora eu tenha buscado antes informações sobre a ilha na internet devo confessar que nada disso fora suficiente no sentido de preparar-me para enfrentar a realidade com a qual me deparei quando cheguei ao local. Montada a barraca entreguei a Josemar alguns pequenos presentes: 03 cd's sendo um Missa dos Quilombos (Milton Nascimento) e outros dois de Rosinha de Valença, seis xícaras para café, uma garrafa de cachaça Gameleira, um prato, um garfo e uma caneca e esmaltadas. Estes três últimos itens faziam parte do kit militante que eu ficara encarregada de levar. Usamos de imediato o kit para tomar café cujo cardápio foi: farofa de cuscuz, chá de erva cidreira ou café e melancia. Seguimos depois para o portão de entrada onde houve a concentração dos participantes com faixas, instrumentos musicais (em sua maioria tambores) e o ensaio de músicas e “gritos de guerra” que seriam utilizados na passeata. Foram formadas duas filas indianas e as faixas foram distribuídas do início ao fim da fila. Dois carros de som: um à frente e um no final delimitavam a passeata. Foram dadas orientações para que o grupo de militantes que estavam de coletes azuis deveria fechar o trânsito nas ruas para permitir a passagem da passeata e solicitado aos demais que não se dispersassem durante o trajeto. A passeata seguiria até a Praça da Catedral de Juazeiro onde ocorreria um ato público destinado a dar visibilidade ao congresso e denunciar as condições de degradação do Rio São Francisco e a luta dos pescadores e pescadoras artesanais na sua defesa e na busca pelo bem viver.

O relato que segue abaixo foi transcrito a partir de uma série de gravações realizadas no final da tarde do dia 03 de abril de 2016, assim que cheguei ao hotel em Petrolina. Tais gravações foram feitas em meio a uma comoção muito forte que, em vários momentos desencadeou um choro incontrolável devido às condições vividas e observadas durante a realização do congresso.

GRAVAÇÃO 1:

Bom, eu queria gravar um pouco assim as minhas primeiras impressões ao final do Congresso em defesa do Rio São Francisco ocorrido aqui na ilha do Fogo nos dias 01, 02 e 03 de abril de 2016. Os participantes eram em sua maioria muito simples, muito simples mesmo, a ilha não oferecia quase nenhuma condição. Os banheiros eram precários, em especial os químicos que ficaram muito sujos. Havia dois banheiros femininos dentro do galpão só para fazer xixi, mas estavam bastante ruins, com chão molhado muito embora a equipe se ocupasse sempre de limpá-los. A contagem feita no primeiro dia indicou a presença de 194 mulheres e

116 homens, daí e insuficiência desses dois banheiros internos. Já o local destinado ao banho para as mulheres estava situado à esquerda do galpão, do lado de fora, debaixo de um pé de manga. O local foi fechado com o uso de um plástico preto e foram instalados 4 canos com torneiras e a água parecia vir direto do rio, sem aquecimento. Debaixo de cada cano um tijolo ou pedra servia de suporte para não ficarmos com os pés na terra. Este espaço acabou sendo utilizado também para outras necessidades fisiológicas, pois, o cheiro era característico.

Foi salientado já na passeata realizada na manhã do primeiro dia do evento que o apoio no sentido de garantir a infraestrutura para realização do evento fora dado pela secretaria de turismo do município de Petrolina. Eu mesma presenciei, na noite do segundo dia enquanto fazia a síntese dos ranchos temáticos, uma das coordenadoras da CPP falar ao telefone solicitando encarecidamente a limpeza dos banheiros químicos, mas, creio que isso não ocorreu ou, se ocorreu, ainda assim foi insuficiente para mantê-los em condições de uso. Eu mesma os utilizei apenas uma vez e isso me trouxe a certeza de não mais retornar e a preocupação de, em caso de necessidade, como faria o “número 2”? A solução foi esperar até o final do evento à volta para o hotel.

As pessoas que chegaram antes para preparar o local relataram que o ambiente estava muito sujo, degradado, com sinais de abandono e sendo usado como ponto de consumo de drogas. Os usuários foram removidos não sem esforço da equipe que durante todo o período de realização do seminário estabeleceu vigilância permanente na entrada da ilha. As equipes se revezavam na segurança dos participantes, inclusive à noite, tomando conta do portão de acesso à ilha. Quanto aos participantes, estes se distribuíram nos espaços dentro do galpão, nas áreas laterais, em colchões que foram espalhados pelo chão de umas espécies de quartos nos quais não havia portas. Mas a maioria se virou como pode em barracas que foram instaladas ao ar livre do lado de fora da estrutura. Do mesmo lado do espaço destinado ao banho para as mulheres havia uma fileira de mangueiras e debaixo delas foram instaladas barracas e redes e foi aí que também me instalei bem cedinho na manhã do dia primeiro de abril. Também as tendas para os ranchos temáticos e para atendimento à saúde foram armadas deste mesmo lado e os demais funcionaram dentro do galpão.

O que eu notei? Havia uma equipe grande do CPP composta de cerca de 12 pessoas que cuidava de toda a estrutura do evento. Isso sem contar os colaboradores/apoiadores/observadores oriundos de universidades tais como a Federal de Alagoas (UFLA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento de Mulheres

Camponesas (MMC) e Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais no estado da Bahia (AATR) e Raiz Movimento Cidadanista. Foram organizadas equipes para cozinha, limpeza, segurança, animação e relatoria, sendo que eu fiz parte desta última. Foram realizadas várias reuniões nos intervalos. Parecia assim, dava a ideia de que tudo era preparado ali no momento sem muita organização prévia. Havia uma pauta estabelecida previamente que creio não foi elaborada pelo MPP e sim, pela CPP. Esta foi impressa em folha A4, de um lado apenas, e que foi entregue aos participantes no momento que se inscreviam para participar dos grupos temáticos, juntamente com um cancionário impresso em frente e verso, três folhas A4 brancas e uma caneta em pasta L. Cada pessoa recebeu também pulseira identificadora de cores variadas relativas aos temas dos ranchos.

Notei em vários momentos que é a CPP que dá todo o suporte de infra estrutura, organiza e chama para a discussão, embora também eu tenha verificado no grupo que compõe parte da coordenação nacional do MPP ali presente (Maria das águas do Ceará, Marizella e outro senhor do qual não me recordo o nome no momento, da Bahia, dona Celeste do Piauí e Josemar Durans de Minas Gerais) muitas habilidades que se referem à animação, à oratória e capacidade de análise crítica da conjuntura nos vários níveis do local ao estadual, regional e nacional. Mas percebe-se claramente que é a CPP que é grande organizadora. Resta entender melhor porque a CPP resolveu, e eu acho que isso já data de um tempo anterior, porque até onde eu pude apurar por meio das entrevistas em profundidade e dos levantamentos bibliográficos referentes ao Monape e à Constituinte da Pesca, apostara ou constituir um grupo de comunitários para ter visibilidade: em alguns momentos chaves (tais como par dar uma entrevista, fazer uma análise de conjuntura, pressionar os deputados e senadores em seus gabinetes ou nas audiências públicas e nos GT's) eles são chamados a serem os protagonistas, a tomar a frente do processo, mas isso com o suporte dado pela CPP. Penso que para consolidar essas lideranças, aumentar a adesão e dar credibilidade à causa e as demandas apresentadas pelo movimento.

Outra questão importante é a ênfase na espiritualidade. Antes de dar início às atividades em todas as manhãs e tardes foi celebrada uma mística com características fortes da religiosidade popular sincrética, evocando as “forças da natureza” e as entidades da cultura e mitologia de diversas inspirações relativas às águas, visando fortalecer e alimentar a luta e a organização da população pesqueira. O uso da música, “gritos de guerra” e dança de cunho popular, com instrumentos de percussão, foram outros pontos a serem destacados e que

contribuíram para reunir os participantes na plenária e animar o evento imprimindo-lhe ao mesmo tempo um clima de luta, mas também de festa.

Ainda assim o elemento mais marcante para mim foi a precariedade da infraestrutura ou da falta de condições materiais para o movimento, mas entre os participantes um engajamento forte, mesmo considerado certo grau de dispersão, em especial no último dia porque a plenária da manhã começou bastante esvaziada quando comparada aos demais dias. Creio que o pessoal já acordou no espírito da partida, de ir embora. Logo cedo a gente já via barracas sendo desmontadas. Então parece que a atenção estava mesmo voltada para a volta para os municípios de origem. Estavam presentes ali pessoas de 05 estados do Brasil banhados pelo Rio São Francisco e qualquer dedinho de prosa que você dava com os mais diversos participantes era possível perceber que eles partilhavam uma realidade de muita precariedade. Eu sempre que podia, nos intervalos busquei conversar com diversas pessoas e pude observar que em diferentes faixas etárias, em pessoas oriundas de lugares diferentes um fator os unia - a carência. Como exemplo, relato uma das últimas conversas que tive na manhã do último dia quando antes do café fui ajudar um grupo de 4 moças que descascavam abóboras que seriam utilizadas no cardápio do almoço. Elas estavam sentadas no chão e me juntei a elas ajudando-as na tarefa e fazendo perguntas tais como: de onde elas eram, se estavam estudando ou não, até que série e me chamou a atenção o fato de uma delas ter 03 filhos aos 19 anos, ser catadora de charangueiro e ter estudado até a quarta série, pois segundo ela era preciso trabalhar. Outro caso foi de um menino, na faixa dos 12 anos que tinha fenda labial, lábio leporino, sem tratamento, e ainda muitos adolescentes e jovens sem os dentes da frente ou com eles bastante danificados devido às cáries. Isso me deixou bastante sensibilizada por verificar no corpo as marcas da desigualdade, da carência e do acesso a cuidados básicos de saúde.

Por falar em saúde foi montada uma tenda onde quatro alunos do sexto período do curso de medicina de uma universidade de medicina aqui da região prestaram assistência na forma de teste rápido de glicose, medição da pressão arterial, pesagem e medida dos interessados e distribuição de medicamentos simples como analgésicos ou antitérmicos para aqueles que necessitassem. Este foi o caso de Josemar Durães que teve febre alta e dores de cabeça e no corpo oriundas de uma gripe adquirida na viagem rumo ao congresso. Quando eu estava em Confins, prestes a embarcar falei com ele ao telefone e ele reclamou destes sintomas. Ofereci-me para levar-lhe um chá com medicamentos sintomáticos para a gripe e durante o evento eles contribuíram para auxiliar nos cuidados básicos e atenção à saúde dele.

Percebi também a presença de religiosas engajadas e inseridas (freiras que não usam hábito) que estavam ali auxiliando no evento. Vale destacar a presença significativamente maior de mulheres que de homens no evento (no primeiro dia foram contadas 196 mulheres e 216 homens) e assim bastante esperançosas.

Senti-me muito bem por participar do evento. Fui bem acolhida pela equipe do CPP que se aproximaram me perguntaram quem eu era, o que estava fazendo ali. Achei que fui bem recebida, consegui contribuir com o evento. Fiquei na equipe de relatoria. Várias das coisas que anotei e sistematizei constaram da carta do movimento. Então me senti grata por participar e contribuir para realização do evento. E para mim o que ficou de mais forte por presenciar e partilhar esta série de dificuldades para organização das populações pesqueiras, mas que ainda assim eles estão lá lutando e esperançosos em sua capacidade de intervenção no sentido de transformar esta realidade. Em sua maioria eram pescadores ribeirinhos e com uma condição muito mais precária que aquela verificada no norte fluminense com a qual tenho mais contato. Verifico que as condições aqui são bem mais difíceis e sofridas que aquelas verificadas na região litorânea. Mas aparentam acreditar no movimento, estão engajados e possuem um discurso bastante crítico, de incidência...

GRAVAÇÃO 2:

Uma vez definido o local de realização do Congresso restou a tentativa de limpar e humanizar o espaço. O singular Estaleiro da Companhia de Navegação do Rio São Francisco pertencia à empresa Franave, dissolvida em jan/2007 depois de ter sido incluída no Programa Nacional de Desestatização. Instalado na ilha do Fogo, local que guarda consigo um apelo folclórico, portador de lendas relativas à val do rio para travessia de gado tradicionalmente usada, em séculos passados, entre as cidades e Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).

Tal ilha antes habitada por pescadores (as) artesanais e utilizada dentre outros como espaço de lazer pela população local, foi alvo de uma série de sugestões de destinações dentre as quais se destaca em 2007 a sua transformação em museu centrado na preservação da história da navegação já que este é o único estaleiro do Rio e preservá-lo ou transformá-lo em museu representaria resgatar o patrimônio material e imaterial do Rio São Francisco. No entanto, com o passar do tempo esta e outras propostas acabaram sendo esquecidas e a ilha foi ocupada pelo Exército Brasileiro em 03/09/2012 sob a alegação de que ali estava ocorrendo o tráfico e o consumo de drogas. O 72BIMTZ lá permaneceu por três anos, até 23/06/2015, quando a ilha foi desocupada.

Às vésperas do Congresso dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bacia do Rio São Francisco, a área encontrava-se em situação de completo abandono sendo o estaleiro utilizado apenas por usuários de drogas. Uma vez decido o local e feitos os contatos com a secretaria de turismo de Petrolina, uma equipe do CPP e alguns militantes do MPP se dirigiram à ilha com a finalidade de preparar o local para receber o evento. Relataram que o mesmo estava imundo e lá se encontravam usuários de droga que foram retirados do ambiente e o mesmo recebeu limpeza com máquina de pressão, pintura das paredes e instalação de encanamento de água para garantir condições mínimas de uso para o evento. Foram feitas belíssimas pintura na parede para tornar o espaço mais acolhedor, sem falar na ornamentação utilizando esteiras e um barco em tamanho natural com um pescador dentro simulando o rio em um dos cantos onde o piso estava extremamente irregular. A Associação de Apoio a Ilha do Fogo, composta por pescadores artesanais locais, assumiu publicamente o compromisso de uma vez encerrado o congresso, ocupar o espaço em prol dos pescadores artesanais da região. Isto foi dito durante o evento e ao final quando foram firmados os compromissos foi reforçado sendo chamados à mesa 05 integrantes da associação que receberam de presente uma bandeira do MPP e em troca (re) afirmaram o compromisso de ocupar e manter o estaleiro e a ilha em condições de uso para a comunidade pesqueira. Também foi apresentada durante a última mística ao final do evento um pouco da história da ilha, foi citada a devoção a Nossa Senhora das Grotas cuja imagem foi encontrada nas barrancas do rio por índios que a entregaram a um boiadeiro, já que a região aqui era utilizada para o transporte do gado que vinha de Juazeiro com destino ao nordeste, ao outro lado do rio. Esta imagem encontra-se em uma capela situada na parte oeste da Ilha, onde foram construídos uma capela e um cruzeiro. Com referência ao clarão que “aparece” na ilha este tem origem em lenda que afirma que de tempos em tempos aparece um fogo na Ilha sempre como um presságio, um sinal de que uma mudança drástica está para ocorrer na região. Outro mito da ilha refere-se ao fato de que a imagem de N. Sra. Das Grotas tem a seus pés uma serpente atada com três fios de cabelo da santa. Desses três fios dois já foram rompidos e acredita-se em alusão a desastres acontecidos sendo o primeiro deles referente ao alagamento promovido pela construção da barragem de Sobradinho e a população local sendo removida e (des) e (re) territorializada contar sua vontade. O segundo faz a alusão ao projeto de transposição do Rio São Francisco duramente combatido pelos ribeirinhos para atender aos grandes interesses ligados aos projetos de irrigação agrícola. E o terceiro a que se refere? Essa pergunta ficou no ar. Chegou-se mesmo a cogitar a proposta em discussão de implantação de usina de energia atômica na região. Rúben, dirigente da CPT BA, fez um apelo aos pescadores lembrando-lhes as palavras do professor

Diegues de que eles são a primeira e última linha de defesa do rio e fez então um apelo para que eles reajam e esse último fio de cabelo não venha se partir. A partir daí a equipe do CPP captou e transferiu esse sentido simbólico para o fortalecimento do MPP e isso na mística final do evento atuou como uma forma de “cerimônia de envio” dos participantes à luta em seus locais de moradia e trabalho. Assim a retomada da Ilha do Fogo que passou por longo período de ocupação pelo exército brasileiro e sem destinação e uso adequado após a saída do mesmo, a partir de agora é simbolicamente retomada e colocada novamente ao uso e ao dispor dos pescadores artesanais.

Outra questão importante foi ressaltar o empoderamento que o MPP tem promovido e também os compromissos que foram tirados aqui, dentre os quais se destaca levar o movimento a todas as comunidades ribeirinhas onde ele ainda não se faz presente.

GRAVAÇÃO 3:

Sobre a primeira atividade desenvolvida no Congresso: eu cheguei a Petrolina de madrugada e resolvi pernoitar em um hotel para não “dar trabalho” às pessoas que possibilitaram a minha vinda, Josemar em especial, já que eles empreenderam uma viagem muito longa e cansativa e eu não poderia dar-lhes mais este fardo. Dirigi-me a um hotel próximo à ponte, em Petrolina, lá descansei um pouco e minutos antes das 06h da manhã segui rumo à Ilha do Fogo. Montada a barraca e tomado o café nos dirigimos à concentração para a passeata, momento de dar visibilidade às ações do movimento, estratégia disseminada no MPP, de uso comum desde a criação do movimento, aliás, como marca inicial de sua criação em 2009 quando realizaram conferência paralela àquela promovida pelo Ministério da Pesca. O objetivo é publicizar as ações do movimento e obter apoio, simpatia e reconhecimento das demandas e da causa dos pescadores e pescadoras artesanais. Faixas com frases de protesto, bandeiras do MPP foram utilizadas na passeata. Um grupo de cerca de doze homens seguiam sempre à frente, vestindo coletes azuis, faziam um cordão humano, de mãos dadas e fechavam as vias pelas quais a passeata deveria percorrer. Percorremos uma faixa da ponte sem interditá-la totalmente.

Partimos da Ilha do Fogo por volta das 07h30 da manhã no sentido Juazeiro, organizados em fila indiana, ao som de tambores, gritos de guerra e cantos. Durante o percurso na ponte várias motos circularam nos dois sentidos pelas laterais, desrespeitando o fechamento de uma faixa e colocando em risco os manifestantes. Após a travessia da ponte circulamos pelo centro da cidade passando em frente à prefeitura e nos dirigimos à praça da catedral de Juazeiro onde uma caminhonete já nos aguardava e, sua carroceria foi utilizada

como palanque para a celebração de uma mística e para pronunciamentos de três coordenadores do MPP cujo tema centrava-se na dura realidade de vida e trabalho e nos problemas enfrentados pelos ribeirinhos, com os grandes empreendimentos, com a perspectiva desenvolvimentista levada a cabo pelo estado brasileiro desde sempre desconsiderando a proteção das populações tradicionais. Após cada pronunciamento músicas, batuques e cirandas eram executados.

Desde a passeata pude perceber a presença de apoiadores do movimento, oriundos de universidades e outros movimentos sociais que se envolveram nas atividades, em especial na animação recitando versos, cordeias, trovas, poemas e cantos. Ao longo do evento foi ressaltado o apoio individual recebido, mas também foi denunciada, não só pelo CPP e MPP, a falta de comprometimento das universidades, mas também pelos próprios apoiadores que relataram a ausência de disciplinas com foco na pesca artesanal nos cursos de engenharia de pesca, como também denunciaram a falta de incentivo à participação e engajamento dos alunos no acompanhamento das atividades do setor. Ficou claro que as institucionalmente não há compromisso das universidades brasileiras com o MPP, com a causa e a realidade de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Foram feitas várias críticas a pesquisadores (as) que coletam dados nas comunidades, mas depois somem e não há qualquer forma de devolução dos resultados alcançados para a comunidade. Vários problemas como o uso desenfreado e sem qualquer fiscalização de agrotóxicos que acabam caindo nas águas do rio e causando não só a mortandade de peixes, mas também adoecimento da população ribeirinha e que isso não tem sido estudado pelas universidades. Há segundo eles um número cada vez maior de casos de CA devido segundo eles aos agrotóxicos e que embora eles percebam e denunciem o surgimento de uma série de doenças antes não verificadas, nas comunidades isso não tem sido suficiente para despertar o interesse de pesquisa das universidades. A ausência de pesquisas que corroborem essa hipótese ou que coloquem em evidência os problemas enfrentados pelos ribeirinhos foi amplamente apontada durante o evento e entre as demandas levantadas a de reforçar as parcerias com as universidades foi uma das que merecem destaque. Também a necessidade de estimular a proposição e implementação de projetos de extensão com foco nas condições de vida e trabalho das populações ribeirinhas foi ressaltada.

A manifestação na praça durou até as 10h20 quando partimos de volta à Ilha. Não sem antes a rede de tv local realizar a cobertura do evento e entrevista Josemar Durães. A passeata de volta à Ilha foi bastante cansativa tendo em vista o sol abrasador e a falta de água que, embora distribuída na praça, não o foi em quantidade suficiente para todos os participantes. A

presença de crianças de colo que mereciam cuidados especiais também contribuiu para ampliar esta sensação de cansaço. Eu mesma ajudei a carregar um menininho nos ombros e depois no colo durante boa parte do trajeto de volta. A sensação que tive foi que todos (as) chegaram muito cansados e querendo mais era se refazer da caminhada. A equipe organizadora do evento reuniu todos no estaleiro e apresentou a pauta do evento e as equipes de trabalho solicitando que nos intervalos todos se reunissem e se organizassem para executar suas tarefas, e a seguir o pessoal foi liberado para o almoço, por volta das 11h30 com a promessa de retorno para as atividades às 13h.

GRAVAÇÃO 4:

Na programação do Congresso de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bacia do Rio São Francisco, com o tema: Grito do Rio e seu povo na busca do bem viver constavam:

No dia 31/03/2016, à tarde:

1. Chegada das caravanas ao local do congresso e a organização da estrutura do acampamento e
2. À noite a realização de uma reunião ampliada de aprimoramento e socialização da metodologia do congresso.

No dia 01/04/2016 de manhã:

1. Sacudindo a poeira – mística de abertura e Grito do Rio e do Povo: Ato público em frente Catedral de Juazeiro/BA, com concentração para denúncia da situação do rio, do povo e pesca artesanal buscando dar visibilidade ao evento;

Passeata relatada na gravação anterior

2. Tarde – Boas Vindas - Carranca: Invocando Forças do Rio e do Povo – Mística de fortalecimento da cultura do rio e do seu povo para alimentar a esperança na luta e na organização por meio de práticas religiosas de múltiplas inspirações populares – (A cargo da equipe do Submédio São Francisco);

3. A Polpa: Rede de abertura – Apresentação dos objetivos e da programação – Inspiração dos objetivos e acordos coletivos, distribuição de tarefas;

Realizada logo após a passeata e relatada anteriormente.

4. Começando a Remar: Conjuntura da bacia do Rio São Francisco – Análise do Cenário a partir dos pescadores e pescadoras com uma pessoa de cada região seguida de debate: Fila do Povo e sistematizador do contexto;

5. Noite – livre considerando que vários grupos chegaram de madrugada e o dia cansativo de muitas atividades.

No dia 02/04/2016 de manhã:

1. O Nego D'Água: invocando as forças do Povo do Rio – Ênfase nos lamentos do povo (Mística a cargo do baixo São Francisco);

2. A Proa: Grito do Rio e Seu Povo em Busca do Bem Viver! Inspiração a partir da voz de um pescador (Toinho Pescador) e de uma Mulher (Margarida Ladislau). Relação da situação do Rio e a perspectiva dos povos e do bem viver (Roberto Malvezzi “Gogó”);

Quanto ao pescador aqui previsto para fazer esta apresentação vale ressaltar que por motivos de doença ele não pode comparecer ao evento. Eu já tinha ouvido falar muito dele principalmente por meio de seu Bi, de Conceição da Barra ES, pescador com o qual eu tive o prazer de passar um dia inteiro conversando e cuja transcrição da entrevista em profundidade encontra-se em páginas anteriores. Também por meio de Josemar Durães já citado muitas vezes e cujas entrevistas encontram-se igualmente transcritas e referidas anteriormente. Trazia eu, portanto, a expectativa de encontrar e entrevistar seu Toinho especialmente para falarmos sobre sua atuação na Constituinte da Pesca, mas infelizmente isso não foi possível. Ele também é conhecido pelas músicas e poesias que compôs. Já em idade avançada, hoje com 84 anos, por motivos de saúde não pode comparecer ao evento, mas, enviou um representante: seu neto Tiago que em nome do avô fez a leitura do poema que segue abaixo:

O Rio Nasce Criança

O rio nasce uma criança desde cedo até o mar encontrar / Cheio de tantas riquezas para sua população criar / Povos, animais, árvores e passarinhos / Estavam sempre a esperar / Pelas cheias periódicas que / A partir de outubro eram costume de chegar / Estas cheias eram uma riqueza para os peixes desovar. / Eram formadas de chuvas que caíam no sertão / Aonde tinham o cerrado e grandes matas / Por isso não havia “assoriação” / As águas vinham adubadas de matéria orgânica da criação / Enchendo lagoas e várzeas, era grande a produção / Gerando muitos empregos para toda população / José e Maria plantavam arroz nas terras destas lagoas / E cantavam com os passarinhos, fazendo uma orquestra boa / “*Paturi que anda fazendo ao redor desta lagoa? / Quem tem paturi tem pato, quem tem asa cai no laço /*

Quanto mais quem não “avoa” / Maria vivia alegre, plantando arroz na lagoa / Via que as aves engordavam tanto que tinha asa mas não voa / E as lagoas tinham tanto peixe que ela pegava à toa / E nos riachos das várzeas, tinha muita camaroa / E os pescadores de puçá, enchiam suas canoas / E os passarinhos cantavam, mas sempre a trabalhar / E quando os mosquitos e insetos passavam, eles iam pegar / E as piabas e os peixes, dia e noite sem parar, comendo / Formigas, cupins, grilos e ratos que nas águas iam boiar / Deixando a terra pronta para o homem trabalhar. / Os projetos de barragem, foi aí que a coisa mudou / E os animais e os passarinhos foi quem primeiro dançou / Acabaram com as enchentes e as plantações de cana aumentou / Destruíram quase todas as matas e as nascentes dos rios secou / Plantando com adubo e agrotóxicos passarinhos e animais matou / É triste esta história, eu não gostaria de contar / Os mosquitos e cupins invadiram as cidades e vejam quem foi penar / As crianças que moram nas favelas, pois não têm onde morar / Os que cantavam na lagoa / Não tem mais orquestras para lhe acompanhar / E o rio doente e a sua população também está. / Agora a alternativa é nosso rio REVITALIZAR! (05 de setembro de 2002.)

3. Ranchos Temáticos: Ao chegar ao local os participantes do Congresso receberam fichas de inscrição solicitando preenchimento de dados gerais e também a opção por um dos ranchos temáticos que seguem abaixo relacionados. A seguir recebiam uma pulseira cuja cor identificava o tema do rancho. Os trabalhos seriam divididos em duas rodadas sendo a primeira de discussão do diagnóstico e a segunda de proposições e/ou alternativas de ação. Cada rancho contaria com o apoio de um coordenador/facilitador com a tarefa de apresentar o tema e provocar as discussões relativas aos seguintes temas:

3.1 Gestão e sustentabilidade da pesca artesanal no Rio São Francisco (aquicultura pesca predatória, políticas de pesca e gestão, ordenamento, portarias, RGP, defeso etc.)
Coordenação: Aratê da Unimontes, relatoria: Priscila Malafaia do CPP Nacional;

3.2 Vazão Ecológica e os Grandes Projetos no Rio São Francisco (modelo energético adotado pelo Estado Brasileiro, transposições, canais de irrigação, mineração Votorantin Metais, carvoarias, desmatamento, presença e ação dos latifúndios e modelos de produção)
Coordenação: Juracy Marques do SABHE;

3.3 Projeto de Revitalização X Revitalização Popular do Velho Chico (Biomassas: Cerrado/Caatinga/Mata Atlântica/Manguezais como eles alimentam o Velho Chico – Convivência da população com o Rio São Francisco: saneamento, reflorestamento, mata ciliar, assoreamento e terras públicas) Coordenação: Roberto Malvezi (Gogo) e Alexandre Gonçalves da ASFV;

3.4 Identidade e Território Pesqueiro no Rio São Francisco (Coordenação: irmã Neusa da CPP Minas e Letícia Rocha da CPT de Minas;

3.5 Soberania Alimentar, Agroecologia e Pesca artesanal manejo (Acesso ao peixe de qualidade, beneficiamento do pescado, projetos produtivos de comercialização e a economia solidária popular desenvolvida ao longo do Rio São Francisco) Coordenação: Ticiano Rodrigo da UFA e Leonardo do MPA nacional;

3.6 Garantias de Direitos e Acesso às Políticas Públicas para a pesca artesanal no São Francisco (direitos trabalhistas e previdenciários) coordenação: Severino Santos e Ornela Fortes do CPP e Joyce da AATR;

3.7 MPP: Articulação, Luta e Perspectivas no Rio São Francisco; coordenação: Josemar Durães MPP Minas e Mariselha MPP Bahia;

3.8 Mudanças Climáticas: impactos e Resiliência (seca, salinização, avanço do mar, migração e desaparecimento de espécies, mudança do ciclo reprodutivo, proliferação das algas) Coordenação: Alzenir Tomás do CPP Bahia e Neuma da SABEH;

3.9 Educação Popular e Contextualizada Para a Pesca Artesanal (O próprio nome já diz quais características a educação deve ter para atender essas comunidades tradicionais) coordenação: Maria Ana Tumbalala e Biquinha;

3.10 Força e Luta por Direitos das Mulheres Pescadoras no Rio São Francisco; coordenação: Margarida Ladislau e Laurineide Santana do CPP e assessorado por Sônia Malaquias do MMC;

3.11 Juventude, Fortalecimento e Continuidade da Pesca Artesanal no Rio São Francisco; coordenação: Gilmar Santos – CPP Bahia e Edielson do MPP Bahia

3.12 Impactos da Poluição na Saúde das Comunidades Pesqueiras; coordenação: Eleonice Sacramento do MPP e ANP Bahia e Maria José do CPP Nacional.

Esses ranchos temáticos foram distribuídos: alguns ficaram dentro do galpão do estaleiro e outros do lado de fora à sombra das mangueiras ou em tendas armadas na parte externa. Feita a primeira rodada de construção do diagnóstico, os grupos voltaram à plenária, apresentaram o resultado da discussão em grupo e logo depois era aberta a “fila do povo” para debate e/ou ponderações e acréscimos sobre o material apresentado. Esta dinâmica nomeada “Juntando os Peixes: socialização da discussão dos Ranchos Temáticos teve início no final da manhã e foi encerrada após o almoço com o objetivo de trazer os resultados das discussões”.

À tarde, logo após as apresentações realizou-se uma segunda rodada do Rancho Temático com um tema comum a todos os grupos: Revitalização Popular: o que queremos? Quais são as nossas perspectivas? Novamente seguiu-se às apresentações a fila do povo.

À noite a atividade prevista “Fogueira na Ilha: noite Cultural – música, poesia, cordel, brincadeiras sobre o Rio + cantoria com artistas locais Paulo Matricó e Roberto Malvezzi (Gogó)”. Para custear a noite cultural foi feita caixa de arrecadação de recursos que ao final contou com a contribuição de cerca de R\$650,00. A noite cultural contou com comidas típicas (peixes e outros mariscos) e muita música com destaque para apresentação do batuque (com cantoria, tambores e coreografia desenvolvida pelas senhoras) oriundo do Norte de Minas Gerais. Encerrada a noite cultural não foi fácil conciliar no sono, pois, os sons concorrentes de vários estilos oriundos dos bares às margens do rio, em especial do lado de Juazeiro chegavam muito fortemente à ilha o que durou até quase o dia amanhecer. Isso ocorreu nas duas noites de sexta para sábado e de sábado para domingo.

No dia 03/04/2016 de manhã já ao acordar verifiquei que os ânimos da maioria dos participantes estavam voltados para finalizar o evento e voltar para casa pois muitos haviam se deslocado 10, 12, 20, 30 horas ou mais de viagem como foi o caso do grupo do vale do Jequitinhonha. Então a plenária da manhã que estava prevista para se iniciar às 08h com a mística Mãe D’água: Invocando as forças do rio e do povo: Mística das perspectivas (a cargo do alto e médio São Francisco). Essa mística começou a ser estruturada no dia anterior quando por volta das 18h30 uma militante do CPP reuniu alguns participantes de MG e apresentou ao grupo uma proposta de forma rápida e sem possibilitar a discussão pois ela estava bastante apressada alegando ter outra reunião logo a seguir. Ela falou que no domingo seria o dia de mãe d’água. Perguntou ao grupo do batuque se tinha alguma música que pudesse cantar e que a proposta era fazer uma roda na plenária, que uma das mulheres se vestisse de branco representando mãe d’água e que outras três pessoas fizessem uma “súplica” em defesa do Rio São Francisco entregando à mulher galhos de flores simbolizando a luta das populações pesqueiras. A seguir, em procissão, todos se encaminhariam às margens do rio onde as flores seriam depositadas na água.

Cabe aqui ressaltar que de manhã e à tarde as atividades do Congresso sempre se iniciaram um à celebração de uma mística que contou com muita música, tambores, danças e elementos sincréticos da cultura e religiosidade popular. Foi difícil reunir as pessoas para a realização da plenária do domingo. Várias foram as falas no sentido de sensibilizar os

participantes a deixarem para depois do almoço os preparativos relativos à volta para suas respectivas localidades de origem.

Encerrada a mística, o momento seguinte denominado “Entralhando a rede: Síntese do Diagnóstico e das Perspectivas – Preparando o caldo” visava uma apresentação por Maria José, secretária nacional do CPP de uma síntese elaborada pela equipe de relatoria acerca das proposições e perspectivas “pinçadas dos resultados dos grupos temáticos. Esta síntese foi elaborada por mim, Laurineide e Nonato na noite anterior pois as sínteses dos grupos não chegaram até nós. Esta foi analisada por Maria José Pacheco com apoio de Rúben da CPT Bahia e sintetizada em apresentação dialogada apresentada à plenária. Como sempre se seguiu a esta apresentação a fila do povo com microfone aberto aos participantes para debate do conteúdo. Após seguiram-se levantamento de ações a serem desenvolvidas e leitura de carta proposta abaixo transcrita como documento político a ser levado a público como posicionamento dos participantes frente à situação do Rio São Francisco e como síntese dos trabalhos do Congresso.

Apêndice B: Carta do Congresso dos Pescadores e Pescadoras da Bacia do Rio São Francisco

As Barragens retiraram a vida e o espírito do Velho Chico. Para devolver esta vida, como tem feito algumas nações do mundo, RETIREM AS BARRAGENS DO SÃO FRANCISCO!

É com esse espírito de luta para devolver o fôlego de vida ao Velho Chico, que nós Pescadoras e Pescadores Artesanais do Rio São Francisco reunidos nos dias 01 a 03 de abril na Ilha do Fogo, entre Petrolina-PE e Juazeiro-BA, fizemos ecoar desde a Nascente até a Foz, o GRITO DO RIO E SEU POVO NA BUSCA DO BEM VIVER, tema que invocou as forças místicas da ancestralidade das comunidades tradicionais pesqueiras no Congresso de Bacia. Com o lema “Pescadores e Pescadoras Artesanais: Raiz de Esperança em Defesa da Identidade dos Territórios Pesqueiros e pela Revitalização Popular do Velho Chico”, discutimos e constatamos que as nossas comunidades tradicionais vivenciam uma das maiores crises já vistas, provocadas pelo avanço do agro e hidro negócio e pelo trágico modelo energético. Perturbam-nos fortemente, em nosso pensar e em nossa existência, que pela primeira vez na história do Velho Chico sua nascente secou, o lago de Sobradinho chegou à cota zero e o mar avança vertiginosamente sobre seu leito, sinalizando o nível de

vulnerabilidade socioambiental de toda a Bacia do São Francisco, num momento em que o mundo inteiro faz pensar sobre as ocorrências das mudanças climáticas, que nos alertam para um maior cuidado com a casa comum. Compreendemos que nosso território acompanha o movimento incessante das águas cujo limite é invisível, no entanto, os famigerados projetos capitalistas põem em risco a nossa existência e a do rio com as velhas barragens hidrelétricas que já expulsaram mais de 250 mil pessoas de seus territórios e são responsáveis pela destruição do percurso natural do Rio. Tudo isso, a serviço de um modelo energético que compromete as águas, as lagoas marginais, a vazão do rio, a reprodução dos peixes e impedem o acesso à terra e à água, além da agricultura de vazante. O agro e hidro negócio com seus altos índices de agrotóxico contaminam a terra e a água, destroem nascentes, afluentes, águas subterrâneas, adoecem humanos, destroem os ecossistemas do Cerrado, Caatinga e Manguezais para dar lugar aos grandes projetos como a ampla irrigação de monocultivos, carcinicultura, tilapicultura, mineração, turismo intensivo que aniquilam as culturas tradicionais e o nosso modo de vida. Como se não bastasse, esse modelo de desenvolvimento predador propõe a construção de mais hidrelétricas, usinas nucleares e parques eólicos que ameaçam os territórios e comprometem ainda mais a vida do Velho Chico. A transposição, tão combatida por nós, virou instituição política de sustentação de empreiteiras com obras infundáveis para fortalecer a velha e nova indústria da seca. Pior do que isto é a insana proposta de transpor as águas do rio Tocantins como forma de intensificar o problema, privilegiando o modelo do agronegócio. As circunstâncias da conjuntura da bacia do São Francisco nos remetem à atual crise econômica e política brasileira, que ameaça o funcionamento das instituições democráticas e a soberania popular. Este governo passa por maiores vexames porque não abriu mão desse modelo econômico de morte que destrói a mãe terra, com seu povo e todas as formas de vida. Diante disto, não aceitamos perder mais nenhum direito conquistado. Pelo contrário, queremos avançar para um desenvolvimento popular inclusivo e verdadeiramente sustentável! Reivindicamos políticas efetivas para salvar os biomas: Cerrado, Caatinga e Manguezais, como forma de proteger as nossas matas, nossas águas e nossos estoques pesqueiros. Reivindicamos uma política de combate ao uso de agrotóxicos e afirmamos nosso compromisso com a Campanha contra os agrotóxicos e pela soberania alimentar. Exigimos um modelo agroecológico que garanta o modo de vida sustentável de nossas comunidades. Combatemos, de maneira veemente, o racismo ambiental, promovido por empresas privadas e governamentais como a Chesf, Agrovale, Votorantim Metais, Codevasf entre outras empresas, inclusive os governos municipais responsáveis pelo saneamento básico. Para isto, exigimos a efetivação do Plano de Saneamento Básico e

Biológico que atenda urgentemente toda a Bacia. Repudiamos aos falsos programas de revitalização e exigimos seriedade e empenho por uma efetiva Revitalização Popular do Rio, que seja integrada, inclusiva e permanente e que respeite o protagonismo das comunidades tradicionais pesqueiras. Afirmamos que uma verdadeira Revitalização Popular passa primeiro pelo reconhecimento de nossas identidades e pela regularização dos territórios pesqueiros. Assumimos o compromisso com a construção de um Plano Popular para a Pesca Artesanal na Bacia do São Francisco e CONCLAMAMOS todo o Povo do São Francisco ao compromisso com a Revitalização Popular na busca do Bem Viver.

Ilha do Fogo Petrolina/PE 03 de abril de 2016

A única ponderação feita pela plenária à carta, advinda de uma pesquisadora, questionava que a opção desenvolvimentista ou pelo desenvolvimento a qualquer custo, num viés economicista não se trata de uma opção de governos mais recentes e sim de um projeto ou opção feita do Estado brasileiro há décadas. Reconheci na carta a presença da sistematização feita por mim e compartilhada com a equipe de relatoria o que me deixou bastante feliz por estar aqui presente. Isso faz parte da minha história: antes de ser uma pesquisadora me coloco primeiro na condição de militante e só depois na condição de observadora e foi isso que orientou a minha vinda e participação neste congresso. Considero que minha participação foi bastante importante para verificar *in loco* uma atividade de grande porte do CPP e MPP e fiquei bastante sensibilizada com as dificuldades enfrentadas principalmente no que se refere à precariedade da infraestrutura. O tempo todo eu comparava a situação de relativa abundância de recursos verificada nos projetos onde atuo e a carência deles aqui. Por outro lado, essa carência não inviabiliza a atuação muito antes parece imprimir-lhes um espírito mais aguerrido de militância tendo um reconhecimento bastante importante das populações pesqueiras artesanais ribeirinhas e marítimas.

A opção por gravar estas impressões sobre o evento foi no sentido de registrar meus sentimentos de saída. Aqui pude perceber a complexidade que cerca a pesca artesanal e como a mudança de foco do Ficha Limpa para o MPP foi um divisor de águas, me deu um novo gás e como a campanha tem sido cada vez mais um meio de formação do MPP e não um fim em si mesmo. Eu pensei que o sentimento geral seria de tristeza e desmotivação por não terem alcançado o número de assinaturas previstas para dar entrada ao projeto de lei de iniciativa popular em defesa dos territórios pesqueiros dentro do prazo estabelecido quando da deflagração das ações. O que verifiquei é que a campanha em defesa dos territórios pesqueiros e a coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular tem sido usada como

estratégias de formação de base, de expansão do movimento e de ampliação de sua capilaridade nos vários estados do país. Tais ações são desenvolvidas por pessoas de referência da CPP juntamente com representantes da coordenação do MPP que são chamadas a desenvolver uma série de atividades em várias localidades, em especial naquelas onde não há ainda lideranças organizadas e representativas dos interesses orgânicos dos segmentos da pesca artesanal. A finalidade destas inúmeras atividades tem sido fortalecer o trabalho de base, mobilizar as populações pesqueiras levando até seu conhecimento a proposta do projeto de lei de iniciativa popular, divulgar e buscar o apoio e simpatia da opinião pública às suas demandas, além de desenvolver uma série de ações de denúncia relativas às dificuldades enfrentadas em sua situação cotidiana de vida e de trabalho. Ademais desenvolvem pressão junto a uma série de instituições do poder público, estabelecidas desde o nível local, passando pelo regional, estadual e federal incitando-os a atuarem em defesa dos interesses das populações pesqueiras como se pode ver na carta da ANP à Presidenta Dilma.

Apêndice C: Carta das Pescadoras para a Presidenta Dilma

Prezada Presidenta Dilma, com muita revolta e indignação, acompanhamos as discussões em torno da Medida Provisória 665 e dos decretos 8424 e 8425 que visam extinguir direitos trabalhistas e previdenciários das comunidades tradicionais pesqueiras, especialmente das trabalhadoras da pesca artesanal.

Lamentamos profundamente a sua falta de sensibilidade em relação aos impactos que essas leis podem causar na vida de milhares de mulheres pescadoras em todo Brasil. Estamos espantadas com a profunda falta de conhecimento do governo em relação ao nosso modo de vida, especialmente no que se refere à postura antidemocrática e machista com a qual estão conduzindo este processo.

Vossa senhoria já imaginou o impacto negativo que estes dispositivos legais podem causar em nossas vidas? Se esses decretos forem publicados como estão, nossa identidade pesqueira será fortemente desrespeitada; ficaremos impedidas de acessar o seguro defeso e perderemos as condições financeiras mínimas para garantir a sobrevivência das nossas famílias.

Prezada presidenta, nos últimos anos o acesso ao seguro defeso favoreceu o aumento da autonomia financeira das pescadoras no período de reprodução das espécies de peixes e crustáceos. Além disto, assegura a nós mulheres pescadoras o poder de decidirmos sobre

nossas vidas e prioridades, reforçando nossa autoestima e também abrindo possibilidade para que milhares de mulheres pescadoras rompam com espaços e ciclos de subordinação e dependência no plano político, econômico e social.

Definir as pescadoras, que tradicionalmente trabalham em regime de economia familiar, como *trabalhadoras de apoio à pesca*, conforme prevê o decreto 8425, é um equívoco grave, fere o princípio que homens e mulheres são iguais perante a lei ao propor uma categorização e acesso a direitos diferenciados para as atividades que em grande medida são exercidas por mulheres. Esta categoria hierarquiza e desvaloriza o trabalho das mulheres pescadoras, além disto coloca em sério risco nossa autonomia em vários campos das nossas vidas, agravando a vulnerabilidade social e econômica de milhares de mulheres pescadoras e nos expondo ainda mais às situações de violência que ocorrem das mais variadas formas dentro e fora de casa.

O decreto coloca em risco direitos conquistados e é um grave retrocesso quando ameaça o direito da pescadora enquanto segurada especial da previdência social. Corre o sério risco de transformar trabalhadoras dignas com direitos trabalhistas e previdenciários em público beneficiário de políticas assistenciais.

Por uma questão de princípio fundamental e histórico na luta das mulheres trabalhadoras de todas as categorias profissionais e tradicionais, a Senhora não pode ser proponente desse absurdo! Não podemos retroceder... precisamos consolidar nossa luta pela afirmação de direitos... consolidar nossa autonomia e liberdade...

Sabemos que o poder de decisão está sobre a sua governança e desde já lhe responsabilizamos pelas consequências. Solicitamos que vossa senhoria reveja essa posição que fere profundamente nossa dignidade enquanto pescadoras.

Nenhum passo atrás... seguiremos firmes na luta em honra a todas trabalhadoras do Brasil!

Junho/2015

Anexo D: Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras

Projeto de Lei de Iniciativa Popular nº

Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o reconhecimento e mecanismos de garantia e proteção do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras e o procedimento para a sua identificação, demarcação, delimitação e titulação, destinado a garantir a essas comunidades e seus membros a concretização e efetivação de seus direitos individuais, coletivos e difusos de natureza econômica, social, cultural e ambiental, compreendendo a salvaguarda, proteção e promoção de seus modos de criar, fazer e viver.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Comunidades tradicionais pesqueiras: os grupos sociais, segundo critérios de auto identificação, que têm na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados.

II - Territórios tradicionais pesqueiros: as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico.

Art. 2º São garantidos aos integrantes das comunidades tradicionais pesqueiras o acesso preferencial aos recursos naturais e seu usufruto permanente, bem como a consulta prévia e informada quanto aos planos e decisões que afetem de alguma forma o seu modo de vida e a gestão do território tradicional pesqueiro.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas organizações legalmente constituídas e compostas exclusivamente pelos seus membros.

CAPÍTULO II DO RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS E DO PROCEDIMENTO PARA A REGULARIZAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Art. 3º A caracterização das comunidades tradicionais pesqueiras será atestada mediante auto definição das próprias comunidades.

§ 1º As comunidades que se auto definirem, conforme o caput deste artigo, serão inscritas no Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, ora instituído por esta Lei, junto ao Ministério da Cultura, que expedirá a certidão respectiva, com a finalidade de inventariamento, salvaguarda, proteção e promoção de direitos culturais, bem como para a definição e gestão de políticas públicas, entre outras finalidades.

§ 2º O Ministério da Cultura deverá regulamentar a criação do Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e o procedimento administrativo de emissão da certidão de que trata o parágrafo anterior, dentro de noventa dias da entrada em vigor desta Lei.

Art. 4º Fica assegurada às comunidades tradicionais pesqueiras o direito ao território e à integridade do mesmo, cabendo ao Poder Público, com a coparticipação da comunidade, no prazo máximo de dois anos, identificar, delimitar, demarcar, titular e proceder à desintrusão das áreas de terra e água necessárias à sua reprodução física, social, econômica e cultural, devendo ser observado, quando à titulação do território:

I- As porções de terras compostas por áreas de terras particulares ou bens públicos disponíveis, terão o domínio e a propriedade coletiva definitiva titularizados em favor das comunidades tradicionais pesqueiras, através de ações de regularização fundiária, cabendo, ao Poder Público, sempre que necessário, desapropriar, por interesse social, os imóveis urbanos e rurais que abrangem o território.

II - As porções de terras compostas por bens públicos que sejam constitucionalmente vedadas a transferência de domínio, serão titularizadas em favor das comunidades tradicionais pesqueiras, através de cessão de uso e, quando cabível, de concessão de direito real de uso, sendo garantida a fruição em caráter permanente e preferencial pelas referidas comunidades, devendo constar, obrigatoriamente, no instrumento de titulação, prazo indeterminado e cláusula de afetação da área para os fins desta Lei.

III - As porções compostas por correntes de água fluviais, lacustres ou marítimas, bem como os depósitos decorrentes de obras públicas, açudes, reservatórios e canais, integrantes

do território tradicional pesqueiro, serão objeto de cessão de uso de águas públicas, sendo garantida a fruição em caráter permanente e preferencial desses espaços e dos recursos pesqueiros pelas referidas comunidades, devendo constar, obrigatoriamente, no instrumento de titulação, prazo indeterminado e cláusula de afetação da área para os fins desta Lei.

§1º Para definição, caracterização, delimitação, demarcação e titulação dos territórios tradicionais pesqueiros, em superfícies de terra e corpos d'água, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelas próprias comunidades.

§ 2o Os títulos serão emitidos em favor das comunidades tradicionais pesqueiras, representadas por suas respectivas organizações, compostas exclusivamente pelos seus membros.

Art. 5º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com a cooperação do Ministério da Cultura e da Secretaria do Patrimônio da União, de ofício ou provocados pelas organizações das comunidades tradicionais pesqueiras, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios tradicionais pesqueiros, sem prejuízo das competências comuns e concorrentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo facultado à comunidade interessada apresentar peças técnicas para instrução procedimental.

§ 1o Para os fins desta Lei, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 2º O INCRA regulamentará dentro de noventa dias da entrada em vigor desta Lei o procedimento previsto no caput deste artigo.

Art. 6o Compete ao Ministério da Cultura, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural das comunidades tradicionais pesqueiras, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto nesta Lei.

Art.7º É reconhecida às comunidades tradicionais pesqueiras, independentemente da identificação, delimitação, demarcação e titulação a que se refere esta Lei, a preferência nas outorgas e cessões que impliquem na autorização administrativa para utilização dos espaços

físicos compostos por terra e corpos d'água relacionados com seus modos de criar, fazer e viver.

Art. 8º É vedado ao Poder Público, enquanto perdurar o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios tradicionais pesqueiros, autorizar, sob qualquer forma, a implementação de empreendimentos de qualquer natureza, em terra ou em água, que ponham em risco a integridade do território tradicional pesqueiro ou que acarretem na perda de autonomia da comunidade na gestão dos espaços necessários à sua reprodução física e cultural, sendo obrigatória a sua intervenção acautelatória, administrativa ou judicial, no sentido de salvaguardar, proteger e promover os interesses das comunidades tradicionais pesqueiras.

Art. 9º Fica assegurada às comunidades tradicionais pesqueiras a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por elas indicados.

Art. 10 O INCRA, observando o princípio da razoável duração do processo, dentro do prazo estabelecido no art. 4º, iniciará e concluirá os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial das áreas integrantes do território tradicional pesqueiro, e publicará edital no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, com informações circunstanciadas sobre a categoria e denominação dos bens públicos e privados ocupados pelas comunidades tradicionais pesqueiras, a circunscrição em que está situado o imóvel, os limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das áreas de terra e água a serem tituladas, bem como os títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre o território suscetível de reconhecimento, demarcação e titulação em favor das respectivas comunidades.

§ 1º O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da porção de terra da área delimitada, assim como as pessoas físicas ou jurídicas cadastradas e autorizadas pelo Poder Público a utilizar, sob regime de outorga ou cessão de uso, porções de água sobrepostas ao território delimitado para, querendo, contestar ou manifestar-se sobre os trabalhos realizados e publicados.

§ 2º Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de quarenta e cinco

dias, manifestar-se sobre as matérias de suas respectivas competências, sob pena de dar-se como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade;

IV - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V – Agência Nacional de Águas;

VI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

VII - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VIII – Ministério da Pesca e Aquicultura;

IX - Fundação Cultural Palmares;

Art. 11. Todos os interessados terão o prazo de sessenta dias, após a publicação e notificações a que se refere o artigo anterior, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de identificação e delimitação, devendo ser iniciado imediatamente os procedimentos de demarcação e titulação do território tradicional pesqueiro.

Art. 12. A União, através do INCRA e da Secretaria do Patrimônio da União, tomará as medidas cabíveis para a demarcação e expedição do título coletivo e pro-indiviso em favor da organização representativa da comunidade, correspondente à porção de terra inclusa do território tradicional pesqueiro que configure terrenos de marinha e acrescidos, terrenos marginais de rios, ilhas e lagos.

Art. 13. A União, através do INCRA e da Secretaria do Patrimônio da União, com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente, da Autoridade Marítima e da Agência Nacional de Águas, no âmbito de suas respectivas competências, tomará as medidas cabíveis para assegurar a demarcação e expedição do título coletivo e pro-indiviso em favor da organização representativa da comunidade correspondente às áreas formada por corpos d'água integrantes do território.

Parágrafo único. A instauração do procedimento administrativo previsto nesta Lei impõe ao Poder Público a autorização liminar de uso de águas públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal em favor das comunidades tradicionais pesqueiras.

Art. 14. Quando houver sobreposição entre o território das comunidades tradicionais pesqueiras e unidades de conservação constituídas, áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, projetos de assentamento da Reforma Agrária, terras indígenas, terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos e outros povos e comunidades tradicionais, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão medidas visando garantir a sustentabilidade das comunidades envolvidas, revisando, quando cabível, atos administrativos e legais pretéritos e devendo, sempre, consultar as comunidades tradicionais interessadas, observando a efetiva participação das mesmas na tomada de decisões que possam afetar os seus modos de vida.

§ 1º. Em caso de sobreposição entre o território tradicional pesqueiro e outros territórios tradicionais e/ ou projetos de assentamento da Reforma Agrária, a revisão de atos administrativos de que trata o caput desse artigo se refere à compatibilização dos territórios e/ou projeto de assentamento da Reforma Agrária, sempre ouvidas as comunidades, povos tradicionais e/ou assentados interessados, no sentido de garantir, sempre que possível, a permanência de ambos.

§ 2º. Quando o território ou parte dele se localizar em unidade de conservação de proteção integral ou área de preservação permanente, caberá ao Poder Público tomar todas as medidas necessárias à adaptação dos institutos existentes com o reconhecimento do território tradicional pesqueiro.

Art. 15. Em sendo constatado que o território tradicional pesqueiro incide sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 16. Incidindo nos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação por interesse social, quando couber.

§ 1º Para os fins desta Lei, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando efeitos de comunicação prévia a publicação editalícia do caput do art. 10.

Art. 17. A utilização do território tradicional pesqueiro, especialmente as áreas compostas por corpos d'água, poderá ser compartilhada por povos e comunidades originárias ou tradicionais que pratiquem a pesca artesanal.

Art. 18. Os territórios tradicionais pesqueiros serão incluídos como áreas de preservação e de relevante interesse social, cultural e ambiental.

Art. 19. Verificada a presença de ocupantes que não fazem parte da comunidade tradicional pesqueira, o INCRA, observando o interesse da comunidade, procederá à desintrusão, acionando os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Parágrafo único. A desintrusão de agricultores familiares, definidos no art. 3º da Lei n.º 11.326/2006, é medida excepcional e só se fará necessária quando houver danos ou iminência de danos à sustentabilidade territorial, ambiental, econômica ou cultural apontados e devidamente fundamentados pela comunidade tradicional pesqueira.

Art. 20. Durante o processo administrativo de que trata esta Lei, o INCRA e Ministério da Cultura, independentemente de eventual atuação das defensorias públicas da União e dos Estados, garantirá a defesa dos interesses das comunidades tradicionais pesqueiras e de seus membros, nas questões administrativas ou judiciais surgidas no curso do procedimento de que trata esta Lei.

Art. 21. Concluído o processo de titulação, a União garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos integrantes das comunidades tradicionais pesqueiras, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Art. 22. A expedição dos títulos, os registros cadastrais e imobiliários decorrentes do procedimento previsto nesta Lei far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Art. 23. Para os fins de política agrícola e agrária, de política ambiental e de pesca, as comunidades tradicionais pesqueiras receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à promoção de seus direitos culturais e à realização de suas atividades produtivas, de soberania alimentar e de infraestrutura.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS

Art. 24. Cabe à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a coparticipação das comunidades, formular políticas públicas destinadas a garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras e desdobrá-las em planos de ação dotados de estratégias e metas definidas, com ênfase no reconhecimento, promoção, fortalecimento, proteção e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais e com respeito e valorização da identidade, formas de organização e instituições destas comunidades.

Art. 25. As políticas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais pesqueiras serão realizadas de forma intersetorial, integrada, coordenada e sistemática e obedecerão às seguintes diretrizes:

I – garantia da visibilidade das comunidades tradicionais pesqueiras;

II - promoção da qualidade de vida das comunidades tradicionais pesqueiras nas gerações atuais e futuras, respeitando seu modo de vida e tradições, saberes e fazeres materiais e imateriais;

III - reconhecimento, valorização e proteção da diversidade social, cultural e ambiental das comunidades tradicionais pesqueiras, que interagem e vivem de modo integrado com diferentes biomas e ecossistemas, seja em áreas rurais ou urbanas;

IV – atenção para com os recortes de etnia, raça, gênero, idade, religiosidade e ancestralidade;

V - descentralização e transversalidade das ações e ampla participação das comunidades na elaboração, monitoramento e execução das políticas implementadas pelas instâncias governamentais;

VI - promoção dos meios necessários para a efetiva participação das comunidades tradicionais pesqueiras nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados a seus direitos e interesses;

VII - articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

VIII - acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IX - preservação dos direitos culturais e do exercício de práticas comunitárias, da memória cultural e da identidade racial e étnica;

X - acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados nas políticas públicas a eles destinadas ou que impacte suas vidas;

XI - identificação e proteção do patrimônio histórico e cultural material e imaterial desenvolvido pelas comunidades pesqueiras tradicionais incluindo sítios arqueológicos e a diversidade de conhecimentos historicamente produzidos pelas comunidades inclusive seus direitos costumeiros de uso territorial;

XII - informação e ampla participação das comunidades tradicionais pesqueiras nos processos de licenciamento e definição de implantação de empreendimentos que impactem a vida e a atividade pesqueira;

XIII - implementação de medidas para o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes às comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XIV - acesso à inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social das comunidades tradicionais pesqueiras, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais;

XV- proteção integral dos manguezais, apicuns, salgados, matas ciliares, lagoas costeiras e marginais, criando diagnósticos para delinear estudos de valorização socioeconômica destes ecossistemas e seus entornos e garantindo o livre acesso às comunidades;

XVI- promoção do ordenamento da pesca por bacia hidrográfica e região costeira, garantindo a ampla participação das comunidades na definição de regras e definição de medidas de proteção e estratégias de recuperação dos estoques, levando em consideração o conhecimento tradicional acumulado pelas comunidades tradicionais pesqueiras, inclusive nas suas formas de uso e direitos costumeiros;

XVII - busca da recuperação das funções vitais dos rios barrados e/ou com diques, tais como promoção de cheias artificiais, restituição do transporte de sedimentos, recuperação de

áreas degradadas nos rios, integração do rio com lagoas marginais e planícies de inundação, dentre outras;

XVIII - ampla participação das comunidades, nas suas variadas formas de organização, na formulação de políticas relacionadas ao regime fundiário, ordenamento costeiro e gestão dos recursos hídricos;

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.